

DOSSIÊ

GÊNERO EM DISPUTA: CONFLITOS POLÍTICOS, IDENTITÁRIOS E SOCIAIS

Organização

Marcos Figueiredo/ Maria Silveira/ Mariana Sousa



REVISTA ZABELÊ EXPEDIENTE

DISCENTES PPGANT - UFPI

Revista Zabelê
Discentes PPGANT - UFPI
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal do Piauí
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga,
Teresina, Piauí.
CEP 64049-550 - Tel.: (86) 3237-2152

Reitor

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Prof. Dr. Viriato Campelo

Conselho Editorial

Antônio Andreson de Oliveira Silva

Cristhyan Kaline Soares da Silva

Edilson Pereira Nascimento

Hélio Martins Linhares

Jussarina Adriana da Silva Carvalho

Marcos Paulo Magalhães Figueiredo

Vida Marília Miranda Cruz

Editoras-Chefes

Deanny Stacy Sousa Lemos

Lorrana Santos Lima

Organização

Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira

Mariana de Carvalho Sousa

Revisão

As/es/os autoras/es

Diagramação

Lorrana Santos Lima

Arte da Capa

Janaina Rodrigues de Sousa



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo/ Maria Clara Teresa Fernandes Silveira/ Mariana de Carvalho Sousa.....	4
--	---

ARTIGOS

Trajetórias e experiências educacionais de pessoas não-binárias: reflexões teóricas para a construção de uma agenda de pesquisa

Inaê Label Barbosa.....	12
-------------------------	----

Mulheres nos jornais e produção jornalística feminina do Piauí (1830-1900)

Erika Ruth Melo da Silva.....	27
-------------------------------	----

Câmera, luz e humilhação: intersecções entre gênero, emoção e humor na televisão brasileira

Matheus Cunha/ Bianca Floresta de Sá.....	52
---	----

Gênero, classe e etnia nos processos seletivos: considerações em seleções de mulheres na cidade de Teresina - PI

Regina Rodrigues Medeiros / Francineide Pires Pereira.....	86
--	----

ENSAIO VIRTUAL

Corpos masculinos: entre labutas portuárias

Paulo César Marques Holanda/ Italo Gonçalves.....	113
---	-----

RESENHA

As tecnologias digitais da informação e comunicação em disputa na América do Sul: reflexões sobre gênero e geração

Gabriel Gesteira Sales Torres/ George José dos Santos Lima/ Raimundo Batista dos Santos Júnior.....	125
---	-----

ENTREVISTA

Conhecendo o 180: uma pequena conversa com Ellen dos Santos Costa

Mariana de Carvalho Sousa/ Maria Clara Teresa Fernandes Silveira/ Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo.....	137
---	-----

RESUMOS PÓS-GRADUANDOS.....145

Apresentação

GÊNERO EM DISPUTA: CONFLITOS POLÍTICOS, IDENTITÁRIOS E SOCIAIS¹

MARCOS PAULO MAGALHÃES DE FIGUEIREDO

Doutorando em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas

Email: marcospaulomagalhaes25@gmail.com

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

Mestra em Sociologia - Universidade Federal do Piauí

Email: mctfernandes7@gmail.com

MARIANA DE CARVALHO SOUSA

Mestranda em Ciência Política - Universidade Federal do Piauí

Email: mcarvalho@ufpi.edu.br

¹ Dedicamos este dossiê para Laudeci de Oliveira Carvalho (in memoriam), mãe da pesquisadora Mariana de Carvalho Sousa.

Ao longo da história, o pensamento científico, incluindo as ciências sociais foi construído sob a égide de uma objetividade dominante que ainda se reflete nas produções acadêmicas contemporâneas. Esse viés objetivista está intimamente ligado à colonialidade do saber, que desvaloriza o conhecimento produzido fora do norte global, como nos Estados Unidos e países europeus, e também leva em consideração fatores como raça e gênero. É importante destacar que a ciência moderna foi moldada por uma subjetividade muito específica: a do homem hétero e cisgênero branco do norte global. Essa perspectiva limitada negligenciou todo um vasto grupo de pessoas que não tinham acesso ao papel de pesquisador, perpetuando assim desigualdades e exclusões no conhecimento científico.

O debate acerca das diferentes expressões de gênero entre as pessoas está presente nas ciências sociais em textos pioneiros das disciplinas. Anterior ao próprio estabelecimento da produção teórica de gênero, as desigualdades e diversidades entre homens e mulheres já existiam, bem como as inquietações a respeito das diferenças entre os sexos.

Em um primeiro momento essas diferenças eram destacadas, não com uma intenção de estabelecer que ambos são iguais sujeitos de direitos, mas de evidenciar as diferenças que mantêm padrões de dominação e subalternidade. A exemplo das reflexões de Evelyn Fox Keller (2006), bióloga feminista, que enfoca os impactos do feminismo na ciência, especialmente na área da embriologia. Ela ressalta a importância de questionar a tradicional passividade atribuída ao óvulo em contraste com a atividade do espermatozoide durante a fecundação, abrindo espaço para novas reflexões sobre masculinidade, feminilidade e padrões de atividade.

Nas ciências sociais, Sandra Harding (1991, 1998) enfatiza a necessidade de corrigir o androcentrismo dos estudos tradicionais, valorizando as contribuições femininas em todas as esferas, não

apenas nas áreas consideradas prioritárias pelos homens. É essencial considerar as mulheres inseridas na sociedade como vítimas de diversas formas de dominação masculina, não apenas como objetos de estudo, mas também como cientistas sociais que produzem pesquisas.

Donna Haraway (1995) aborda a questão da objetividade na "boa ciência" e discute as críticas feministas às doutrinas de uma objetividade descorporificada, que sustentam a noção de neutralidade e transcendência. Para Haraway, o conhecimento é sempre produzido a partir de uma perspectiva parcial e localizada do pesquisador, e a objetividade feminista valoriza a ideia de conhecimento situado e limitado, em detrimento da separação entre sujeito e objeto. Essa abordagem nos incentiva a assumir responsabilidade pelo que aprendemos a enxergar.

Meio à pesquisas sociológicas e antropológicas as questões de gênero sempre apareciam, sem enfoque, onde as problematizações críticas não chegavam a desnaturalizar a suposta superioridade do homem. De uma forma quase que tragicômica, os discursos e saberes que defendem uma perspectiva puramente biologizante da diferenciação sexual apresentam um paradoxo: reproduzem a mesma gramática cultural de gênero que tanto rejeitam ou combatem.

A sub-interpretação também esteve muito presente, desde a revolucionária teoria de Freud na psicanálise até os ideários de transformação dos novos meios de produção. Basta rememorar a relevância de Helieth Saffioti (2013) em sua obra sobre a inserção da mulher em uma sociedade marcada pela divisão de classes sociais. Sua obra, publicada originalmente como tese de livre docência, se debruça nas especificidades da formação do modo de produção capitalista em uma sociedade que ainda possui marcas do período colonial e escravagista. O olhar de Helieth Saffioti (2013) foi capaz de produzir uma teoria consistente e de

fôlego sobre a mulher no modo de produção capitalista, de forma geral, mas também, oferta para pesquisadoras e pesquisadores ferramentas para refletir em contextos dos países que foram ex-colônias europeias.

No âmbito dos estudos de parentesco, área mister da produção do conhecimento antropológico, os estudos que articulam relações de gênero e parentesco foram substanciais para complexificar a dicotomia natureza/cultura “Câmera, luz e humilhação: intersecções entre gênero, emoção e humor na televisão brasileira” (PISCITELLI, 1998). Os espaços ligados aos saberes biomédicos proporcionam exemplos primordiais de como a produção do saber científico possui como farol uma gramática cultural normativa, hegemônica e cristalizada das relações de gênero. Paula Machado (2005) explicita como diferentes especialidades da medicina fazem uso de mecanismos distintos para intervir nos corpos de bebês intersexo. Médicos - e também os familiares - tecem saídas para normatizar a genitália infantil conforme o padrão cultural vigente. Já Mariza Corrêa (2004) relata o caso de Agnes, uma pessoa intersexo que na fase adulta, manipulou o repertório cultural ao seu favor com o intuito de ludibriar os saberes que lhe impuseram obrigatoriamente o gênero masculino.

A sub-representação no fazer ciência de pesquisadores diversos é apenas uma das dimensões dos impactos das desigualdades de gênero no meio social, ou seja, nas pesquisas científicas. Destaca-se que mesmo a instituição validada socialmente como fonte segura de informações comete erros de julgamento por conta de preconceitos que estão estabelecidos ao longo da história.

O âmbito da política, onde os governos, no caso brasileiro - democrático - decidem sobre quais normas sociais devem ser seguidas para a garantia da ordem e bem-estar da população, é influenciado pelas ideologias dos governantes que ocupam o poder. Os papéis de gênero são

reforçados ou desconstruídos conforme a ideologia de quem ocupa essa posição. Há quem queira manter os padrões de desigualdade e conservar a estrutura patriarcal que subjuga os lugares de mulheres e homens, negros e brancos, pobres e ricos. Sem mencionar a heteronormatividade embutida no combo do conservadorismo ideológico, propagado por masculinidades frágeis que também se utilizam da moral cristã.

Essas ideologias necropolíticas que valorizam algumas vidas mais que outras, conforme Butler em "Vidas que Importam", disseminam suas ideias torpes por meio de mentiras para a população, como a fatídica "ideologia de gênero", que praticamente "jura" que o ensino de gênero vai transformar todas as crianças em homossexuais e ensinar práticas inadequadas ao caráter e bons costumes. É comprovado por pesquisas que o ensino de gênero, nas escolas, por exemplo, diminui os casos de abuso sexual, pois informa as crianças quais comportamentos são inadequados no âmbito privado de convivência, já que é conhecido que, nesses casos de abuso, os criminosos são em sua grande maioria membros da família ou pessoas próximas, pelo fácil acesso e confiança que se dá para se aproximar da criança ou adolescente.

O medo dos conservadores é que a bolha frágil como as suas masculinidades seja rompida pelo difícil estabelecimento da realidade e verdade sobre as relações de gênero. Homens e mulheres como iguais geram harmonia para todas as pessoas, ao mesmo tempo que retira alguns homens de uma posição de privilégios da qual é mais fácil permanecer. Enquanto isso, mulheres, meninas, pessoas negras, homossexuais e transgêneros seguem prejudicados pela perpetuação dos ensinamentos, que se mantêm como normativos, de que são pessoas erradas, subalternas, abjetas. A moral dos valores é deturpada por considerações irreais sobre os moldes de cada corpo e o lugar que cada um deve ocupar.

Assim, mulheres têm mais dificuldade em adentrar o mercado de trabalho e progredir em suas carreiras, ocupando cargos de liderança. Precisam se reafirmar como femininas e belas o tempo todo para conseguirem respeito, ao mesmo tempo que são descredibilizadas como competentes por seguirem esses padrões, já que a objetividade, tão nutrida no meio científico inclusive, é um valor atribuído ao homem e ao masculino.

Meninas, já na primeira infância, são ensinadas a brincar de bonecas, meninos são proibidos de interagir com esse tipo de brincadeira, porque é coisa de menina e, na ideologia conservadora, o pior que pode acontecer ao homem é ele ser associado de alguma forma à mulher ou ao comportamento feminino, talvez porque eles mesmos saibam da precariedade que vem intrínseca a esse sexo e identidade de gênero.

A igreja também é uma das grandes responsáveis pela manutenção dessa ideologia patriarcal, que funciona para manter a estrutura da família, que convenientemente serve ao sistema capitalista. A mulher é vista como serva, subjugada, imagem da costela do homem que não resistiu às tentações e destruiu a imagem do paraíso.

Uma figura mitológica mística, com poderes sobrenaturais, pode manipular os homens e destruir suas vidas, uma vez que na prática todo o sistema era mantido para subtrair os direitos e possibilidades de agência da mulher e do feminino. As perigosas bruxas, feiticeiras, queimadas nas fogueiras, estupradas, negadas à sua verdadeira vivência natural de existir e ocupar o mundo em que nasceram e nutrem, já que o sexo feminino é o que dá à luz aos seres humanos. Base da economia da produção e nutrição da força de trabalho masculina mal remunerada, por meio da própria força de trabalho doméstico não remunerado.

Abrimos este dossiê com o manuscrito de Inê Barbosa. No artigo intitulado **Trajetórias e experiências educacionais de pessoas não-**

binários: reflexões teóricas para a construção de uma agenda de pesquisa analisa formas de ingresso, bem como o percurso no segmento educacional de pessoas não-binários. Assim, o manuscrito lança luz à um efervescente e conflitivo debate na seara dos estudos de gênero contemporâneo.

A partir de um belo imbricamento da literatura com a história, Erika Silva analisa a escrita de mulheres na imprensa feminina no estado do Piauí. A autora expõe sobre o processo de formação, seus desdobramentos e o impacto que os escritos da imprensa feminina piauiense. Sem sombra de dúvida, o artigo **Mulheres nos jornais e produção jornalística feminina no Piauí (1830-1900)** é uma valiosa contribuição para este dossiê.

Em **Câmera, luz e humilhação: intersecções entre gênero, emoção e humor na televisão brasileira**, Mateus Cunha e Bianca de Sá problematizam e complexificam as formas de representação de mulheres trans na televisão brasileira. A escrita do artigo, além de um debate teórico, causa no leitor um sentimento de nostalgia acrescido de uma auto reflexividade, que faz com que o leitor questione práticas violentas que eram ainda mais naturalizadas em décadas passadas.

As pesquisadoras Regina e Franciende brindam essa edição com um artigo fruto de pesquisa monográfica. Em **Gênero, classe e etnia nos processos seletivos: considerações em seleções de mulheres na cidade de Teresina-PI**, é demonstrado como os processos seletivos permanecem reproduzindo os mecanismos que privilegiam determinados grupos sociais.

Este dossiê ainda conta com uma bela resenha escrita por Geovane Gesteira Sales Torres; uma entrevista com Ellen dos Santos Costa, servidora do Ministério das Mulheres acerca do disque 180. Por fim, este dossiê foi apresentado com o ensaio virtual **Corpos Masculinos: entre labutas portuárias**, de Paulo Holanda e Italo Gonçalves.

REFERÊNCIAS

Corrêa, Mariza. “Não se nasce homem”. *Trabalho apresentado no encontro Masculinidades/Feminilidades, nos Encontros Arrábida*, 2004.

Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3º Ed. Expressão Popular. São Paulo – SP, 2013.

Haraway, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva da parcial.” *Cadernos Pagu*, n.5, p. 7 – 41, 1995.

Harding, Sandra. “Is there a Feminist Method? In: Harding, Sandra. *Feminist and methodology*. Indiana: Indiana University Press, 1987.

Harding, Sandra. “Whose Science? Whose Knowledge?: thinking from women’s lives”. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

Keller, Evelyn Fox. “Qual foi impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, n.27, p.13 – 34, 2006.

Machado, Paula Sandrine. ““Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 20. p. 67 – 80, 2005.

Piscitelli, Adriana. “Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco”. *Revista Estudos Feministas*. p. 305 – 321. 1998.

Gênero em disputa: conflitos políticos, identitários e sociais

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DE PESSOAS NÃO-BINÁRIES: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

INAÊ IABEL BARBOSA

Doutorande em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas

Email: inaeib@outlook.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Revista Zabelê – PPGANT -UFPI - Teresina-PI • Vol. 4, n. 1 (2023)



RESUMO:

Considerando os efeitos da cisnormatividade e do binarismo de gênero nos processos de construção identitária, bem como os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico, o baixo índice de pessoas trans no ensino superior e o papel das instituições educacionais no processo de produção e manutenção das normas de gênero, neste artigo, propõe-se a construção de uma agenda de pesquisa centrada na seguinte questão: que experiências sociais marca(ra)m as trajetórias educacionais de pessoas não-bináries? Na conjugação de debates sobre transidentidades e educação, desenvolve-se um exercício teórico-reflexivo que almeja justificar a importância de estudos sobre as especificidades das identidades não-bináries, com atenção especial às experiências educacionais de tais sujeitos..

PALAVRAS-CHAVE: não-binariedade; cisnormatividade; trajetórias; educação; agenda de pesquisa.

13

ABSTRACT:

Considering the effects of cisnormativity and gender binarism in identity construction processes, as well as the high dropout rates of trans people in basic education, the low rate of trans people in higher education and the role of educational institutions in the production process and maintenance of gender norms, this article proposes the construction of a research agenda centered on the following question: what social experiences mark(s)m the educational trajectories of non-binary people? In the combination of debates on transidentities and education, a theoretical-reflective exercise is developed to justify the importance of studies on the specificities of non-binary identities, with special attention to the educational experiences of such subjects.

KEYWORDS: non-binarity; cisnormativity; trajectories; education; research agenda.

INTRODUÇÃO

As identidades sexuais e de gênero tornam-se “legítimas” ou “inteligíveis” por meio de uma matriz cultural que exige a resignação às seguintes regras: o gênero deve decorrer do sexo e as práticas do desejo devem decorrer do gênero (BUTLER, 2015). Com isso, “[...] certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural” (ibidem, p. 44). Entretanto, na certeza de que “lá onde há poder há resistência [...]” (FOUCAULT, 1988: 91), a persistência e a proliferação dessas identidades não-normativas - concebidas enquanto “deslegítimas”, “ininteligíveis”, “anormais” e “patológicas” – oportunizam que os limites e os objetivos dessa matriz cultural sejam criticamente expostos. (BUTLER, 2015)

O universo das transidentidades não-binárias¹ abarca algumas dessas identidades que produzem certa “[...] desorganização das regras que governam sexo/gênero/desejo” (BUTLER, 2015: 54). De forma bastante particular, pessoas trans não-binárias desafiam não só a cisgeneridade (coerência e continuidade entre sexo e gênero) mas também um outro pilar dessa matriz cultural que regula a produção identitária: a “[...]”

1 Transidentidades não-binárias são identidades de gênero que se articulam para além do binarismo de gênero (menino-homem/menina-mulher). Pessoas não-binárias podem se identificar como: bigêneras (pessoas que possuem dois gêneros, não necessariamente homem e/ou mulher); agêneras (pessoas sem gênero); gênero-fluidas (pessoas que experimentam a fluidez entre diferentes gêneros); andrógenas (pessoas que se identificam com uma mescla dos gêneros feminino e masculino); entre outras. Diferentemente de outras pessoas que teorizam a respeito desse universo de identidades, opto por utilizar sempre “não-binariE(s)” como uma aposta político-discursiva na não flexão dessa palavra no masculino ou feminino em nenhum momento.

estrutura reificada do binário disjuntivo e assimétrico do masculino/feminino [...]” (ibidem: 67). Neste contexto, pessoas não-binárias passam por diversos processos violentos de apagamento, invisibilização, marginalização e exclusão (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018).

Considerando, então, que esses processos violentos acontecem por meio de mecanismos específicos no contexto educacional; que a dinâmica de apagamento, invisibilização, marginalização e exclusão estão fortemente naturalizadas na escola e na universidade (SILVA; VAZ, 2019); e que o “sucesso escolar” é objetivamente menos provável entre pessoas pertencentes a grupos socialmente marginalizados (OLIVEIRA; SILVA, 2017), destaca-se a importância da conjugação dos debates sobre transidentidades com questões relativas aos espaços escolar e universitário. Para tanto, as trajetórias e experiências educacionais de pessoas as representações e as narrativas de pessoas trans² sobre suas experiências nesses espaços adquirem enorme relevância. (ibidem)

15

Isto posto, e a partir da constatação de que a academia pouco sabe sobre as especificidades das identidades não-binárias (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018), o presente artigo consiste em um exercício teórico-reflexivo que pretende colaborar com a construção de uma agenda de pesquisa sobre a grande temática da não-binariedade de gênero em espaços escolares e universitários. Mais especificamente sobre experiências sociais que marca(ra)m as trajetórias educacionais³ de pessoas não-binárias.

CISGENERIDADE, NÃO-BINARIEDADE E EDUCAÇÃO

2 O termo “trans” é utilizado para referir-se a todas transidentidades (travestis, transexuais e transgêneros). Ou seja, é um termo guarda-chuva para todas as categorias identitárias que não se resignam a cisgeneridade (coerência e continuidade entre sexo e gênero). (SILVA; VAZ, 2019)

3 Uso o termo “trajetórias educacionais” ou “trajetórias no sistema educativo” ao longo de todo texto para designar a “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente [...] num espaço” (BOURDIEU, 1996: 189, grifos do autor), neste caso, em instituições educacionais.

Como bem sintetizam Silva e Vaz (2019), a cisgeneridade (a condição de coerência e continuidade entre sexo e gênero) opera como norma social e estabelece um sistema hierárquico entre os corpos - conforme sua resignação, ou não, a essa determinação biologicista da identidade de gênero. Dessa forma, “os corpos correspondentes a essa norma são considerados legítimos dentro das mais diversas esferas da vida social e aqueles que não correspondem a essa marcação têm suas experiências deslegitimadas” (ibidem: 210).

Essa deslegitimação ocorre por meio de múltiplos processos violentos de marginalização e exclusão de pessoas trans na sociedade. Conseqüentemente, em uma sociedade cisnormativa, pessoas trans encontram diversas barreiras “por não se terem resignado a um corpo no qual não se sentem confortáveis e em que não se reconhecem como sujeitos” (SILVA; VAZ, 2019: 210).

Conforme Silva e Vaz (2019), certas estatísticas nacionais registram algumas das conseqüências dessa hierarquização dos corpos e desses processos violentos para com pessoa que escapam à cisnormatividade: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo (segundo pesquisa realizada pela Transgender Europe em 2016); e a expectativa de vida de pessoas brasileiras cisgêneras é de aproximadamente 70 anos, enquanto a de pessoas trans corresponde a metade disso no país.

Neste cenário, as estatísticas relacionadas à educação formal também registram conseqüências da cisnormatividade: o ensino médio opera, em geral, como um gargalo nas trajetórias educacionais de pessoas trans. “[...] Entre outros motivos, porque com frequência coincide com o período de transição de gênero” (SILVA; VAZ, 2019: 211), intensificando o processo de evasão-expulsão nessa etapa da educação básica: 82% das pessoas trans estudantes evadem do sistema educacional antes de terminar o ensino médio. Já o ensino superior, por sua vez, é uma exceção para essas pessoas: apenas 0,2%

da população trans brasileira está nas universidades. (SILVA; VAZ, 2019).

Nesse sentido, como afirmam Silva e Vaz (2019, p. 214), “escola e universidade são espaços em que essa dinâmica [de deslegitimação das transidentidades] está fortemente naturalizada”. Portanto, “quando olhamos para os altos índices de evasão/expulsão escolar de pessoas trans no ensino básico [e para o baixo índice de pessoas trans no ensino superior], fica claro como a cisgeneridade funciona como marcador para um desfecho bem-sucedido nos percursos escolares”, de forma que “[...] a formação escolar ainda é para as pessoas trans um dos principais obstáculos para o alcance da cidadania” (ibidem: 211).

Os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico e o baixo índice de pessoas trans no ensino superior são um elemento central da problemática desse artigo.

Segundo Oliveira e Silva (2017), a literatura que se dedica às interfaces entre gênero, sexualidade e educação tem debatido com frequência a relação entre desempenho escolar e violências motivadas por questões de gênero e sexualidade (para ir além da compreensão de “sucesso” e “fracasso” escolar enquanto resultados da origem social das pessoas, em termos de classe social, num sentido estritamente econômico⁴). Isso aponta para a potência da conjugação dos debates sobre transidentidades com questões relativas aos espaços escolar e universitário, bem como para a importância das representações e narrativas de pessoas trans sobre esses espaços.

Como evidencia Vergueiro (2015), um dos pilares da cisgeneridade é a binariedade. Deste modo, os elementos constituintes da subjetividade das pessoas são sistematicamente pensados a partir de categorias

4 Ampliar a discussão sobre desempenho escolar, considerando fatores outros que não apenas o econômico (como gênero e sexualidade), não significa, em hipótese alguma, desconsiderar a relevância de questões relativas à origem ou classe social quando se analisa casos de “sucesso” ou “fracasso” escolar. Pelo contrário: trata-se de ampliar o leque de fenômenos sociais que podem explicar tal sucesso ou fracasso

binárias por oposição como, no que diz respeito a identidades sexuais e de gênero: macho/fêmea, homem/mulher, heterossexual/homossexual e correlativas. Assim sendo, o binarismo de gênero acaba por articular “uma modelagem dos corpos, das identidades e da relação que estabelecemos com o mundo para poder habitá-lo ‘normalmente’” e, por conseguinte, resulta que “não há categorias disponíveis, referências, papéis, nem lugar na gramática para se nomear ou se pensar para além do feminino ou masculino” (LÓPEZ, GOMEZ; PLATERO, 2018: 124, tradução minha).

Esses fatos nos levam a um segundo elemento central da problemática desse artigo: a não-binariedade de gênero. Como bem elucidam López Gómez e Platero (2018: 124, tradução minha):

Para quem a lógica de ‘um ou outro’ não serve, nomear-se como pessoa ‘não-binária’ implica a negação do disponível. Uma pessoa não-binária é uma pessoa trans* que transita a outro lugar que se está construindo e que para muitas pessoas é ininteligível. Ser uma pessoa não-binária implica não se identificar plena e satisfatoriamente, de forma consistente e estável no tempo, com nenhuma das categorias disponíveis, nem com as expectativas sociais relacionadas a cada uma delas. É um termo amplo ou guarda-chuva que integra muita diversidade de sensibilidades.

Ainda segundo López Gómez e Platero (2018), pessoas que rompem com o binarismo de gênero sempre existiram ao longo da história e em diferentes culturas, mesmo que as sociedades contemporâneas, em geral, não reconheçam a existência, a identidade e o espaço cultural de pessoas autodenominadas não-binárias. Trata-se de um apagamento histórico, que acaba por converter a não-binariedade em uma “novidade”.

Desta forma,

Pode-se entender a emergência atual das identidades não-

binárias como resultado da experiência dos movimentos e lutas identitárias dos anos 1990 e 2000 que, ao buscar “normalizar” as identidades LGBT, fracassaram em questionar normas sociais como o binarismo [...]. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018: 124).

Legalmente falando, pessoas não-binárias não existem, “já que, em qualquer relação jurídica, todas as pessoas serão consideradas homem ou mulher” (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018: 115, tradução minha), o que leva pessoas não-binárias a ressaltarem a “falta de protocolos jurídicos, sociais e médicos para a integração de pessoas não-binárias, que existem para pessoas trans* binárias” (ibidem: 123).

No Brasil, especificamente, desde 2018 - ainda que com alto custo financeiro - pessoas trans podem retificar seu nome civil e/ou seu gênero em qualquer cartório no território nacional⁵. Tal medida, ainda que importante para pessoas trans não-binárias (quando é de seu desejo a retificação do nome), acaba por não dar conta das especificidades da não-binariedade, visto que apenas os gêneros “feminino” e “masculino” são reconhecidos no país: não há uma terceira opção assegurada para pessoas que não se identificam com nenhuma das duas disponíveis⁶.

Em sua pesquisa, López Gómez e Platero (2018) verificaram que com frequência pessoas não-binárias relatam “o estresse associado a segregação sexual e binária de espaços e atividades, especialmente nos centros escolares” (ibidem: 120, tradução minha), enfatizam “o sofrimento provocado pela segregação de gênero na escola, e afirmam que os critérios dessa segregação das atividades nem sempre

5 Leia mais em: “Retificação do nome para pessoas trans está mais fácil, mas continua cara”, ponte jornalismo, disponível em: <https://ponte.org/retificacao-do-nome-para-pessoas-trans-esta-mais-facil-mas-continua-cara/>. Acesso em: 25/05/2023.

6 Leia mais em: Os brasileiros não-binários que lutam pelo reconhecimento do gênero neutro: ‘Não me considero homem, nem mulher’, G1, disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/03/26/os-brasileiros-nao-binarios-que-lutam-pelo-reconhecimento-do-genero-neutro-nao-me-considero-homem-nem-mulher.ghtml>. Acesso em: 25/05/2023.

coincidem com suas preferências e suas habilidades” (ibidem: 123).

Questões relacionadas à segregação de gênero nas escolas constituem um terceiro elemento central da problemática desse artigo.

Em outra ocasião (LABEL BARBOSA, 2019), fiz um exercício reflexivo a respeito das relações existentes entre as temáticas gênero e sexualidade e o sistema educacional no Brasil. Por meio desse estudo, pude observar que a escola “não só reflete certas relações de poder e hierarquias relacionadas a concepções sociais de gênero e sexualidade (que produzem discriminações e violências), como também as constitui” (LABEL BARBOSA, 2019: 25).

A segregação de gênero na escola (como chamam López Gómez e Platero, que nada mais é que a produção e a manutenção de diferenças binárias e cisgêneras de gênero entre estudantes), acontece a partir de diferentes mecanismos, muitas vezes discretos (LOURO, 2014). A linguagem é um exemplo desses mecanismos: tratada geralmente como “espontânea” ou “orgânica”, na prática ela

[...] institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades etc.). (LOURO, 2014: 71)

Em convergência a essa problematização da linguagem, um dos debates mais frequentes, no que diz respeito a não-binariedade de gênero, é o uso de expressões que evitem a generificação para se referir às pessoas. Ou seja, evitar o uso de expressões que delimitam o gênero das pessoas de antemão por meio do uso de artigos femininos ou masculinos (exemplo dessa prática é a escolha de atribuir a alguém o adjetivo “inteligente” no

lugar de “esperto” ou “esperta”). Em línguas espanholas, e no português brasileiro da mesma forma, o uso da letra “e”, no lugar dos artigos “o” e “a”, também tem sido uma prática recorrente na intenção de “neutralizar” palavras genericadas (como “linde”, em vez de “linda” ou “lindo”). (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Além da linguagem, outros exemplos desses mecanismos de produção e manutenção de diferenças de gênero entre estudantes são os uniformes escolares e o modo como as disciplinas escolares são organizadas. E, como coloca Louro (2014), as aulas de Educação Física talvez manifestem esse processo de forma mais explícita: a afirmação de diferenças de habilidades físicas entre os sexos, a compreensão do esporte enquanto símbolo da masculinidade, a diferenciação de atividades e vestimentas adequadas para meninos e meninas, entre outras práticas, são estratégias de demarcação do que cada estudante pode ou não fazer, tendo o gênero atribuído ao nascer (que é determinado a partir do sexo do corpo) como ponto de partida.

Como puderam observar López Gómez e Platero (2018), para algumas pessoas não-binárias, os primeiros sentimentos de desconformidade com o binarismo de gênero estão ligados à dificuldade de se identificar plenamente com as roupas, os penteados, as atividades e os jogos mais “pertinentes” para cada um dos dois gêneros “legítimos”, percebendo-se em um “entre” ou em um “não lugar”.

Considerando, então, os efeitos da cisnormatividade e do binarismo de gênero nos processos de construção identitária, os altos índices de evasão escolar de pessoas trans no ensino básico, o baixo índice de pessoas trans no ensino superior, e o papel das instituições educacionais no processo de produção e manutenção das normas de gênero, sugiro que a seguinte pergunta é digna da construção de uma agenda de pesquisa: que experiências sociais marca(ra)m as trajetórias educacionais de pessoas não-binárias?

Trajetórias e experiências educacionais de pessoas não-binárias: reflexões teóricas para a construção de uma agenda de pesquisa

De forma mais específica, acredito que seja pertinente nos perguntarmos, refletindo sobre as experiências dessas pessoas desde a educação básica: de que forma a escola reforça (ou não) o binarismo de gênero, desde a perspectiva dessas pessoas? Essas pessoas se identificavam com certos mecanismos de produção e manutenção das diferenças de gênero na escola? Ou esses mecanismos produziram algum efeito de segregação e marginalização dessas pessoas na escola? Se não se identificavam e/ou sentiram-se segregadas e marginalizadas, quais eram as estratégias dessas pessoas de resistência a tais mecanismos?

Considerando também seus processos de autoidentificação enquanto pessoas não-binárias, talvez valha a pena nos perguntarmos se, na perspectiva dessas pessoas, a escola e/ou a universidade tiveram influência (positiva ou negativa) nesse processo? Se sim, de que forma?

Atentando ainda para as experiências de pessoas não-binárias que eventualmente ingressaram no ensino superior, podemos questionar: existem limites institucionais na universidade para o reconhecimento das identidades não-binárias, na perspectiva dessas pessoas? Se observados certos limites por elas, quais são suas estratégias de permanência no espaço universitário? E mesmo que existam limites, essas pessoas conhecem iniciativas institucionais na universidade que tenham por objetivo o reconhecimento das identidades não-binárias?

A pertinência da construção dessa agenda de pesquisa está no fato de que, embora debates sobre transidentidades tenham crescido em diversos espaços sociais e mesmo que haja um aumento de conquistas políticas por parte do movimento trans, ainda “pouco se problematiza de que maneira se materializam essas vivências efetivamente” (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 12); especialmente de pessoas trans não-binárias, permito-me acrescentar à observação dos autores.

Em convergência com tal fato, López Gómez e Platero (2018) indicam que são poucos e incipientes os estudos que se dedicam às especificidades das experiências sociais de pessoas não-binárias – e, mais ainda, estudos que o façam a partir de uma perspectiva interseccional. Com bastante frequência as transidentidades não-binárias não são contempladas por pesquisas que se dedicam à grande temática das identidades não-normativas e, mesmo que poucas vezes incluídas em reflexões mais amplas, quase nenhuma pesquisa se dedica exclusivamente às experiências de pessoas não-binárias. Ou seja, a academia pouco sabe sobre a não-binariedade – e o que sabe se refere, principalmente, ao contexto do norte global, a partir de pesquisas bastante recentes. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Portanto, apesar de certos (e poucos) avanços conquistados pelo movimento trans, para grande parte da sociedade (principalmente para aquela mais distante dos debates sobre questões de gênero e sexualidade, mas não só) pessoas não-binárias não existem e/ou suas experiências não importam. Essa impossibilidade sociocultural de reconhecer identidades de gênero que extrapolam o modelo hegemônico de inteligibilidade (que é binário, por excelência) acaba por colocar pessoas não-binárias em estado de vulnerabilidade social. (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO, 2018)

Destaca-se, assim, a importância de pensarmos, na academia, sobre não-binariedade de gênero, de forma mais abrangente, e, de forma mais específica, sobre os processos de entrada, permanência e evasão de pessoas não-binárias na escola e na universidade, bem como sobre os mecanismos sociais de produção de subjetividade que atravessam seus corpos e experiências nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a construção de uma agenda de pesquisa sobre as trajetórias e

as experiéncias educacionais de pessoas não-bináries, da educação básica ao ensino superior, espera-se que possamos compreender um pouco mais sobre os processos de inserção, permanéncia e evasão dessas pessoas nas escolas e nas universidades; sobre os mecanismos de manutenção do e de resistência ao binarismo de gênero nos contextos escolar e universitário; sobre os modos pelos quais escola e universidade atravessam os processos de construção de identidades não-bináries; e sobre possíveis intersecções entre desempenho escolar e questões de gênero, em intersecção com questões raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais, geracionais e relativas às deficiéncias.

Com isso, espera-se que seja possível evidenciar processos “por vezes violentos⁷ e contraditórios que envolvem a inserção [a permanéncia e a evasão] de pessoas trans* [não-binárias nas escolas e] nas universidades” (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 14). Processos esses que, de alguma forma, marca(ra)m suas experiéncias na educação básica ou no ensino superior.

De forma mais sutil e abrangente, espera-se que as pesquisas realizadas a partir dessa agenda possam contribuir com o esforço de “colocar as identidades trans não-binárias no mapa do possível, sabendo de que se trata de um termo guarda-chuva que pode abranger uma grande diversidade e que se conecta com experiéncias que possuem uma história própria” (LÓPEZ GÓMEZ; PLATERO: 113, tradução minha).

Além disso, considerando que “lá onde há poder há resistência [...]” (FOUCAULT, 1988: 91), espera-se que seja possível evidenciar também estratégias de algumas dessas pessoas para resistir à dinâmica tão naturalizada no contexto educacional de marginalização e exclusão de pessoas trans* e, assim, permanecer e ter certo êxito no sistema educativo, contrariando estatísticas. Considerando que tais estatísticas demonstram que as trajetórias de pessoas trans*, em geral, são majoritariamente marcadas pela evasão

⁷ Importante ressaltar que, em consenso com Oliveira e Silva (2017: 16), “violéncia está sendo pensada aqui não apenas em termos físicos, como também simbólico”.

escolar (OLIVEIRA; SILVA, 2017), visibilizar as trajetórias educacionais de pessoas trans não-binárias que tiveram certo “sucesso escolar”

tende a possibilitar o empoderamento de novos caminhos e vivências. Novos sujeitos emergem e se fortalecem a partir das narrativas. A potência de identificação criada nas narrativas torna-se relevante no que tange a construção de uma identidade coletiva que vai ganhando cor, voz e espaço nos contextos sociais (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 15).

Ou seja, espera-se que as narrativas de pessoas não-binárias sobre suas trajetórias de certo “sucesso escolar” (educação básica concluída, estudantes do ensino superior ou superior completo) possam se tornar “referências a novas trajetórias emergentes”: “[...] uma positivação das experiências trans* [...]” (OLIVEIRA; SILVA, 2017: 29), não-binárias, sobretudo.

25

REFERÊNCIAS

Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: MORAES FERREIRA, Marieta de; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 1996.

Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª ed. tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed. tradução de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Label Barbosa, Inaê. *Gênero e sexualidade no ensino de Sociologia: uma alternativa pedagógica*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

López Gómez, Isabel; Platero, Lucas. ¡Faltan palabras! Las personas trans* no binarias en el Estado español. *ex æquo*, n.º 38, p. 111-127, 2018.

Louro, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Oliveira, Amurabi; Silva, Keo. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. *Revista Educação e Emancipação*, v. 10, n. 4, p. 11-31, 2017.

Silva, Keo; Vaz, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). *Crítica Cultural – Critic*, v. 14, n. 2, p. 209-221, 2019.

Vergueiro, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.



Gênero em disputa: conflitos políticos, identitários e sociais

MULHERES NOS JORNAIS E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA FEMININA DO PIAUÍ (1830-1900)

ERIKA RUTH MELO DA SILVA

Mestra em Letras - Universidade Estadual do Piauí

Email: erikaruthmsc@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Revista Zabelê – PPGANT -UFPI - Teresina-PI • Vol. 4, n. 1 (2023)

RESUMO:

Esta pesquisa aborda a presença das mulheres do Piauí nos jornais do século XIX. O recorte temporal abarca o período que foi de 1830 até 1900 e objetiva a compreensão das experiências femininas no contexto oitocentista. Os jornais, tomados como fontes históricas de análise do recorte 1830-1870, revelam parte do processo de entrada das mulheres para a cena pública piauiense. É entre 1880 e 1900, porém, quando os textos de autoria feminina aparecem nos jornais, de modo que este estudo analisa as autorias literárias e jornalísticas das mulheres nos suportes impressos e manuscritos, ainda, inseridas em contexto nacional, no qual também surge a imprensa feminina no Brasil. À luz de autores como Duarte (2002), Le Goff (2013) e Bourdieu (2002), este trabalho finalmente demonstra como a imprensa e a literatura produzida por mulheres do século XIX influenciou na conquista de direitos que lhes foram historicamente negados, tais como a educação formal e a profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Mulheres; Literatura; História; Piauí

RESUMEN:

Esta investigación aborda la presencia de mujeres piauienses en los periódicos del siglo XIX. El marco temporal cubre el período de 1830 a 1900 y tiene como objetivo comprender las experiencias de las mujeres en el contexto del siglo XIX. Los periódicos, tomados como fuentes históricas para el análisis del período 1830-1870, revelan parte del proceso de ingreso de la mujer en la escena pública de Piauí. Es entre 1880 y 1900, sin embargo, cuando aparecen en los periódicos textos de autoría femenina, por lo que este estudio analiza la autoría literaria y periodística de la mujer en soportes impresos y manuscritos, aún inserta en un contexto nacional,

en el que también aparece la prensa femenina. en Brasil. A la luz de autores como Duarte (2002), Le Goff (2013) y Bourdieu (2002), este trabajo finalmente demuestra cómo la prensa y la literatura producidas por mujeres en el siglo XIX influyeron en la conquista de derechos que históricamente les fueron negados, como la educación formal y la profesionalización.

PALABRAS CLAVE: Prensa; Mujer; Literatura; Historia; Piauí

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pôr em destaque as fontes jornalísticas, compreendendo como tais veículos se enunciam no tecido temporal, envolvidos dos seus contextos de produção ou propagação, permite que se entendam os locais femininos no século XIX, assim como as relações sociais que imprimiram coerção de mentalidades sobre os corpos das mulheres. Contudo, desprende-se da ótica com que atualmente se observa o sujeito “mulher”, pois diverge daquelas lançadas aos corpos, textos e nomes femininos durante as décadas com as quais se trabalham neste estudo, 1830 a 1900.

Essa datação se notabilizou para a literatura e a imprensa brasileira pela alavancada nas publicações de periódicos e livros, posto finalizarem-se as antigas imposições coloniais (1500-1808) do pacto, as quais impediam as letras de imprensa no Brasil. A proibição foi revogada pela abertura dos portos (1808), de modo que se permitiu maior circulação comercial e jornalística.

Na província do Piauí, remonta à fundação da imprensa no estado: de 1832, com *O Piauiense*¹ de Oeiras, na primeira capital. Daquela

1 Jornal impresso na cidade de Oeiras, redigido pelo professor Amaro Gomes dos Santos e pelo Pe. Antônio do Lago. Circulou até 1835. Considerado o primeiro periódico do Piauí.

cidade se têm em arquivos² os notáveis periódicos do século XIX, todavia, ladeados a uma outra leva de fontes pertencentes ao território da Vila do Poti, escolhido para ser o novo centro administrativo do Piauí na segunda metade do centenário. No referido corpus, não há número volumoso de jornais; menos ainda, se dele recortadas as ocorrências das quais obtêm-se registros do mundo feminino oitocentista.

Importa destacar que é relevante para este trabalho a mudança de concepção acerca das fontes, no âmbito da ciência História, pois houve queda das antigas interpretações, principalmente quanto ao uso dos jornais para a pesquisa do passado. Conforme explicam Teresinha Queiroz e Pedro Castelo Branco (2020), “a aspiração da verdade histórica fazia com que os historiadores desprezassem os jornais enquanto fontes documentais” (QUEIROZ; CASTELO BRANCO, 2020: 9), por causa de suas posições de ordem política e de seus discursos voltados para grupos de interesses.

Não obstante, sob esforços de inúmeros movimentos da historiografia, ao lado do desenvolvimento de linhas da história da arte e a história das mulheres, o discurso histórico perdeu sua postura de imparcialidade. Com isso, fontes como jornais, revistas, testemunhos e cartas, assumiram nova leitura e significativa importância, dessa vez, centralizados por ofertarem o exato material pelo qual eram desprestigiados:

Na segunda metade do século XX, os jornais absolutamente resgatados da sua condição de pária, na oficina dos historiadores, assumiram papel de destaque, de fonte documental relevante, para pesquisadores que pretendiam conhecer a dinâmica cultural

² Refere-se neste trecho ao Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito; ao projeto “Memória do Jornalismo Piauiense” – UFPI, cujo site disponibiliza as fotos digitalizadas em arquivos; aos trabalhos tocados pelo Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura Piauiense – NESILPI (PREX-UESPI), mantenedor dos pesquisadores do Programa “Velho Monge”, através do qual fontes do século XIX são resgatadas dos arquivos pessoais e ofertadas à comunidade acadêmica para estudos e análises.

de uma sociedade, que indagavam sobre as transformações nas práticas cotidianas, que buscavam entender os embates mais diversos, sejam no campo da política, da religião, das sociabilidades, ou dos valores sociais, em síntese, das mais diversas formas de perceber, sentir e dizer o mundo a nossa volta (QUEIROZ; CASTELO BRANCO, 2020: 9).

Adotando essa diretriz teórico-metodológica à análise minuciosa dos jornais piauienses na segunda metade do século XIX, até 1857, porém, não foi possível encontrar a palavra “mulher” ou, sequer, notícias sobre elas. Os temas, por outro lado, eram a guerra da Balaiada, a mudança da capital, de Oeiras para a Vila do Poti, e culto à moralidade conservadora. Dessa forma, o entendimento é de que o mundo da política da província existia como uma bolha de homens, onde tocar nas questões relativas à feminilidade às vistas do público não era um assunto em pauta. 31

Percebe-se que os periódicos de Oeiras inúmeras vezes contrastavam com os atuantes no território da nova capital, Teresina, entre 1850 a 1870, especialmente quanto à política e aos hábitos cotidianos. Contudo, se há algo que os aproxima: jornais das quatro primeiras décadas oitocentistas não são as melhores fontes históricas sobre a vida feminina no Piauí. Embora essa inexistência das mulheres fosse comum nas páginas públicas àquele período no Brasil, nos periódicos piauienses, de modo extremo, encenam apenas questões políticas e partidárias, destacadamente em *O Correio da Assembleia Legislativa*³ e *O Telégrafo*⁴.

O jornal *O Escolástico*⁵, com temáticas da filosofia cristã e versando sobre a moral religiosa, trouxe comentário sobre as mulheres,

3 Se fundou em 1835, publicava atos da Assembleia Legislativa. Exemplares disponíveis datam até 1845, circulando em forma de livreto, em volumes anuais.

4 Folheto jornalístico de 1839, circulava em Oeiras, com duas edições semanais. Desapareceu em 1841.

5 É da cidade de Oeiras, circulou entre 1849 e 1850, impresso na tipografia saquarema.

todavia, como exaltação da castidade clerical e assunto de piadas ridicularizadoras. No diálogo da pequena piada, na única sessão de divertimento daquele folheto da igreja católica, se comparavam os homens às mulheres, e ao final se dizia: “As mulheres? Lhe tornou o homem; as mulheres? Ah! São piores. Mil vezes piores!”⁶.

Ocorre que, recém-saídas do mundo doméstico, as mulheres começaram a circular pelo espaço público do Piauí, não obstante, no segundo quartel do século XIX, dar esse “ar da graça” significava ir aonde não eram muito bem-vindas, tampouco compreendidas. Sobre o assunto, o que restou dos jornais piauienses do período comprovam o vivido nas datações.

MULHERES NOS JORNAIS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ: 1830 A 1870

A partir de 1830, o aparecimento público das mulheres nos jornais foi raridade, tanto pelas suas inacessibilidades educacionais que as possibilitasse o registro escrito de suas funções ou atividades, quanto pela cultura oitocentista da vivência pública, em contatos, saídas e liberdade, pertencer unicamente aos homens. Dentre outros fatores, a constituição do território e da economia teve participação nisso que os historiadores denominam “isolamento” das figuras femininas nas porções interiores, não só do Piauí, mas do Brasil.

De acordo com Marcelo de Souza Neto (2009), Portugal tinha uma empreitada colonizadora muito comprometida em manter as suas populações longe da educação, justamente para facilitar seu domínio. O historiador revela que em locais da colônia como o Piauí, os quais chamou de “áreas de criatório”, o repasse de conhecimento era dificultado pela estrutura econômica e territorial, pois

⁶ “Variedades”, O Escolástico, ano 1, n. 12, Oeiras do Piauí, p. 4. 2 mar. 1850.

Tiveram um processo de colonização pautado na pecuária e delineado sob a marca dos conflitos de terra entre sesmeiros e posseiros, o desenvolvimento da instrução formal marcou-se pelo signo da falta de recursos financeiros e pela carência de professores habilitados para exercerem as atividades de ensino, freando, portanto, a efetiva implantação de uma educação escolar (SOUZA NETO, 2009: 117).

Como destaca o pesquisador, existia a predominância da pecuária como principal meio de lucros do Piauí, uma atividade executada sem a necessidade da instrução gráfica e literária, que se utilizava de uma estrutura territorial de população rarefeita, distantes os povoados uns dos outros, na qual as elites se mantinham, com seus agregados, escravos e mulheres, na dinâmica privada de suas fazendas.

33

Frisa-se nisso, pois, se deve compreender a entrada das mulheres para a cena social pública como um processo de décadas, vagaroso e perpassado por conflitos políticos e culturais, sobretudo sob interferência da cena econômica em vigor. Esse processo, todavia, está passivo de relativa sondagem, a partir das folhas jornalísticas do Piauí do século XIX.

Na confirmação do caso, na então fundada Teresina, foi o veículo *O Propagador*⁷ que registrou o aparecimento público das mulheres, descritas na casa de teatro que acabava de se criar. Na primeira referência a um espaço cultural inaugurado na cidade, de 3 de julho de 1858, veio um registro de apresentação teatral com participação de mulheres, no Teatro Santa Tereza. A nota diz que ocorrera a apresentação da comédia “A afilhada do Barão”, uma farsa de nome “Bernardo na lua”, e ainda um dueto: “Casquilho e o jogador”.

A inquietação quanto ao público achar aparições femininas imorais

⁷ Jornal de 1858, impresso em tipografia independente. Desapareceu em 1864.

e não estar adaptado a inovações culturais, entretanto, são latentes, pois o comentário que segue os dados é uma crítica à atriz chamada Ermelinda, por abandonar o palco assim que sua máscara caiu, bem como ao fato de que as outras atrizes estavam “demasiado despidas”.

A mulher andando sozinha, mesmo para ir à igreja, era chamada nas colunas dos jornais de “prostituta”, ao tempo que as acompanhadas por algum homem eram denominadas de “senhoras”. Por esse motivo, um colunista afirmava que mudaria de cidade, porque o novo centro administrativo do Piauí “se acha bastante afetado da mais súbita imoralidade”⁸. O caso até foi tomado como argumento para os grupos discordantes da mudança de localização da capital.

Um homem, em *O Conciliador Piauiense*, confessou que achava o cotidiano da nova capital do Piauí insuportável, por esse convívio com mulheres, incomodando-se com as moças e seus namorados que, conforme seu relato: “se apresentam nas janelas, nas portas da frente, assentados a tomar fresca, em passeios pelas ruas de braços dados, isto com todo o desrespeito às famílias honestas e ao público”⁹.

O mesmo jornal também fala que uma mulher sozinha tropeçou na saia de uma das senhoras que se sentava perto do altar, procurando espaço para assistir à missa. O desencontro das damas gerou desconforto na mulher que teve a saia arrastada, justamente essa que o autor dizia conhecer e ter admiração, então confessa no texto: “moveu-me a procurar saber quem era aquela personagem; ao que se me respondeu ser uma prostituta!!! Disse eu. Uma prostituta atreve-se a zombar assim de uma senhora!... Oh meu Deus!...”¹⁰.

O modo que as mulheres aparecem nos periódicos do Piauí na década

8 A pedido, *O Conciliador Piauiense*, ano 1, n. 13, p. 5. 10 ago. 1857.

9 Idem.

10 Idem, *ibidem*.

seguinte, no entanto, é mais trágico. Elas eram as mais fáceis vítimas da fome, das crises e epidemias, relatadas nas notícias lamentáveis dos jornais. Sobre a febre tifoide, por exemplo, que assolou o Piauí nos dois primeiros anos da década de sessenta do século XIX, com destaque para o segundo semestre, chama atenção que só do dia 13 ao 29 de agosto de 1860, em cidades distintas, são noticiadas nas colunas¹¹ os falecimentos de inúmeras mulheres, dando ainda ênfase às pertencentes às altas classes do estado.

É *O Recreio Literário*¹², porém, o primeiro a trazer texto de autoria feminina na segunda metade do século XIX no Piauí. Não de uma mulher da terra, mas de Madame de Genlis, escritora e condessa na França, cujo nome foi Stéphanie Félicité. O folhetim era “Mademoiselle de Clermont”, localizado na página central do número 1, de 1851. Esse jornal também reclamava a ausência de atividades culturais para a juventude e foi o primeiro a demonstrar certo respeito à produção literária feminina daquele século.

35

APARECIMENTO DA IMPRENSA FEMININA NO PIAUÍ: A VIOLETA (1864) E A BORBOLETA (1888)

Apesar dessas aparições públicas femininas registradas pelos periódicos até 1870, se sobressaiu o latente isolamento territorial na província do Piauí, decorrente da economia agropecuária. A atividade econômica, que mantinha os índices do charque, do comércio e das policulturas, por outro lado existiu sob pena da comunicação dificultosa, problemas de integração territorial e, para o que importa neste estudo, da pouca vida pública das mulheres. A estas, em sua maioria, restou o ambiente doméstico, a maternidade e cuidados do lar, e, por força das mentalidades oitocentistas,

11 Mortes, O Expectador, Teresina, ano 2, n. 76, p. 4, 29 ago. 1860.

12 Jornal de Oeiras, fundado em 1851, versava sobre literatura e ciência. A publicação era mensal, contendo de 8 a 16 páginas.

o padrão se repetiu para as das residentes em áreas urbanas.

Diz-se, pois, uma vez que frequentassem a sociedade em *frenesi*, como as senhoras da burguesia de Parnaíba; às praças e serviços cotidianos, como viveram as negras; ou a instrução basilar, no caso das moças de Teresina, ainda assim o papel socialmente definido para seus corpos colocava-os sob risco do silenciamento, dependência financeira de pais e maridos, casamentos arranjados e dedicação a certo número de filhos.

Interno a este panorama suscito, porém, não se pode reduzir a figura feminina à recorrente análise do “mundo privado”. Salienta-se, então, a gradativa ruptura com tal postulado, sobretudo no que se refere à apropriação feita da leitura e da escrita, de modo principal, nos usos dados pelas mulheres do Piauí do século XIX para a palavra pública.

Assim, ressalta-se a importância da imprensa produzida por mulheres nas suas conquistas de direitos, pois a atividade letrada foi um dos requisitos fundamentais para o alcance de direitos nos séculos posteriores, tanto no que toca aos embates políticos pela educação formal, quanto à autonomia econômica e financeira advinda do domínio de conhecimento.

Com efeito, a imprensa feminina, isto é, um tipo de material escrito e pensado para mulheres, não só no Piauí, mas em todo o território brasileiro, se caracterizou por heterogeneidade. Esses múltiplos posicionamentos decorriam principalmente do cenário histórico-político daquele contexto. Boris Fausto (2019: 157) atesta que, no âmbito das ideias e concordâncias, nos limiares do segundo reinado existia “certo conflito entre o que se chama a burguesia reacionária, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, e a burguesia progressista, representada pelos comerciantes e financistas”. Fausto (2019: 157) também defende que “a divergência não se manifestava pela política partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, embora

houvesse certa preferência dos retrógrados pelo partido conservador”.

Os reflexos disso nas folhas femininas foram as múltiplas temáticas e o perpassar, tantas vezes contraditório, de ideias relativas à família, educação e autonomia. Seus conteúdos iam desde a tônica conservadora e religiosa, àquelas de relutância política combativa, cuja principal ocorrência era de redação e edição feita por mulheres, como foi *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889).

Se postos em comparação com os textos produzidos por/para homens no Brasil, se constata o mesmo que Constância Duarte (2016: 16), pesquisadora que afirma, nos registros do século XIX, que “chama atenção para a tímida participação feminina, consumidora e produtora” de livros e jornais. Somando-se ao analfabetismo da população e ao isolamento territorial, foram decisivos nesta implicação o preço do papel e da tecnologia tipográfica, paralelamente à dependência financeira das mulheres, cujas rendas, quando não eram de total centralização masculina, passavam por aprovação dos pais e maridos os gastos, ganhos e os conteúdos consumidos.

Logo, a existência de uma imprensa escrita para o público de mulheres brasileiras se viu nascente nas cidades cuja interferência econômica tinha preponderância da prática comercial, para tanto imitando um modelo de vendas das tiragens de menor custo do jornalismo, as quais facilitavam aquisição, bem como o esconderijo (nas gavetas, baús etc), em um tempo que, para muitas mulheres no século XIX, a leitura e a escrita públicas foram atividades proibidas.

Nesse contexto, se explica o ocorrido no Piauí, pois o primeiro folheto desse modelo a surgir foi *A Violeta*, que, segundo Pinheiro Filho (1972) apareceu em Parnaíba em 1864, com a ressalva de que jamais fora encontrado pelos pesquisadores, sem podê-lo classificar de autoria de homens ou de mulheres. Sabe-se apenas que objetivava

as “senhoras” do litoral do estado, um local onde, devido a atividade portuária, teve vultuosa ação comercial e concentração financeira.

Para Souza (2002: 17) o público desses locais de comércio deu razão ao jornalismo, “principalmente porque as únicas mulheres que sabiam ler e dispunham de tempo para isso eram as da aristocracia e da elite burguesa”. Por outro lado, essa questão de consumo impossibilitou que o jornal alcançasse as mulheres mais pobres ou as residentes em zonas isoladas do país.

Entende-se a existência fugaz de folhas femininas, amplamente escritas por homens, cujo intuito fora entreter, idealizar ou instruir o comportamento das mulheres. É nesse tipo em que se enquadra o, surgido no Piauí, jornal *A Borboleta* (1888), feito para mulheres e publicado por homens. Na ausência de uma educação formal para moças, esses jornais impunham para si a missão de educar socialmente as mulheres, assim como homenageá-las.

Fosse por quê *A Borboleta* não teve a igual qualidade dos destinados “ao belo sexo”, tais como os que circularam em Recife e no Rio de Janeiro, fosse por ser um veículo simples, que não abordou temáticas mais aprofundadas da arte ou de novidades, o jornal não teve uma tiragem volumosa.



IMAGEM 1: Jornal A Borboleta, Teresina, 1888.

A legenda do jornal denominava-o “Mimo ao belo sexo” e de conteúdo “exclusivamente literário”, o que foi confirmado pela estrutura, dividida em 4 contos e, encerrando a edição, 3 poemas. No entanto, nada relativo ao tom folhetinesco ou reprodução de poemas, como recorria nos periódicos femininos do restante do país. O primeiro texto se deu em conto: “A mulher e a Flor”, assinado por Black Knight cuja tradução do inglês significa “Cavaleiro Negro”. O segundo, “Inocente”, de Giovanni, seguido de “No baile”, com autoria de Warton. Fechando a sessão da prosa, veio “Fragmento”, de Atasius Alill. As duas primeiras poesias homenageavam uma mulher chamada “A.”, eram “Impossível” e “Imitação”, escritas por Julio Fanoff; a última dedicava-se ao periódico, levando seu nome: “Borboleta”.

Em *A Borboleta* nota-se o explicitado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2008), cuja teoria acerca dos significados de masculino e feminino defende que os binarismos da natureza são utilizados nos discursos, muitas vezes, para legitimar as relações humanas. Por isso, naqueles textos “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de

princípios de visão e divisão” (BOURDIEU, 2002: 21), pois as noções de mulher, nos poemas e contos, pouco se aplicavam à vida comum, e servem para confirmar que há uma gritante diferença entre a representação dada à mulher do Piauí e a sua real experiência no cotidiano da época.

Quanto aos autores, nenhum dos nomes em *A Borboleta* pertenceu a uma mulher, nem mesmo os que lembram pseudônimos. Prevaleceram palavras em inglês ou abreviações na assinatura da prosa; um homem com sobrenome estrangeiro deu autoria aos versos. Ressalva-se, contudo, que o fenômeno no Piauí se conjugou aos demais do mesmo feitio, pois os jornais brasileiros classificados como “femininos”, como *O Espelho Diamantino* de 1827, primeiro tiveram autoria masculina, sob a crença de que a instrução das mulheres deveria se fazer de forma regulada, afastadas de debates políticos.

O JORNALISMO DAS MULHERES DO PIAUÍ NO CONTEXTO BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Tempos depois foi que as próprias mulheres brasileiras ocuparam os espaços de edição e redação, em um percurso cronológico que se modifica conforme o território. Entretanto, compreender tal recorrência como atraso ou defeito é um equívoco. Frisa-se nesta observação, pois a celeridade da autoria não é o central na compreensão de uma história da imprensa feita para mulheres, mas pôr os fatores temporais em diálogo com formato, escrita e periodicidade das suas publicações.

Observa-se, assim, que traçar um parâmetro de delimitação geral seria estipular uma escala de progresso, o que soa tão perigoso para as ciências sociais quanto tomar diretrizes pelas quais se obtêm resultados já declarados ineficazes. Exemplos do caso são a insuficiência das conclusões advindas

da realidade europeia para análises internas ao panorama do Brasil, bem como a desproporcional aplicação estrutural do campo produção erudita e da crítica literária brasileira, construído para e comandado por homens, no entendimento de, no mesmo contexto, a atuação autoral das mulheres.

Nesse sentido, tratar do formato e dos territórios da imprensa feminina define questões significativas da leitura histórica. Destaca-se o baluarte dos locais, pois as datas de aparecimento dos jornais e revistas para mulheres e a contextualização histórica de suas leitoras não se devem transpor abruptamente de um país a outro, ou de uma província para a outra, ainda que estejam dentro da mesma datação, tampouco devem ser colocadas em comparação de “valor” ou “qualidade” ao conteúdo e temáticas abordadas pelos textos publicados por homens do século XIX.

Logo, como defende Le Goff (2013: 138), “o historiador deve, como um artesão desvalorizado, limitar-se ao hábito ingrato da análise”. O motivo, todavia, é mais simples que essa admissão: “o passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado. Um dia, mais tarde, quando as condições estiverem reunidas, os historiadores conseguirão estabelecer uma lei” (LE GOFF, 2013: 138). Então, não se trata de identificar uma lei que defina o que é ultrapassado ou evoluído nos limiares da imprensa feminina, mas fazer cortes no tecido temporal dos recortes (1830-1900), “trabalhar, buscando propor para ele uma abordagem e uma história” (LE GOFF, 2013: 138).

Se quer dizer: países como a França e a Inglaterra têm uma imprensa feminina e leitoras diferentes das do Brasil do século XIX, assim também locais, como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, tiveram manifestações, deste mesmo tipo jornalístico, muito distintas das que ocorriam no Piauí de época igual. Ademais, salvo em termos de comparações plausíveis, não é válido tipificar este ou aquele território mais avançado. É enriquecedor, porém, entender os processos que justificam a situação histórica das

publicações.

Do contrário, os estudos se tornam limitados por entraves. A prova dessa afirmação é o supracitado jornal *A Borboleta* no Piauí, que contava apenas com letras datilografadas, sem os desenhos e ilustrações que estavam na ordem do dia dos jornais do restante do país. Tendo acesso apenas a um de seus números, o terceiro, de 7 de outubro de seu primeiro ano, 1888, a periodicidade e o enfoque, entendido salvo houvesse outras edições, permanecem em silêncio. Seu único número tem quatro páginas disponíveis, classificando-o como jornal e não como revista, cuja temática e tipo de textos não seriam publicados em praças como São Paulo ou Pernambuco, naquele mesmo ano.

Outra prova de que apenas a comparação abrupta reduz a leitura histórica é o caso Brasil-Europa, que, ironicamente, é muito recorrente. Se tomado em minúcia, vê-se que em território europeu a imprensa para mulheres e a impressão de materiais que lhes fosse acessível funcionava desde o final do século XVII. O país pioneiro foi a Inglaterra, cuja primeira publicação de imprensa feminina ocorreu em 1693, o jornal *Lady's Mercury*. No século posterior, a moda do jornal feminino foi imitada por todo o continente, tendo-se registro de 1758, na França, do surgimento de *Courrier de La Donne*, assim como na Itália, em 1770, do veículo *Toilette*, e na Alemanha o *Akademie der Grazien*, de 1774.

No Brasil, por sua vez, além da proibição de letras de imprensa, imposta pelo pacto colonial até 1808, se somavam os entraves financeiros e de alfabetização das moças, permitindo aparecer um veículo, *O Espelho Diamantino*, de “instrução” para as damas da corte, editado pelo francês Plancher-Segnot, somente em 1827. O periódico contou com 14 edições, tendo publicação efêmera de um ano e resumia conteúdos basilares como teatro, história mundial e belas artes.

Desse modo, não se trata de buscar por uma relação de datas de quem primeiro escreveu para mulheres, menos ainda de classificar como avançadas ou atrasadas as temáticas dos textos publicados pelas folhas, mas encontrar “umamaneiradetraduziredeordenarexperiênciasnotempo”(LEGOFF,2013: 139). Amplia-se a observação para os fatores que congregam a possibilidade: as formas de organização econômica mundial, que se transmutaram em uma empreitada neocolonialista sobre países como o Brasil, e, por conseguinte, sobretudo no tocante a produtos como a imprensa periódica, o impacto disso nos hábitos de consumo e nas mentalidades das mulheres.

Por tudo isso, a análise se desloca do fator cronológico e se dirige para o sistema de causalidades histórico-sociais, uma vez que a história “doravante é compreendida como processo, com a ideia de que os acontecimentos não se reproduzem mais somente no tempo, mas através dele” (LE GOFF, 2013: 137). Identifica-se que a forma de consumo e de propagação dos veículos brasileiros precisou se modificar para que o contato com as mulheres fosse estabelecido, já que havia em curso um novo regime de historicidade.

Quando isso ocorreu, conforme Duarte (2016), em finais do século XIX, foi que a situação mudou drasticamente, pois “mais do que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina (DUARTE, 2016: 16)”, que é quando a imprensa feminina não só abarcou uma história do jornalismo produzido por mulheres, mas, ainda, aparece como suporte central nos estudos de história da literatura.

Nesse contexto é importante pôr na balança o que descreve o historiador Boris Fausto (2019: 169), acerca das mudanças socioeconômica do Brasil ao final do oitocentismo, porque a “liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc”.

Essa busca por modernização capitalista e, em consequência, de hábitos

e estruturas, chegou para o Piauí em forma não muito diferenciada, isso sem mencionar que já existia um polo de vultuosa referência capitalista ao norte do estado, que se somou à construção de teatros em Teresina, à chegada dos recém-formados da faculdade de direito de Recife na educação e literatura local, as reformas arquitetônicas em Parnaíba, além da ampliação dos veículos educacionais como as escolas religiosas.

Com efeito, o formato de assinatura e o conteúdo moralizante, no qual a imprensa periódica brasileira se habituara a atuar, também precisou mudar para que mulheres fossem leitoras e produtoras de jornais. Luana Pereira Luz (2007) confirma que “a principal tarefa assumida pelas folhas femininas neste início era zelar pela erudição e educação das damas da época” (LUZ, 2007: 27), algo nem sempre atraente para as mulheres que, sobremaneira a partir de 1890, buscaram cada vez mais o assunto político relativo aos direitos civis e os produtos inovadores de artes, moda e literatura.

As pesquisas atribuem o estopim da mudança às empreitadas das vendas norte-americanas pós-independência, pois, segundo Lidiane de Souza (2002), folhetos estadunidenses como o *Lady's Home Journal*, introduziram no Brasil duas estratégias que facilitaram essa propagação: a não exigência de assinatura para consumo dos periódicos e o distanciamento de conteúdos unicamente morais ou sentimentais, tendo em vista que a estrutura do comércio e as formas de “ser mulher” no Brasil passava por transformações.

O CISNE (1891), A PENA (1899) E BORBOLETA (1905): INVERTENDO A LÓGICA DA EXISTÊNCIA

Ainda no que diz respeito ao formato das publicações, a própria impressão tipográfica deve ser posta em análise quando em diálogo com os territórios de ocorrência. Porque, de acordo com Constância Duarte

(2016: 14) as imprensas femininas “desde o início se configuraram como espaços de aglutinação e resistências”, até mesmo diante do sistema de publicações de textos. Em províncias do Brasil, como o Piauí do século XIX, além dos recursos financeiros, os jornais e as tipografias também pertenciam aos homens, especialmente àqueles ligados à igreja, maçonaria ou à política local. Outro agravante para elas é que tais estruturas só se encontravam nos centros urbanos, como Teresina e Parnaíba.

Diante do quadro, Nino César Dourado de Barros (2020) comprovou a face da resistência emplacada pelas escritoras do Piauí para que pudessem publicar seus jornais. O pesquisador ressalta que essas mulheres mantiveram a existência de folhetos através da redação a próprio punho, fazendo-os circular longe do modelo típico de publicação periódica, portanto, sendo manuscritos, não datilografados.

Nesse formato, Barros (2020) registrou o jornal *O Cisne*, de 1891, e a revista *A Pena*, de 1899, ambos redigidos e publicados em Campo Maior, cidade piauiense localizada a cerca de 80 km da capital, Teresina. Conforme defendido pelo historiador, o formato manuscrito explica o porquê de estarem “fora dos catálogos e não relacionado nos textos sobre a história da imprensa piauiense” (BARROS, 2020: 265). Essa pontuação é importante para a história, ainda, porque a tradição oralmente repassada, o mundo doméstico e textos manuscritos, foram excluídos do catálogo tradicional da historiografia por muitos séculos, outrossim, o exato local da vida feminina até início do século XX.

De certo, pelo formato e pela seleção historiográfica a favor de fontes oficiais, muitos jornais e registros se destruíram ou foram desconsiderados no passado. O prejuízo disso atingiu o que era produzido pela as mulheres, tanto porque se perderam enquanto neles figuravam como escritoras, quanto pela lógica específica na qual se organizavam

suas publicações jornalísticas, antagônica à da imprensa de suas épocas e à ótica com que a história se acostumou analisar o jornalismo.

Quanto à imprensa feminina de formato manuscrito, segundo o pesquisador, *O Cisne* (1891) foi um jornal de pequeno formato, “era redigido por diversos colaboradores, se identificava como crítico, literário e dedicado ao belo sexo, e prometia sair semanalmente” (BARROS, 2020: 267). Para *A Pena* (1899), Barros (2020) ressalta uma chamada que, ao anunciar um “farfalhar de saias” pedia abrigo à “pena” e atenção à palavra feminina.

O intrigante dessa manifestação da imprensa feminina é que no interior do Piauí, a falta de recursos para a impressão gráfica e o baixo poder aquisitivo das mulheres, longe de ser um empecilho, foi a razão para que a imprensa feminina fosse lida e produzida.

As folhas também se configuraram como locais de apoio conjunto, constituindo para si lógica específica de produção e recepção. Destaca-se nessa afirmativa a comprovação trazida pelo jornal *Borboleta*, pois em 1904 fundou-se em Teresina, escrito de modo manual, como parecia comum às folhas femininas do interior piauiense, posteriormente se tornando impresso, o primeiro número assim saiu em 1905:



47

IMAGEM 2: Jornal Borboleta, Teresina, 1905.

Por isso, Nino Dourado de Barros (2002) classifica o periódico como dotado de duas fases:

A primeira, quando apareceu de forma manuscrita, com pequeno formato, e contava com um grupo significativo de mulheres da sociedade local, embora alcançasse um público limitado devido ao meio de produção; e a segunda, quando completou um ano de existência em 29 de outubro de 1905, festejando com o número décimo quarto, o primeiro a ser impresso (BARROS, 2020: 266).

Nesse sentido, os destaques relativos à imprensa produzida por mulheres no Piauí são exatamente essa inversão dos fatores com os quais

costumeiramente se analisam as produções impressas piauienses, portanto, requerendo análise peculiar. Outro fator a elucidar é a tônica emplacada nos periódicos, pois aqueles editados por mulheres trabalhavam conforme um tipo de compadrio e solidariedade, não com a polêmica e a crítica ácida vista nos que eram publicados pelos padres, literatos e políticos.

Borboleta, por exemplo, era “antes conhecido por um grupo formado basicamente de amigos e familiares” (BARROS, 2020: 266). A relevância de tal detalhe é também pela contribuição literária, ao tempo que política, que o regime de homenagem significou para que se assegurassem mulheres escrevendo. A reprodução de poemas femininos como os de Francisca Montenegro, o respeito às antecessoras, como Luiza Amélia de Queiroz, e a comunicação com outros periódicos de edição feminina, tais como *A Andorinha*, de Teresina, funcionou como um território que as protegeu da lógica agressiva do campo literário e jornalístico local.

Portanto, nesses periódicos as jornalistas e escritoras introduziam suas carreias, se descobrindo como autoras e, como demonstrou ser *Borboleta* em Teresina, foi o lugar no qual iniciavam seus investimentos no mundo intelectual ou artístico. Os quesitos biográficos das participantes demonstram a validade dessa inferência. Muitas colaboradoras, como Francisca Mendes Burlamaqui e Flora Mendes Burlamaqui, foram nomeadas professoras em 1907; Maria Amélia Rubim, uma das editoras do jornal, em 1908 seguiu para o Ceará, a fim de se formar em Direito, em um tempo que a formação superior das mulheres era evento raro.

Alayde Mendes Burlamaqui, além dos editoriais combatidos em defesa da escrita feminina, teve publicações voltadas para a importância da música, pois era bandolinista. A jornalista ainda teve nome citado em 1969 no *Dicionário bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil*. Logo, a representatividade alcançada pelas mantenedoras de

Borboleta, contribuiu para um tipo de aceitação social das mulheres no jornalismo piauiense, assim como para que os escritores de outros jornais, a partir de então, considerassem importante a temática feminina em seus periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À proporção que jornais, revistas, folhetos, manuscritos, emergem pesquisas dos estudiosos empenhados no resgate e preservação desses suportes, a variedade de novas formas de escritas e autorias convidam, além da descrição e reunião das fontes, às análises que põem em foco a participação feminina.

Portanto, as discussões apresentadas neste estudo foram possíveis pela releitura das fontes. Diz-se releitura, pois, se fizeram análises considerando-as não apenas enquanto mecanismos de descrição histórico-temporal (fonte em si), mas pela reforma que provocam nos conceitos de “história”, “ciência”, “sistema literário”, uma vez que reajustam suas datações, pilares, comprovações e protagonismos desconhecidos pelos antigos materiais.

O estudo das mulheres e das relações de gênero, contudo, reconfiguram igualmente às óticas nas quais as pesquisas ao redor do jornalismo e da literatura brasileira se forjaram, compreendendo-os (jornalismo e literatura) também em correlação, pois foram os jornais os veículos responsáveis pela profissionalização dos escritores do Brasil.

Ressalta-se, no entanto, que a autoria feminina, principalmente essa que se organizou em uma rede de jornais escritos por mulheres e direcionados às outras mulheres, imersa à sociedade oitocentista, reclama estudo peculiar de sua organização também específica, com lógica e espaço próprio, de produção, circulação e recepção.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Andreia Rodrigues de. Do lar ao social: educação e gênero no Piauí império. *Anais do VI Encontro Nacional de História Cultural*, Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2015.
- Barros, Nino Cesar Dourado de. A imprensa feminina em Teresina: o jornal A Borboleta: 1904-1906. In.: Queiroz, Teresinha; Castelo Branco, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas Impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.
- Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Castelo Branco, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república*. Teresina: EDUFPI, 2013.
- Duarte, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- Filho, Celso Pinheiro. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

Queiroz, Teresinha; Castelo Branco, Pedro Vilarinho (org.). *Páginas Impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

Souza, Lidiane Aparecida Silva de. *Imprensa Feminina: a mulher vista nas páginas das revistas*. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

Souza Neto, Marcelo. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

Borboleta, Teresina, ano 1, n. 14, 15, 16, 20, 21, 23, 1905.

Mortes, *O Expectador*, Teresina, ano 2, n. 76, p. 4, 29 ago. 1860.

Pacotilha, **O Conciliador Piauiense**, Oeiras, ano 1, n. 13, p. 6. 10 ago. 1857.

Variedades, *O Escolástico*, ano 1, n. 12, Oeiras do Piauí, p. 4. 2 mar. 1850.

Gênero em disputa: conflitos políticos, identitários e sociais

CÂMERA, LUZ E HUMILHAÇÃO: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, EMOÇÃO E HUMOR NA TELEVISÃO BRASILEIRA

MATHEUS CUNHA

Graduando em Ciências Sociais - Universidade Federal de Uberlândia

Email: mths.ac@ufu.br

BIANCA FLORESTA DE SÁ

Graduanda em Ciências Sociais - Universidade Federal de Uberlândia

Email: biancadsa123@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

RESUMO:

Este artigo surge a partir de um diálogo entre duas pesquisas: “Investigações sobre a humilhação como fenômeno social: bases teóricas, epistemológicas e empíricas” e “A construção de gênero na juventude: uma análise de produções seriadas na subjetivação do eu”. Tem por objetivo central destacar que o *mainstream* hegemônico do humor brasileiro contém como cerne central a humilhação social, principalmente destinada à corpos femininos e transexuais. O texto busca, portanto, apontar os pontos de intersecção do estudo da antropologia e sociologia das emoções, junto à humilhação social e gênero, levando como base empírica de análise determinado produtos culturais humorísticos.

PALAVRAS-CHAVE: humilhação social; gênero; humor; subjetividade.

53

ABSTRACT:

This article arises from a dialogue between two studies: “Investigations on humiliation as a social phenomenon: theoretical, epistemological and empirical bases” and “The construction of gender in youth: an analysis of serial productions in the subjectivation of the self”. Its central objective is to highlight that the hegemonic mainstream of brazilian humor contains social humiliation as its central core, mainly aimed at female and transsexual bodies. The text seeks, therefore, to point out the points of intersection of the study of anthropology and sociology of emotions, together with social humiliation and gender, taking as an empirical basis of analysis certain humorous cultural products.

KEYWORDS: social humiliation; gender; humor; subjectivity.

INTRODUÇÃO

Este artigo surge a partir de um diálogo entre duas pesquisas: “Investigações sobre a humilhação como fenômeno social: bases teóricas, epistemológicas e empíricas”¹ e “A construção de gênero na juventude: uma análise de produções seriadas na subjetivação do eu”². Tem por objetivo central procurar destacar que o *mainstream* hegemônico do humor brasileiro contém como cerne central a humilhação social, principalmente destinada à corpos femininos e transexuais – além da imensa caricatura, dentro desse espectro feminino-trans, de corpos pretos e pobres. O texto busca, portanto, apontar os pontos de intersecção do estudo da antropologia e sociologia das emoções, junto à humilhação social e o gênero, considerando como base empírica de análise determinados produtos culturais humorísticos.

Uma leitura do humor brasileiro contemporâneo, quando relacionado ao gênero, é de suma importância para compreendermos que o humor tem como base central de seu sentido o rebaixamento e a hierarquização de corpos – o que é por si só parte constituinte da definição de humilhação social. Assim, o humor funciona como um dispositivo ideológico de transmissão de humilhação. Esse processo de humilhação passa a fazer, por um lado, parte constituinte da subjetividade desses “corpos abjetos” (Butler, 2019): significam, para si, que não devem existir.

Partimos, portanto, do estudo do gênero em Joan Scott (1995) e de Teresa de Lauteris (1994), além de utilizarmos a teoria sociológica do cinema de Pierre Sorlin (1995) para analisarmos os produtos culturais das *big companies* (em especial, Band Tv e TV GLOBO), compreendendo

1 Pesquisa que foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sob o número de registro APQ-03372-18.

2 Pesquisa feita a partir do grupo de Ciências Sociais do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de Uberlândia, registrada pela Diretoria de Ensino da Universidade Federal de Uberlândia (DIREN) com o número de registro DIREN/PET 331/2022.

e buscando demonstrar que a humilhação é um processo que dá sentido, coesão e conteúdo para esse tipo determinado de humor, nos programas televisivos brasileiros.

O artigo é dividido em três partes teóricas centrais: o estudo das emoções e humilhação na teoria social; o gênero como adereço central da humilhação e hierarquização de corpos através do humor; breve análise de determinados produtos culturais.

DAS EMOÇÕES À HUMILHAÇÃO: BREVE DIÁLOGO SÓCIO-ANTROPOLÓGICO

Sentimentos e emoções são subjetivos em seus dois pólos: naquele que sente e naquele que o observa, interpreta-o. As ciências sociais tantas vezes negou e desprezou, propositalmente, as questões subjetivas, vendo-se, sempre, diante do seu próprio fantasma. Afinal, como estudar, objetivamente, questões subjetivas? Como compreender o sentimento, a emoção, como uma questão social, construída e significada coletivamente? Como fundamentar, teoricamente, as emoções e os sentimentos como processos sociais?

A resposta – ou pelo menos o início –, ironicamente, surge em uma obra positivista, como propõe Koury (1999). Para o autor brasileiro, um dos pioneiros no estudo da sociologia e antropologia das emoções no país, Durkheim, quando estudou o sistema totêmico como base das religiões “primitivas” (sic.), atuou na descoberta de algo que seria importantíssimo para a ciência social mundial no pós-guerra: a ideia do simbólico. A concepção durkheimiana, apesar de ser organicista, enxergava as expressões subjetivas e individuais dos sujeitos como frutos de uma significação simbólica, construída coletivamente, pelo social. Ou seja, dentro de

determinada sociabilidade observada, as emoções, os sentimentos – em termos mais amplos, o campo simbólico – não podem ser investigados como uma consequência individual: ele é proveniente da própria sociedade.

É justamente aí que, segundo Koury (1999), encontram-se as propriedades propriamente ditas do sentimento/emoção como campo de estudo e categoria analítica social: são frutos, seguindo os passos de Durkheim, das relações sociais de determinada sociedade, em determinado tempo histórico observado. Koury não deixa de apontar, ainda, o movimento quase dialético do processo da emoção/sentimento na concepção do simbólico: o indivíduo que entra em contato com essa categoria simbólica – que é “pré-determinada” coletivamente – sempre dá um significado individual, mesmo que mínimo, sobre o significado coletivo: é sempre “revificada e reatualizada na contiguidade individualizada e interiorizada” (Koury, 1999: 78)

Já Cynthia Sarti (2001), por exemplo, defendendo o estudo da dor/emoção/sentimento como um campo de análise não somente natural/biológica, mas, sim social, também parte de Durkheim e Mauss, principalmente na ideia de uma sociabilidade significada e construída, simbolicamente. Nela, “[...] não se separa a realidade de seu significado. Todo ato humano contém em si significação” (Sarti, 2001: 5). Portanto, como o próprio Koury, a visão converge-se: os sentimentos são construções sociais. São significados e construídos coletivamente, dentro da perspectiva simbólica da sociologia/antropologia clássica francesa.

Na ideia de Sarti, no entanto, há um diferencial: o corpo. É na e pela sociedade que ele é forjado, *é o social que constitui o corpo de realidade*. Ora, se a dor, objeto de estudo em seu texto³, é um processo que atua no corpo, seja de forma física e social, ela é compreendida, defende a

³ Tomamos a liberdade de estender a ideia de “dor” aos sentimentos, em geral.

autora, como uma realidade da dimensão social. O corpo, então, “[...] define-se de acordo com as regras do mundo social no qual se inscreve.” (Sarti, 2001: 7) e são os sentimentos – dor, felicidade, gozo, nojo, ódio, vergonha – da mesma forma, produzidos social e culturalmente.

A não-naturalização dos sentimentos é ainda mais clara no trabalho clássico de Mauss, quando estuda a obrigatoriedade dos sentimentos, em 1921. Fazendo um diálogo com outros trabalhos da época, que abordaram o emprego moral e social – utilizada para saudações – das lágrimas. Mauss ([1921], 1979) em seu texto, procura ampliar e comprovar, ainda mais, a ideia de um uso obrigatório e moral, não só das lágrimas, mas de sentimentos em geral. Há, então, em sua obra, uma não-naturalização das expressões sentimentais, baseando-se na análise de rituais fúnebres australianos. Nestes, que são construídos e planejados coletivamente, onde responsabilidades são determinadas, no sentido de quem para quem se expressão aqueles sentimentos.

57

Principal expoente do legado de Durkheim, Mauss compartilha da concepção de um processo de uma significação simbólica construída coletivamente, que leva o indivíduo a expressar os sentimentos em determinados momentos: os sentimentos, são quase que fatos sociais durkheimianos, e os indivíduos, antes mesmo de entrarem em contato com eles, sabem seus significados culturais, como expressá-lo, reagir, e, até mesmo, senti-lo. Por serem produtos de diversas formas de socialização, os sentimentos são, também, variáveis. Não só de uma sociedade para a outra, mas internamente:

O que demonstra de maneira definitiva essa natureza obrigatória da expressão de *tristeza*, da *cólera* e do *medo*, é que ela não é comum a todos os parentes. Não são só indivíduos determinados que choram, que uivam e que cantam, mas na maioria das vezes, pertencem, de direito e de fato, a um único sexo (Mauss, [1921], 1979: 325, grifos nossos).

Esses sentimentos são, portanto, moldados coletivamente. Há, no fundo que constitui essas ações, uma obrigatoriedade moral e social – não natural – de suas expressões: aqui, no caso, a dor e o luto através das lágrimas.

Ainda na ideia de uma variabilidade do espectro emoções/sentimentos, Sarti (2001) aponta que essas construções simbólicas – que dão a base da expressão, por um lado, e interpretação (de um terceiro), pelo outro lado – variam não só dentro de uma sociedade específica, mas também por razão de seu local social: as relações de dor/sentimento são oscilantes dentro das vivências gênero-raça-classe, onde se há maior ou menor resistência, mais ou menos compaixão, em que “o lugar social do indivíduo qualifica sua dor e determina a reação do outro em face a sua dor” (Sarti, 2001: 10).

Ora, até aqui, coube-nos, em boa parte, a antropologia: o campo da teoria social que menos mostrou resistência ao estudo das emoções e sentimentos. As pesquisas, além das mencionadas anteriormente, destacamos Breton (2019); Rosaldo (1984), Rui (2021); Benítez-Dias (2019); Coelho (2010); Viveiros de Castro; Araújo (1977), Daas (1996; 2007) ora focam em uma questão de uma construção de uma antropologia capaz de analisar e teorizar as emoções, ora focam nos estudos micropolíticos, ora nas suas representações mercadológicas, ora em complexos, ora nas suas perspectivas políticas. É uma área de estudo bem fundamentada e construída, desde meados dos anos 1980 (Coelho, 2010). Caso diferente da sociologia, como defende Barbalet (1998).

Para ele, apesar da emoção ser um campo de estudo que foi de interesse a inúmeros teóricos, ela acabou perdendo, desde o iluminismo, seu *locus* no campo teórico de análise social. Segundo Barbalet, inclusive, há um principal responsável pela “expulsão” das emoções da perspectiva sociológica: Max Weber. O alemão parte de um caminho conceitual que tem como base a ideia de uma racionalização do mundo: é, justamente,

essa concepção que para Barbalet foi responsável para que as ciências sociais rebaixassem as emoções epistemologicamente a um campo não-digno de estudo. Weber seria expoente de um pensamento que impossibilita considerar o potencial das emoções de mudarem e guiarem certas ações e, também, questões estruturais. Ele dá, portanto, o pontapé que leva a razão como base da ação social.

O ponto central da argumentação de Barbalet (1998) é, grosso modo, entender que as ações sociais e, também transformações estruturais, têm como base, muitas vezes, as emoções. Desde as análises teóricas das ações sociais, que focam, por um lado, na concepção de autossuficiência do sujeito – em uma perspectiva cognitivista, onde o indivíduo é capaz de analisar todas as situações, se corretas ou não, antes de agir – ou a visão de hábito/costume, as emoções não são tidas como base para seus acontecimentos. A análise da emoção como base da ação social pode, segundo o autor, fazer com que a sociologia deixe de lado a idealista ideia da autossuficiência e, também, compreender que as ações de hábito/costumes tem uma sustentação emotiva.

59

Hochschild (1975) por outro lado, vai mais longe: quando escreveu seu artigo “The Sociology of Feeling and Emotion: Selected Possibilities”, chegou a afirmar que, na época, “There is now no sociological theory of feelings and emotions.”⁴ (Hochschild, 1975: 280). Ela compreende que essa não formulação teórica das emoções e sentimentos são por razão de alguns fatores: a) os cientistas preferem ignorar os afetos/sentimentos/emoções por compartilharem o mesmo âmago emotivo e valorativo daqueles que analisam; b) talvez o principal, que há uma fundamentação epistemológica científica que, na sociedade capitalista, é um dever se afastar toda a ideia de subjetividade, que se aproxima à

4 “Não há agora nenhuma teoria sociológica de sentimentos e emoções” (tradução nossa).

irracionalidade – o que inclui, então, as emoções e os sentimentos.

Não nos afastemos, no entanto, do nosso ponto principal nesta parte do texto: as emoções/sentimentos, seja na perspectiva clássica, seja na contemporânea, podem e, arriscamos a dizer, devem ser campo de análise social. Além disso, parte importante e central do texto é compreender a humilhação como uma categoria de análise da antropologia e sociologia das emoções. Melhor desenvolvido no próximo tópico, a hipótese central é de que a humilhação pode ser concebida como uma ação social – um dispositivo de ataque que tem como alvo minorias sociais, com enfoque em corpos femininos e transexuais – e, também, como um sentimento: afinal, sente-se humilhado.

(HUMILH)AÇÃO

O que é, propriamente, a humilhação? A médica e também psicóloga Evelin Lindner (2000) é uma das principais estudiosas, do que hoje se entende por “Teoria da Humilhação”. A autora, fundadora da *Human Dignity and Humiliation Studies* tem grande importância no campo, haja vista que define, teoricamente, a humilhação:

Humiliation means the enforced lowering of a person or a group, a process of subjugation that damages or strips away their pride, honor or dignity. To be humiliated is to be placed, against your will, or in some cases also with your consent, often in a deeply hurtful way, in a situation that is greatly inferior to what you feel you should expect⁵ (Lindner, 2000: 5)

A humilhação enquanto categoria de análise social, para

5 “Humilhação significa o rebaixamento forçado de uma pessoa ou um grupo, um processo de subjugação que danifica ou retira seu orgulho, honra ou dignidade. Ser humilhado é ser colocado, contra sua própria vontade, ou em alguns casos também com seu consentimento, muitas vezes de maneira profundamente dolorosa, em uma situação que é muito inferior àquela que você sente que deveria esperar” (tradução nossa).

desvencilharmos a hierarquização do humor que humilha em direção ao gênero, significa a possibilidade de compreender que, além das emoções, a ação social pode ter como base o *intuito* de humilhação: afinal, quando se humilha, ainda mais quando se planeja, teoriza, escreve e roteiriza, sabe-se exatamente onde quer chegar: rebaixamento moral, físico, ontológico. Aspectos que assumem características literais, tendo em vista que, por um lado, há sentido de chacotas com corpos gordos, LGBTQIA+, pretos e pobres, e, por outro lado, além de construir um ideário social comum que legitima a violência física contra esses corpos que, em tese, não são dignos de existência, haja vista que são aqueles que “ [...] não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito” (Butler, 2019: 22). Ou seja, se a ação social racional com relação a fins é aquela que

61

[...] por expectativas de comportamentos de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso [...] (Weber, 2000: 15)

O humor acaba por surgir como um resultado, em forma de produto cultural, de um planejamento da humilhação e hierarquização de corpos considerados abjetos (Butler, 2019) em plena TV aberta. Portanto, compreendemos aqui, junto a Weber (2000) e Decca⁶ (2005) que a humilhação social pode ser considerada uma ação racional com relação a fins, o que fica muito evidente quando se observa o humor: são quadros, esquetes, roteiros previamente planejados, com um grupo de consumidores específicos, com um alvo-vítima também específicos:

6 Edgar Salvadori de Decca em seu ensaio “A Humilhação: ação ou sentimento?” procura elucidar e tratar a humilhação, principalmente a política – seu foco é em regimes autoritários e nazistas – da humilhação enquanto uma esfera de ação racional. Para ele, “Trata-se de uma conduta, ou melhor, de uma ação social, e, aquele que humilha, age visando atingir algum objetivo.” (Decca, 2005: 108).

corpos femininos, transexuais e LGBTQIA+ em sua grande maioria.

A humilhação é, portanto, além de uma ação com relação a fins – por visar o objetivo de humilhar e rebaixar moralmente um grupo específico, no qual nosso foco compreende minorias de gênero – é um processo de ação social que gera emoções. De um lado, aos sujeitos em que é direcionada, gera sentimentos de vergonha, ira, nojo de si mesmo. Por outro lado, naqueles que a fazem, há sentimentos de ódio e repulsa, por exemplo⁷.

É importante destacar, por último, que além da humilhação se encontrar no polo ação/sentimento, não queremos, como de Decca, afastá-la “[...] do campo dos sentimentos” (Decca, 2005: 107). É uma concepção a qual, aqui, não compartilhamos: compreendemos a humilhação enquanto ação racional, mas, também, como um campo da sociologia e antropologia das emoções. É a partir dela, por exemplo, que outras emoções surgem, seja o amor, ódio, vergonha, compaixão⁸. Emoções as quais não se aproximam do significado denotativo da humilhação, no entanto, é a partir delas que a humilhação “[...] ganha vida [...]” (Díaz-Benítez, 2019: 62).

Já no próximo tópico, ademais, aprofunda-se a ideia de Díaz-Benítez (2019: 59) e Cynthia Sarti (2001: 10) que a humilhação e o sofrimento, respectivamente, são variáveis quando se observam relações de gênero e de classe. Sarti diz que

Nas distinções de classe social, o sofrimento e o sentimento da dor dos despossuídos aparecem como “naturais”. Esta

7 Díaz-Benítez explora ainda mais a ideia da humilhação enquanto uma emoção que surge a partir de um outro complexo de emoções. Por exemplo, a ideia de amor: “Por um lado, temos o ato de causar dor e sofrimento, o que tem sido socialmente construído e interpretado como um traço imanente das relações de amor dentro de um casal.” (Díaz-Benítez, 2019: 64).

8 Maria Coelho (2010) demonstra muito bem como o fato de se sentir humilhado por ser assaltado pode gerar, por outro lado, uma compaixão pelo assaltante: sente-se pena por este ‘não ter nada’, seja estudos ou bens materiais, por exemplo. O fator principal, aqui, é entender que a compaixão – que surge junto a humilhação, pelo menos nestes casos – é um fator de restabelecimento de hierarquias: sente-se compaixão por ser melhor do que o assaltante.

concepção é interiorizada, tornando difícil, para os socialmente desfavorecidos, conceber, para si, a ideia de bem-estar, suposto atributo da classe dominante. (Sarti, 2001: 10)

Já Díaz-Benítez compreende que “[...] obviamente, não quer dizer que só as mulheres ou os sujeitos associados ao feminino sintam culpa ou se sintam humilhados [...], mas significa sim que os dispositivos dessas emoções são diversos e os efeitos nas vidas, também.” (Díaz-Benítez, 2019: 59). Ou seja, o ponto central é que o gênero e, principalmente, mulheres, corpos femininos e LGBTQIA+ em geral, são fatores principais para que esses sujeitos sintam e sofram com a humilhação de forma diferente do que aqueles inseridos em vínculos e lógicas heteronormativas.

GÊNERO E HUMILHAÇÃO: DIÁLOGO ENTRE DUAS CATEGORIAS DE ANÁLISE 63

[...] o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana. (Lauretis, 1994: 208, grifo nosso)

Seguindo essa lógica, pretendemos neste artigo nos utilizar das formulações teóricas da historiadora Joan Scott (1995: 73-4), que ressalta a importância de conceber o gênero enquanto categoria de análise histórica e social da realidade, demonstrando que a história, até então, foi construída a partir de uma perspectiva masculina e heterossexual, apagando as contribuições e a história feminina. Segundo Scott, a prática de utilizar do gênero enquanto instrumento analítico “[...] exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina

no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes.” (Scott, 1995: 74). Deste modo, tencionamos aqui analisar as relações de humilhação a partir de um recorte de gênero, demonstrando como, historicamente, os dois estiveram entrelaçados e sendo constantemente reafirmados por uma forma de opressão hierárquica.

Antes de aprofundar na questão da hierarquia, se faz necessário expor as considerações de Teresa de Lauretis (1994: 209) em seu livro “Tecnologias de Gênero” no qual irá afirmar que o gênero é uma representação que possui consequências concretas na vida social e, por se tratar de uma representação, é construída historicamente, sendo, deste modo, parte de uma ideologia que é propagada por diversos meios. Pode-se afirmar que a noção hierárquica que sobressai o homem-cis-hétero em relação à mulher e pessoas dissidentes de gênero é fruto dessa constante afirmação e reafirmação ideológica com que se constrói a representação de gênero, inculcando no senso comum que figuras cis-heteronormativas são superiores à qualquer outro tipo de expressão. Essa opressão por meio das relações de poder propagadas se apoia também sobre as ações de humilhação relacionadas a minorias, tanto de gênero, quanto de raça e classe.

Assim, utilizaremos o conceito fundamental em Lauretis: a Tecnologia de Gênero (1994). A autora irá construir sua teoria a partir dos preceitos de Louis Althusser e Michel Foucault, utilizando da noção de aparelhos ideológicos de Estado - AIE's em Althusser (1970) - para demonstrar como certa ideologia pode e é disseminada através de diferentes canais e da noção de gênero em Foucault, que afirma ser o resultado de uma construção derivada de diversos aparelhos tecnológicos com suporte político (Lauretis, 1994; Foucault, 1985). Lauretis pretende ir além das considerações de ambos os autores e aponta como o gênero possui canais próprios de disseminação midiática, que constantemente reafirmam

sua ideologia, e, aprofundando a teoria foucaultiana, propõe o que ela denomina de tecnologia de gênero, apontando o cinema enquanto peça contemporânea central à essa análise (Lauretis, 1994: 208).

Adotaremos aqui, também, as formulações da filósofa Judith Butler (2022: 194) acerca do caráter discursivo da categoria “sexo”, tomando-o como “[...] um contrututo ideal que é forçosamente materializado através do tempo” e cuja performatividade seria a “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso *produz* os efeitos que ele nomeia” (2022: 195, grifo nosso). Dessa forma, a autora irá analisar o “sexo” enquanto normativo, categoria discursiva que determina o gênero futuro, repensando, assim, a naturalização do que é considerado feminino e masculino. Resumidamente:

[...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificadamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (Butler, 2022: 195). 65

Correlacionando tais teorias descritas acima, podemos dizer que o gênero, e o sexo anterior à ele, são construções sociais derivadas de certa ideologia que os reafirmam constantemente a partir de um número considerável de tecnologias, sendo a mídia iconográfica parte importante para sua disseminação. A partir disso, é possível inferir também que o processo de humilhação enquanto ação racional relativa a fins está intimamente correlacionado ao estabelecimento de uma ideologia de gênero em que o homem-cis-hétero predomina sobre as demais formas de expressão, visto que ambas ações reafirmam o local da não-possibilidade de existência.

Em relação à esse não-lugar relegado aos humilhados - normalmente minorias no geral, mas focaremos aqui em dissidentes de gênero e

sexualidade - Butler irá compor a teoria da abjeção, em que afirma que pessoas que não aderem à fórmula normativa de performatividade do sexo não são consideradas sujeitos em sua totalidade, sendo passíveis à humilhação, ao descaso e à uma não-vida (2022: 197). Em síntese

[...] não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, pois a construção do humano também é uma operação diferencial que produz o mais ou menos “humano”, o inumano, o humanamente inconcebível (Butler, 2019: 29).

Assim, a constituição do sujeito parte da delimitação do que não se pode ser, as pessoas se formulam enquanto indivíduos pela “força da exclusão” (Butler, 2022: 197), na qual a sociedade deixa bem explícita as consequências do não-normativo: a humilhação, a rejeição, o nojo, enfim, a abjeção.

Portanto, o lugar que o dissidente de gênero ocupa na sociedade é o de marginalização a partir da humilhação e tal posição é reforçada ideologicamente pelas mídias, em particular a televisão e o cinema. Com este efeito, sugerimos neste artigo a utilização de uma análise crítica midiática, expondo como tal ideologia é amparada pelo discurso que permeia as produções iconográficas.

Para tanto, iremos aderir a teoria de Sociologia do cinema de Pierre Sorlin (1985), que propõe uma análise microssociológica da produção cinematográfica a fim de expor a ideologia preponderante em determinada época via seus simbolismos iconográficos. Concomitantemente com a teoria de Lauretis, Sorlin ressalta que as produções fílmicas são permeadas pela ideologia de quem as produz e que

[...] un filme no nos aparece como un aspecto, un fragmento de la ideología en general, sino como un acto por el que un grupo de individuos, al escoger y reorganizar materiales

visuales y sonoros, al hacerles circular entre el público, contribuye a la interferencia de relaciones simbólicas sobre las relaciones concretas⁹ (Sorlin, 1985: 171)

Destarte, buscaremos utilizar das ferramentas analíticas de Sorlin para destacar como a humilhação enquanto humor é atrelada à questão de gênero dentro da televisão brasileira, demonstrando como a construção de certos personagens, o reforçamento de estereótipos e a representação da mulher e de dissidentes de gênero são produzidas de maneira com que certa ideologia - a heteronormativa - se sobressaia e mantenha seu lugar de dominância.

O MERCADO DA HUMILHAÇÃO

67

Laughter is a condition of ideology. It provides us with the distance, the very space in which ideology can take its full swing. It is only with laughter that we become ideological subjects [...]. It is only when we laugh and breathe freely that ideology truly has a hold on us—it is only here that it starts functioning fully as ideology [...] ¹⁰. (Alenka Zupančič, 2008: 4 apud. Mindlar Dolar, 1986: 327)

A frase de autoria do filósofo esloveno Mindlar Dolar¹¹ é uma partida apropriada da abordagem que empreendemos a partir de agora: entender

9 “um filme não nos aparece como um aspecto, um fragmento de ideologia em geral, mas como um ato pelo qual um grupo de indivíduos, ao escolher e re-organizar materiais visuais e sonoros, fazendo-os circular entre o público, contribui para a interferência das relações simbólicas sobre as relações concretas.” (SORLIN, 1985; 171; tradução nossa)

10 “O riso é uma condição da ideologia. Ela nos fornece a distância, o próprio espaço em que a ideologia pode se desenvolver plenamente. É só com o riso que nos tornamos sujeitos ideológicos [...]. É somente quando rimos e respiramos livremente que a ideologia realmente se apodera de nós – é apenas aqui que ela começa a funcionar plenamente como ideologia” (tradução nossa).

11 Fizemos a escolha de uma citação de citação pela dificuldade de acesso e tradução do texto original de Mindlar Dolar, “Strel sredi koncerta” de 1986, escrito em esloveno

a risada e, propriamente em termos gerais, o humor enquanto uma ordem ideológica. Não há de se desvencilhar o humor dos processos históricos e sociais e, além disso, do próprio mercado. O humor que humilha – além de uma ação racional, como defendemos anteriormente – é capaz de gerar nos sujeitos em que é alvo a modificação de sua subjetividade, “[...] torna-se um *estatuto do ser*” (Díaz-Benítez, 2019: 71, grifos da autora), o que faz com que gere emoções, seja a de sentir-se humilhado, seja de nojo de si mesmo e vergonha, por exemplo. É por isso que o afirmamos enquanto um dispositivo ideológico de transmissão de ideais que é capaz de legitimar violências simbólicas, físicas e culturais contra minorias, principalmente, de gênero – corpos não-cis, femininos, não-heteronormativos. Questionamos, assim, os efeitos da risada, e do humor em geral, enquanto parte constituinte da subjetividade daquele que ri e daquele que é alvo da risada. Em poucas palavras, o que procuramos defender é que o humor do *mainstream* brasileiro funciona como um dispositivo de humilhação de gênero.

É a partir disso, então, que nos baseamos na concepção de indústria cultural frankfurtiana: o processo de fazer humor, enquanto um produto cultural (uma novela, um filme, um programa de comédia, uma série, por exemplo) é algo que segue as regras da indústria cultural frankfurtiana: “Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à *produção em série* [...]” (Adorno e Horkheimer, 1985: 100, destaque nosso), além de que “sua produção é administrada por especialistas, e sua pequena diversidade permite reparti-las facilmente no escritório (Adorno e Horkheimer, 1985: 103, destaque nosso).

Ou seja, o humor que humilha enquanto um produto cultural é elaborado racionalmente – no sentido de não ser espontâneo, improvisado e aleatório – dentro das *big companies* da mídia brasileira, em especial: TV Globo, Bandeirantes, SBT e REDETV!, cada qual com suas mercadorias,

que, no entanto, seguem a fórmula de um produto da indústria cultural que tem como cerne central a humilhação e sofrimento¹². É isso que o constitui enquanto mercado, afinal, é vendido, consumido e gera imensos lucros¹³. Adorno e Horkheimer (1985; 100) ainda apontam que tais mercadorias surgem pela *necessidade* dos consumidores. Ora, temos aqui um ponto de tensão: se o humor que humilha pode ser interpretado, além de uma ação social que tem por objetivo humilhar e causar o sentimento de humilhação mas também como um produto de uma indústria cultural, há de se questionar: existe uma *necessidade cultural pelo consumo da humilhação*? Díaz-Benítez (2019) dirá que sim.

A ideia de “prazer pelo vexame” é observada por Díaz-Benítez (2019: 68-69) na proliferação de imagens, vídeos, memes em que as pessoas ali expostas passam por situações de dor, sofrimento e humilhação. São aspectos explorados pela indústria cultural que fazem com que esses acontecimentos, essas ações e emoções, tornem-se algo trivial (Díaz-Benítez, 2019; 69). Além disso, a autora defende que a humilhação, quando se torna pública, faz com que os corpos femininos – aqui, tomamos a liberdade de ampliar a concepção a corpos transexuais, não-cis e não-heteronormativos – se encontram em uma lógica de controle e hierarquização do gênero e, também, da sexualidade. Ou seja, fica evidente que a humilhação – aqui, escolhemos analisá-la em forma de humor – têm papéis diferentes quando se observa relações de gênero: há

69

12 É o que Silvia Viana estuda em seu “Rituais de Sofrimento”, de 2013. Dentro de seu texto, fica evidente o consumo ávido pelo sofrimento dos participantes do Big Brother Brasil. Além disso, a autora destaca o componente da organização não-aleatória desses produtos culturais que tem como base a humilhação e o sofrimento: quando um dos participantes do programa “Pânico” se recusa a participar de uma das “brincadeiras”, um supervisor afirma: “Não fica bravo comigo, tô aqui trabalhando, cumprindo ordens”. (VIANA, 2013: 5, destaque nosso).

13 O programa Big Brother Brasil é o produto televisivo que mais gera lucro para o grupo Globo, com mais de um bilhão de reais em faturamento, segundo a revista Forbes. Já o Programa Pânico, por exemplo, era o programa de maior audiência da TV Bandeirantes, em 2017, segundo o Blog UOL.

um “sentir da humilhação” específico destinado a determinados corpos.

O consumo ávido pela humilhação enquanto forma-humor, adenda a autora, pode trazer o ponto de vista de que essa ação torna possível que os sujeitos sejam capazes de interpretar a si mesmos e ao outro a partir da hierarquização e rebaixamento:

A humilhação habita nossas vidas como uma forma de assimilação do humano possibilitada por nosso modo social e histórico de perceber o mundo e os sujeitos por meio de hierarquias. A apreensão das hierarquias pode nos levar a desejar a aniquilação do outro em sua versão mais funesta, ou pode nos levar a desejar a permanência desse outro sempre e quando se mantenha em seu lugar. (Díaz-Benítez, 2019: 69)

Além disso, é o espectro fascínio/repulsa que faz com que a humilhação seja insaciavelmente consumida: na ideia de Ian Miller (1997), aquilo que gera nojo pode, também, gerar desejo. É isso, defende Díaz-Benítez (2019) que caracteriza o efeito da humilhação enquanto espetáculo: quando se mistura humor, repulsa e atração, a humilhação se encontra no espectro fascínio/repulsa que retroalimenta seu consumo enquanto mercadoria cultural.

O HUMOR QUE HUMILHA

[...] como é possível que pessoas comuns não apenas tolerem um sofrimento extraordinário, ainda que vão, como se engajem em sua realização? (Viana, 2013: 14)

Inclinando a análise para além da teoria frankfurtiana, propomos aqui a tentativa de compreensão dos meandros da construção e da representação presentes nas narrativas do humor televisivo brasileiro, fugindo do

determinismo cultural afirmado por Adorno e Horkheimer. Para ambos os autores as produções cinematográficas e televisivas objetivam sempre “Gravar sua onipotência no coração dos esbulhados que se tornaram candidatos a *jobs* como a onipotência de seu senhor, eis aí o que constitui o sentido de todos os filmes, não importa o *plot* escolhido em cada caso pela direção de produção.” (Adorno, Horkheimer, 1985; 102)¹⁴. Deste modo, para os autores a Indústria Cultural possui como objetivo apenas a criação de produtos para a perpetuação do *status quo*, não levando em consideração a subjetividade dos produtores e dos telespectadores na composição dos signos que produzem a ideologia presente em cada produção. Nossa análise, aqui, seguirá os passos de Sorlin (1985) e Menezes (2017), propondo analisar as produções iconográficas enquanto discursos imbuídos de certa ideologia presente em determinado período, percebendo como a construção e a montagem fílmica se apresentam de forma a sustentar uma narrativa.

71

A proposta teórica idealizada por Sorlin em seu livro “Sociología del Cine - la apertura para la historia de mañana” (1985) traz a necessidade de uma análise crítica aos mecanismos de construção cinematográficos, investigando além da narrativa expressa pela trama, adentrando sua composição interna, a fotografia, a montagem, os efeitos sonoros, a iluminação, os cortes e os planos. Deste modo o autor enfatiza como as produções iconográficas partilham da subjetividades de todos os presentes em sua composição, sendo o filme, assim, uma “encenação social” com relação direta entre seus produtores e o público que apreende as significações presentes no mesmo, se apresentando como uma “retradução imaginária” do mundo social em que está inserido (Sorlin,

14 Discussão presente em Dialética do Esclarecimento, no qual os autores expõem a noção inicial de Indústria Cultural, demonstrando como as produções culturais servem exclusivamente como meio de propagação da ideologia dominante – a capitalista – alienando o telespectador, atrofiando a imaginação e direcionando o consumo

1985: 170). Concomitantemente, o sociólogo Paulo Menezes (2017) afirma que seu método de análise fílmica, muito influenciado por Sorlin, pretende “[...] compreender as condições simbólicas de constituição do social” (Menezes, 2017: 26) através das construções iconográficas.

Desta forma, visando demonstrar como a humilhação, mas especificamente relacionada ao gênero, é normalmente vinculada ao humor na televisão brasileira, utilizaremos das abordagens descritas acima visando analisar compreensivamente certas produções que possuem tais características, embora fugiremos do objeto central de estudo de ambos os autores – o cinema – e centraremos nossa crítica em produções televisivas.

Se retornarmos à história do humor moderno, pelo menos do século XVI em diante, a violência sempre fez parte de seu núcleo duro do “fazer rir”. A *slapstick comedy* é um exemplo: gênero de comédia que surge, principalmente, através de shows de marionetes italianos do século XVI, tinham por base central a violência doméstica, como na peça quase que arquetípica *Punch and Judy*. Ali, duas marionetes, marido e mulher, encontram-se em situações cotidianas que sempre se encerram em algum tipo de agressão, cometida por *Punch*. O que era considerado engraçado, além da voz fina e da caracterização facial exagerada na madeira, era o fato de *Punch* sempre agredir sua mulher, *Judy*, com um bastão (*stick*), que tinha um som semelhante a um tapa (*slap*).

O mais interessante que a *slapstick comedy* (traduzida em “comédia pastelão” em português) pode transmitir é a ideia de uma vulgarização, no sentido de tornar comum, a própria violência. *Uma violência que não se parece violência*, ou que, pelos menores e praticamente aparente inofensivos atos, é justificável por si só. Uma ideia de que não há problema existir a violência se ela é destinada e gerar o riso. *Punch*, inclusive, sempre triunfa: nunca comete nada de errado, mesmo quando agride um policial

ou seu próprio bebê.

A comédia pastelão, com o advento da televisão e do cinema, foi capaz de se expandir e desenvolver novas maneiras de procurar o riso, sem no entanto deixar de lado as situações absurdas e violentas. Violência a qual, nestes casos, era centrada na figura principal do comediante e do ator: seja nas arriscadas cenas de Buster Keaton, seja no cotidiano de Charles Chaplin ou no exagero de Jim Carrey, eram eles que sofriam, muitas vezes por causa de suas próprias trapalhadas ações. No entanto, a questão, aqui, é que a violência não permaneceu apenas aos atores e aos seus personagens: ela começa a se dirigir ao outro, não só em uma representação física da violência daquele que é diferente – do gordo, preto, da mulher, do LGBT –, mas também de uma violência simbólica.

No Brasil, não é diferente: a violência física e simbólica fundem-se no humor brasileiro da TV aberta e do cinema desde seus primórdios. Quando se faz um recorte temporal do final do século XX, as comédias pastelão pareciam ser o gênero humorístico predominantemente consumido, em que Renato Aragão – seja nos filmes ou, principalmente, com o programa de televisão “Os Trapalhões” – é o representante mais relevante. Já no século XXI, temos um dos mais famosos e notáveis programas que tem a humilhação como cerne central: o Pânico na TV. Elaborado por Emílio Surita, não diferente dos demais produtos culturais brasileiros, teve seu surgimento baseado em um programa estadunidense, o *Jackass*. Estreou em 2003, na Rede TV! e, após 9 anos, foi vendido para a TV Bandeirantes. Variável de emissoras, sua audiência permanecia estável: eram líderes em seus horários de exibição.

Não é novidade que o programa sempre utilizou da exposição vexatória de corpos na busca pelo humor: as “panicats”, mulheres seminuas exibidas como mercadorias em vitrine, o corpo gordo de Marcos

Chiesa, o “bola”, que era alvo de experimentos que se assemelhavam, na melhor das hipóteses, ao jogos de tortura de *jigsaw*. A “mendigata”: uma panicat caracterizada como um mendigo¹⁵. O uso das imagens de moradores de rua e pessoas com transtornos mentais, como o caso de Zina¹⁶.

No entanto, apesar de um profícuo material de análise, escolhemos, aqui, dois casos do programa que tem por objetivo humilhar, através do humor, corpos transexuais: o de Tarso Brant, em 2013, e o quadro “Beija Saco”, que foi ao ar pela primeira vez em 2016.

Caracterizado pelo narrador como um “ser controverso”, Brant, jovem que ficou conhecido na internet por relatar sua transição de gênero, é hoje um homem trans. À época, Brant se entendia como mulher, apesar de seu corpo, já transacionado, para o masculino. Foi levado às ruas de São Paulo por Sabrina Sato para que as pessoas respondessem se ele “era homem ou mulher”. Durante a reportagem, era exibido o texto: “mina ou hominho?”. Numa exibição torturante¹⁷ Brant é alvo a todo momento de uma transfobia disfarçada de “humor” ou de “dúvida” a cada entrevistado questionado sobre sua identificação de gênero. Foi, inclusive, desafiado “a sacar o negócio pra fora”, em uma alusão a sua genitália. É sempre convidado a se provar homem ou mulher. A repórter que o acompanha, a todo momento em que uma resposta errada em relação ao seu gênero surge, não se contém ao afirmar que ele é capaz de, por mais que sempre explique, “gerar uma confusão”.

No jeito Pânico de se fazer humor, as coisas escalam: Brant é levado

15 Inclusive, é interessante notar o paradoxo fascínio/repulsa de Miller, dito anteriormente: repulsa pela imagem do mendigo mas que, por outro lado, é alvo de desejo pelo corpo da mulher

16 Famoso por dizer seu bordão “Ronaldo, joga muito no Corinthians” dito em qualquer situação de uma entrevista. Em última notícia publicada, em 2018, Zina foi internado e voltou a usar drogas, segundo reportagem do portal R7.

17 Reportagem que pode ser vista no youtube, no link https://www.youtube.com/watch?v=_gCXa-q-n5es&ab_channel=mayconMagalh%C3%A3es. Nessa parte do texto, as aspas são transcrições diretas ou indiretas das falas e textos que surgem ao longo do vídeo.

ao banheiro feminino, onde seu corpo masculino não é bem-vindo. A ideia ali era gerar o riso através da reação das pessoas com um indivíduo que, em tese, não deveria estar naquele local. O *modus operandi* do humor é o desconforto e a humilhação: seja em Brant, por ali se deparar, seja nas mulheres que o encontram. Depois, foi levado ao palco do programa, ao vivo, onde foi obrigado a se vestir de mulher, com vestido, maquiagem e uma peruca de cabelos longos através de uma votação na internet, onde o público do programa decidia o que ele deveria vestir, sob o título “hominho ou mocinha”. No palco, ainda, beijou Sabrina Sato, “metamorfoseada em macho”, por ter se vestido como um homem, como diz o narrador, para aludir a uma mulher – que não pode ser de fato uma mulher – que se veste de homem: *a própria interpretação que tinham de Brant.*

Já em 2016 foi ao ar o quadro “Beija Saco”. Ali, Guilherme Santana, membro do elenco do programa, foi levado a uma “ilha” onde deveria conviver por algumas semanas com 9 mulheres: uma cis e oito trans. A ideia central deste quadro é, segundo o próprio apresentador, descobrir “quem é mulher *de verdade*”, ou seja, a mulher cis. No final do experimento, Guilherme deve escolher uma das mulheres para que ele a beije, ao vivo – daí a ideia de “beija saco”, fazendo, mais uma vez, a alusão a genitália como identificação de gênero¹⁸-. O quadro funciona como um *reality show*: a cada semana uma das mulheres é eliminada, onde o participante acredita estar eliminando uma mulher trans a partir da entrega de uma chuteira. A mulher trans é eliminada do programa, que não a considera como uma mulher de verdade, através de algo considerado, normalmente, “masculino”.

O *plot* final: Guilherme Santana escolhe uma mulher trans. É esse o ápice da piada, o local do riso: a mulher trans e seu corpo. Apesar de todo seu esforço para fugir dessa ideia inconcebível, repulsiva, procurando a “escolha

18 Em uma das várias outras alusões à genitália, Emílio Surita diz, rindo, que o “BBB do Pânico está sendo chamado de Big Banana Brasil”.

certa”, que, segundo ele próprio, foi pela ideia de “feminilidade”, não foi possível identificar a “mulher de verdade”. Ali, é inimaginável dirigir desejo e afeto a um corpo não normativo: ele é alvo de fetichismo, de humilhação.

Outro exemplo necessário para a construção de nosso argumento está presente no programa televisivo “A Praça é Nossa” que está no ar desde de 1950, passando por várias emissoras, até 1987 em que se encontra no ar, desde então, no SBT. O programa conta com uma dinâmica de auditório, com a presença de uma plateia que possui suas deusas para gargalhar, induzindo o telespectador ao riso. Normalmente cada episódio possui mais ou menos uma hora e vinte de duração e o conteúdo gira em torno dos personagens que frequentam o local e interagem com Carlos Alberto de Nóbrega, intérprete principal que ocupa o banco central da praça. O programa é basicamente um teatro televisionado, possuindo diversas esquetes que não necessariamente se relacionam entre si mas que sempre baseiam seu humor em alguma questão machista, homofóbica, transfóbica, racista ou classista disfarçada de piada, possuindo sua comicidade influenciada pelos risos da platéia.

Dessa maneira, os personagens do programa são caricaturas exageradas de alguma característica marcante explorada a um nível humilhante para efeito de humor. Assim cria-se a esquete de Vera Verão, uma personagem que nunca deixou claro sua identidade de gênero – se considerava-se transsexual, travesti ou *DragQueen*, por exemplo – mas que a característica humorística de seu papel sempre se centrava no fato de não corresponder a uma performance tida como feminina pelos outros integrantes da cena mas, ao mesmo tempo, estar constantemente reafirmando sua identidade como mulher, seja por meio de suas falas, do uso de roupas curtas ou pelos flertes incessantes com os personagens masculinos.

Vera Verão foi uma personagem interpretada pelo ator negro e

homossexual Jorge Lafond (1952-2003), nascida a partir de uma breve aparição em “Os Trapalhões”, programa humorístico estrelado por Mussum e Renato Aragão, no qual Lafond representava Zecão, sujeito que sai de viagem e volta travestido de mulher, pedindo para ser chamada de Vera Verão. O ator não continuou no programa e a personagem só voltou às telas após um convite do próprio Carlos Alberto de Nóbrega, criador e personagem principal de “A Praça é Nossa”. Vera Verão comporia, assim, a única representação de mulher negra no programa, entretanto o humor em sua participação nas esquetes se concentrava no fato de os outros personagens não a considerarem uma mulher “de verdade”, chamando a personagem de “bicha” durante as interações, dando a deixa para seu bordão principal: “Epaaa, bicha não, eu sou uma *quase...*” e inseria o nome de alguma personalidade feminina branca famosa na época.

Para além disso, a comicidade nas aparições de Vera Verão estava contidas no fato dela ser uma mulher muito alta, com traços considerados masculinos, e possuir uma personalidade explosiva, se colocando sempre em oposição às outras mulheres presentes na cena, competindo pela atenção masculina e, normalmente, brigando fisicamente com as outras personagens. As ações consideradas “barraqueiras” eram o ponto-chave da personagem, que sempre chegava causando confusão com outras mulheres, antagonizando-as e rebaixando-as, buscando fazer propaganda dela mesma para os homens presentes na interação a partir da inferiorização das outras mulheres.

Assim, pode-se perceber que o humor da esquete se concentrava na humilhação feminina, seja de Vera Verão enquanto uma figura estereotipada que o imaginário social possui do que é ser uma mulher transsexual ou travesti – agressiva, espalhafatosa, ruidosa, que necessita constantemente de aprovação masculina e para isso diminui outras mulheres, etc – , seja

a das outras mulheres que se colocam enquanto inimigas de Vera Verão e acabam sempre em uma disputa para ver quem seria a “mulher de verdade” que conquistaria o homem presente na cena. Para além da questão do preconceito de gênero presente nesse tipo de construção humorística, que coloca todas as mulheres presentes como símbolos sexuais a procura de aprovação masculina, também há o fator da discriminação racial velada em forma de humor presente no bordão de Vera Verão, que ao ser chamada de “bicha” responde sempre se comparando a uma mulher branca, frisando como ela *quase* segue a normativa de beleza feminina.

Tais casos elencados podem ser divididos em dois pólos: o primeiro, é o próprio corpo trans de uma jovem em transição que é uma piada. A humilhação, construída socialmente, é, além de um processo de hierarquização social, um processo que retira a “carne” do corpo¹⁹: não é mais uma pessoa do outro lado que importa. O que está ali é, puramente, um corpo que merece – pelo simples fato de o ser por si só – a humilhação. No outro, esvazia-se o sentido de ser alguém, da própria subjetividade: sua afirmação enquanto corpo, gênero, não é válida. *Não se é mulher de verdade*, é um corpo estranho, um trans, o menos humano, o ser abjeto abordado por Butler (2019).

Todas as ações são regidas por uma tentativa de estabelecer uma hierarquia de planos morais e físicos: não se é alguém de verdade, o seu oposto, sim. O corpo não-cis não é autêntico, mas sim uma representação falsa daquilo que antes era real. Aqui, se está em um nível abaixo daquilo que se considera por uma verdadeira existência. Ora, há de nos questionarmos: se o corpo é o estar no mundo, a existência dentro do social e onde suas marcas são deixadas (Le Breton, 2012), o que acontece, então, quando esse mesmo corpo é visualizado e interpretado a partir do prisma da humilhação?

19 Fazemos, aqui, alusão a Le Breton (2012), que diz que uma sociologia do corpo não deve retirar a carne, a pessoa, do corpo. Corpo e pessoa não devem ser vistos de maneira separada.

São acontecimentos que se regem pela abjeção (Butler, 2019): por um lado, não devem existir. Por outro, não são capazes de alcançar o estatuto de ser alguém, um sujeito, fora do papel humilhante a que lhe são relegadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de determinados programas televisivos brasileiros foi capaz de demonstrar, então, que o *mainstream* do humor brasileiro da TV aberta tem, em suas raízes históricas e atuais, o uso da humilhação como dispositivo do riso. Além disso, esse tipo de humor funciona também como um outro tipo de mecanismo: o de transmissão. Por um lado, transmite a ideia de que determinados corpos são abjetos, não bem-vindos, que não devam existir. Por outro, a estes sujeitos que são destinados, interpretam a si mesmos a partir da ideia de que a humilhação passa a se tornar uma forma do ser em vida social (Díaz-Benítez, 2019): enxerga-se, objetiva e subjetivamente desta maneira. Todo esse processo tem, afinal, a possibilidade de construir a noção de um gênero, a partir de tecnologias – como as mídias sociais, televisão, discursos (Lauretis, 1994) – que não é, necessariamente, progressista, mas sim humilhante, conservadora e até autoritária²⁰.

Dentro dessa lógica, o estudo das construções iconográficas se faz essencial para a análise da ideologia presente em uma sociedade em

20 A humilhação social, então, quando compreendida como uma ação racional tem suas dimensões políticas muito bem delimitadas. Quando analisada sob o prisma do humor, é possível fazer uma relação com a crescente onda da nova direita mundial e sua linguagem nas redes sociais: no Brasil, o Movimento Brasil Livre (MBL) foi responsável por mudar, teoricamente, a linguagem política nas redes sociais: memes, piadas vexatórias – como o adesivo da ex-Presidenta Dilma Rousseff com as pernas abertas no tanque de gasolina dos carros –, o Pânico na TV, por exemplo, migrou para a rádio. Não escondeu seu apelo ao bolsonarismo, de 2018 em diante. Nos Estados Unidos, processo muito bem demonstrado por Nagle (2017), quando analisa os fóruns de incels (*4Chan*, *Reddit*, *Tumblr*): à época, apoiadores de Donald Trump, tinham como base a produção de memes que mascaravam, normalizaram e até, de certa forma, modernizavam o racismo, machismo e o capacitismo. Todo esse processo era escondido pela cortina do humor: *era tudo “apenas” uma piada*.

determinado período. As delimitações de gênero e a estruturação do humor a partir da humilhação são sintomas que atestam como a sociedade brasileira ainda se mantém sobre bases preconceituosas e discriminatórias, na qual certa parcela da população busca a manutenção de privilégios por meio da abjeção e da negação de estruturas sociais tidas como marginalizadas. Dessa forma, a análise do discurso e da narrativa das construções e das representações televisivas se fazem de extrema importância para a estruturação de uma crítica ao estabelecimento de tal ideologia.

Assim, pensamos a humilhação como um processo construído socialmente. Seja pela ação intencional de determinados atores (Decca, 2005), seja pelo processo de emoções que pode desencadear e, também, ser. A humilhação, então, tem um funcionamento variável, quando se dirige a determinados corpos: apesar de não ser exclusividade de corpos não-normativos, tentamos demonstrar que há um alvo específico e favorito: transexuais, pretos, mulheres, gordos, deficientes. Afinal, se o substituirmos, *a piada continuará existindo?*

Por último, defendemos a importância da humilhação, emoção e gênero como categorias de análise dentro das ciências sociais. Além disso, a intersecção dos estudos que levam em consideração essas categorias, em uma análise que ora migra para a microssociologia e ora para a macrossociologia, é um caminho profícuo para as ciências sociais, em um processo que permite elucidar um dos vários meandros do tecido que costura a violência, representação e poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar. 1985.

Aguiar, Aurora. Zina, ex-Pânico, põe fogo em clínica, foge e volta a usar drogas. Portal R7, 4 de julho de 2018. Disponível em: <<https://entretenimento.r7.com/famosos-e-tv/zina-ex-panico-poe-fogo-em-clinica-foge-e-volta-a-usar-drogas-06102019>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

Althusser, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Editorial Presença. Lisboa, 1970.

Barbalet, Jack. *Emoção, teoria social e estrutura social: uma abordagem macrossocial*. 1ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget. 1998.

Butler, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. 1ª Edição. São Paulo: n-1 edições. 2019.

_____. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: org LOURO, Guacira. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica. 2022. p. 193-219.

Coelho, Maria Claudia. “Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções”. *Mana*. n. 42, v. 16, p. 265-285. 2010.

Das, Veena. “Language and Body: Transactions in the Construction of Pain”. *Daedalus*. n. 1, v. 125, p. 67-91. 1996.

_____. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. California: University of California Press. 2007.

Decca, Edgar Salvadori de. “A humilhação: ação ou sentimento?”. In:

Marson, Izabel; Naxara, Márcia (org.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras*. Uberlândia, EDUFU, 2005. p. 105-117.

Díaz-Benítez, María Elvira. “O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais”. *Horizonte Antropológico*. v. 25, n. 54, p. 51-78. 2019.

Foucault, Michel. *A história da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

Hochschild, Arlie Russel. “The Sociology of Feeling and Emotion: Selected Possibilities.” *Sociological Inquiry*. v. 45, n. 2-3, p. 208-307. 1975.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. “A Dor como Objeto de Pesquisa Social”. *Ilha Revista de Antropologia*. v. 1, n. 0, p. 73-83. 1999.

Lauretis, T. de. “A tecnologia do gênero”. In: Hollanda, H. B. de. *Tendências e impasses. O feminismo, como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

Le Breton, David. *Antropologia das Emoções*. 1ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2019.

_____. *A Sociologia do Corpo*. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

Lima, Monique. *BBB 23: marcas pagam R\$ 1 bilhão em patrocínio*. Forbes, 13 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2023/01/bbb-23-marcas-pagam-r-1-bilhao-em-patrocinio/>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

Lindner, Evelin Gerda. “Recognition or Humiliation - The Psychology of Intercultural Communication”. In: International Society for the Study of European Ideas, N°7, 2000, Bergen. *Approaching a New Millenium: Lessons from the Past - Prospects for the Future*. Bergen: 2000. p. 1-20.

Magalhães, Maycon. Tereza Brant a Mina Hominho Pânico na Band 08 09 2013. YouTube, 09 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_gCXaq-n5es&ab_channel=mayconMagalh%C3%A3es> . Acesso em: 28 de abril de 2023.

Mauss, Marcel. “A Expressão obrigatória dos sentimentos (1921)”. In: Oliveira, Roberto Cardoso de. (org.). *Mauss: Antropologia*. São Paulo: Ática. 1979. p. 147-153.

83

Menezes, Paulo. Sociologia e Cinema: aproximações teórico-metodológicas. *Teoria e Cultura*. v. 12, n. 2, p. 17-36. 2017.

Miller, W. I. *The anatomy of disgust*. 1ª Edição. Cambridge: Harvard University Press. 1997.

Nagle, Angela. *Kill All Normies: Online Culture Wars from 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. 1ª Edição. Winchester: Zero Books. 2017.

Rosaldo, Michelle. “Em direção a uma antropologia do self e do sentimento”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 18, n. 54, p. 31-49. [1984], 2019.

Rui, Taniele. “Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua”. *Anuário Antropológico*. v. 46, n. 3, p. 85-107. 2021.

Sarti, Cynthia. “A dor, o indivíduo e a cultura”. *Saúde e Sociedade*. v. 10, n. 1, p. 3-13. 2001.


Scott, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*. v. 15, n. 2, p. 71-99. 1995.

Sorlin, Pierre. “Filme e Ideologia”. In: Sorlin, Pierre. *Sociología del cine - la apertura para la historia de mañana*. 1ª edición. México: Fondo de Cultura Económica. 1985. p.169-206.

Vaquer, Gabriel. Prestes a sair da Band, Pânico ainda é a maior audiência nacional da emissora. Observatório da TV, 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://observatoriodatv.uol.com.br/audiencia-da-tv/ha-um-mes-de-sair-da-band-panico-ainda-e-maior-audiencia-nacional-da-emissora>>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

Viana, Silva. *Rituais de sofrimento*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo. 2013.

Viveiros de Castro, E.; Araújo, R. B. de. “Romeu e Julieta e a origem do Estado”. In: Velho, G. (org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia e arte*. Rio de Janeiro: Zahar. 1977, p. 130-169.



Weber, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4a Edição. Brasília: Editora UNB. 2000.

Zupančič, Alenka. The Odd One In: On Comedy. 1a Edição. Cambridge: The Mit Press. 2008.

GÊNERO, CLASSE E ETNIA NOS PROCESSOS SELETIVOS: CONSIDERAÇÕES EM SELEÇÕES DE MULHERES NA CIDADE DE TERESINA-PI

REGINA RODRIGUES MEDEIROS

Mestranda em Sociologia - Universidade Federal do Piauí

Email: regiinamedeiros@hotmail.com

FRANCINEIDE PIRES PEREIRA

Doutora em Ciência Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Email: francineidepires.2007@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

RESUMO:

Esse trabalho tem como objetivo publicizar os achados durante a pesquisa de Monografia do curso de Serviço Social. A pesquisa teve como objetivo observar como os padrões de gênero, em especial os padrões de beleza e feminilidade, afetam o acesso de mulheres ao mercado de trabalho formal da cidade de Teresina - Piauí (Brasil) no ano de 2020. Para alcançar o objetivo foi realizada a coleta de dados através de um formulário online com homens e mulheres e a entrevista com uma recrutadora e especialista em processos de recursos humanos. Tópicos em comum observados nos questionários aplicados foram usados para guiar a entrevista com a recrutadora de Recursos Humanos de diversas empresas da cidade, utilizando da Análise de Discurso Crítica para análise dos dados coletados durante a entrevista. Após análise foi observado diversos mecanismos de manutenção de privilégios de grupos específicos nas entrevistas de recrutamento, em detrimento da exclusão de outros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Raça. Mercado de Trabalho. Padrões de Beleza.

ABSTRACT:

This work aims to disseminate my findings during the monograph research of the Social Work course. The research aimed to observe how gender standards, in particular beauty and femininity standards, affect women's access to the formal labor market in the city of Teresina - Piauí (Brazil) in the year 2020. Data collection through an online form with men and women and the interview with a recruiter and specialist in human resources processes. Common topics observed in the applied questionnaires were used to guide the interview with the Human Resources

recruiter from several companies in the city, using Critical Discourse Analysis to analyze the data collected during the interview. After analysis, several mechanisms for maintaining privileges of specific groups in recruitment interviews were observed, to the detriment of excluding others.

KEYWORDS: Gener. Race. Job Market. Beauty Pattern.

INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas sobre a importância da aparência no mercado de trabalho têm mostrado que a disseminação do valor do corpo e as adequações aos padrões impostos nos mais diferentes campos e não somente nos campos onde o corpo é o principal instrumento de trabalho. Os padrões de corpo e de aparência, se enquadram dentro de normas de gênero, uma feminilidade compulsória imposta sobre as mulheres. Apesar de sempre em diversos modelos de sociedade existir um padrão do que é considerado belo, na sociedade capitalista ele se apresenta de forma diferenciada, pois é amplamente divulgado através de um simbolismo, analisando a partir do método de estudo de gênero proposto por Connell e Pearse (2015).

Esse trabalho, é um pequeno resumo da minha pesquisa realizada durante a Monografia, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. A pesquisa foi realizada com a preocupação de abordar as dificuldades que mulheres sofrem ao tentarem acessar o mercado formal de trabalho, partindo de uma abordagem interseccional que problematiza questões de gênero, raça e sexualidade, buscando questões principalmente associadas a aparência física e padrões de feminilidade, problematizando o que os recrutadores chamam de “boa aparência”. No entanto, houve uma preocupação de abordar essas problemáticas articulando com teorias e

contextualizações de nível macro, não se limitando apenas às perspectivas identitárias, mas contextualizando a partir de uma perspectiva de classe. Para essa contextualização, utilizei de Iamamoto (2015) e Harvey (2016).

No decorrer da pesquisa ocorreu uma mudança nos sujeitos a serem entrevistados, diferentemente do planejamento no projeto de pesquisa. A priori a pesquisa seria feita com sujeitos que participaram de processos de seleção de emprego e observar do ponto de vista deles como experienciaram os critérios e possíveis discriminações sofridas ao tentarem acessar o mercado de trabalho. O recurso a ser utilizado para coleta de dados seria a história de vida. No entanto, no andar da pesquisa, por conta da pandemia do COVID-19¹, tive dificuldades de acessar essas pessoas e selecionar os sujeitos adequados para a realização da entrevista.

Por conta do pequeno período para execução do projeto e da urgência da realização da pesquisa após a adoção do meio remoto, além da ansiedade para finalização da monografia e entrega do TCC (trabalho de conclusão de curso) garantindo a aprovação, foi mais acessível realizar a entrevista com uma recrutadora para alcançar as respostas que a minha pesquisa buscava. A escolha por uma recrutadora veio pelo fato de que atuam diretamente com o mercado e as empresas, sabem exatamente o que está sendo exigido para ser contratado atualmente. A técnica utilizada para acessar a entrevistada foi a da bola de neve. A entrevistada trabalha com Recursos Humanos e com seleção de pessoas para o mercado de trabalho de diversas empresas na cidade de Teresina - PI, além da entrevista foi criado um formulário para ser respondido por pessoas em geral.

Após a coleta de dados com o formulário online foi realizada a

¹ A pandemia do COVID-19 afetou completamente o cronograma de execução da pesquisa. Com o atraso do período letivo por conta da demora em adotar um modo de ensino alternativo ao presencial, provocou um atraso de um ano letivo na formatura dos estudantes. Isso causou um sentimento de incerteza e desânimo aos estudantes por conta da falta de perspectivas de formatura, dificultando o término do trabalho.

entrevista com a recrutadora. Foi feita de forma online, através de uma plataforma de videoconferência, que foi gravada. Dentre os tópicos que mais apareceram nos questionários foram selecionados os temas a serem abordados na entrevista. Os assuntos mais relevantes que apareceram nas respostas dos questionários foram: a questão dos padrões de beleza na contratação de mulheres, a homo afetividade e o preconceito na contratação de pessoas LGBTQIA +, a cor de pele e os cabelos crespos e cacheados.

Inicialmente no primeiro tópico será abordado o referencial teórico que norteou toda a pesquisa, onde faço a abordagem teórica para contextualizar o problema de pesquisa dentro da realidade econômica, política e social atual. Para contextualização do momento presente a nível macro, político, econômico e social, utilizei de Harvey (2016) e Yamamoto (2015). Como base teórica para problematização da pesquisa foi utilizada a teoria de gênero de Connell e Pearse (2016). Na segunda seção é apresentada as discussões feitas a partir dos dados coletados na pesquisa, através da entrevista com a recrutadora e dos formulários online respondidos. Como mencionado anteriormente, foi utilizado da Análise de Discurso Crítica (ADC) para análise das falas da entrevistada.

90

GÊNERO E RAÇA NA ERA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O mercado de trabalho passou por uma forte reestruturação, com o enfraquecimento do poder sindical causado pela queda dos empregos fabris e do aumento da quantidade de desempregados, os trabalhadores se veem cada vez mais na realidade de se submeter às demandas das empresas por uma vaga de emprego. As empresas exigem um trabalhador disponível para um trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, que se adequem às necessidades muito específicas

de cada empresa, provocando o aumento massivo do desemprego.

Iamamoto (2015: 118) afirma que com o desenvolvimento do capital e a necessidade de lucro contra a de gastos com mão de obra, é diminuído a quantidade de trabalhadores de onde é extraído o trabalho excedente que produz o lucro ao capitalista, assim vai se formando uma quantidade de trabalhadores ociosos que não tem espaço no mercado de trabalho. Esse processo de acumulação da miséria relativa à acumulação do capital é chamado por Iamamoto (2015: 159) de “raiz da produção/reprodução da questão social”, diante do qual existem vários mitos que mascaram essa relação.

Diminui-se a quantidade de empregos para pessoas em tempo integral, com condições permanentes e posição essencial dentro da empresa, que desfrutem de maior segurança dentro do emprego, boas perspectivas de promoção, de uma pensão, um seguro e outras vantagens. Esse pequeno grupo, que ainda goza desses privilégios, deve atender às expectativas do mercado de ser um trabalhador flexível, adaptável e geograficamente móvel. E, segundo Harvey (2016), além desse primeiro grupo, que desfruta dos privilégios de um emprego com estabilidade e segurança, há dois subgrupos: o primeiro são trabalhadores com alta rotatividade dentro do mercado, facilmente descartados pelas empresas, pois possuem qualificações facilmente disponíveis. Já o outro subgrupo é constituído por empregados de tempo parcial, empregados casuais, temporários, com ainda menos vantagens e segurança que o primeiro subgrupo.

Nesse novo modelo de contratação flexível, as mulheres passaram a ser mais prejudicadas, pois os homens, que eram melhor remunerados e mais difíceis de serem demitidos, passaram a ser substituídos por mulheres em um trabalho mal pago, com o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e da subcontratação. Tudo isso, permitiu

o ressurgimento de práticas de trabalhos de cunho patriarcal e feitos em casa (HARVEY, 2016). Dentro desse contexto de aumento das desigualdades e do desemprego, as mulheres se veem em uma situação de alta competitividade entre os trabalhadores para conseguir a entrada no mercado de trabalho, sendo que não há vagas para todas. Sujeitando-se ao mercado informal, de forma precária e sem direitos trabalhistas.

Segundo Iamamoto (2015), dentro de um novo ciclo no capitalismo que se iniciou no século XXI, com a expansão do capitalismo transnacional, se redesenha um novo mapa no mundo, a chamada “sociedade global”. Nessa nova fase do capital, acontece uma homogeneização dos circuitos do capital que não se restringem apenas a produção e a distribuição de mercadorias, mas que se espalham por todas as esferas da vida social, inclusive a cultura. Em um mercado mundial unificado, através dessa homogeneização dos circuitos do capitalismo, acontece uma dominação ideológica e dos objetos de consumo – por meio da tecnologia e da multimídia. “A homogeneização está apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais.” (IAMAMOTO, 2015: 111) O que Iamamoto afirma é que a chamada mundialização financeira, unifica dentro de um mesmo movimento, processos que são tratados como isolados e autônomos, o que na verdade, ela utiliza o termo de Finelli (2003) para chamar de “subsunção real da sociedade ao capital”, é o processo onde o capitalismo financeiro integra, na expansão monopolista, processos econômicos, políticos, sociais e ideológicos.

Nesse contexto, é incentivado às “modas fugazes e todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica” (HARVEY, 2016: 148). A estética estável e moderna foi abandonada pela efêmera estética pós-moderna, que cultua a moda e a mercadificação de formas culturais. A partir das efemeridades e de

constantes transformações na cultura e na arte, os sujeitos se veem sempre na necessidade de estarem se transformando, consumindo e se atualizando. O corpo da mulher, inclusive, passa a ser visto como uma mercadoria e gerar milhões com o mercado da beleza, além de estarem sempre se renovando os padrões e tornando cada vez mais inalcançáveis. Esses padrões também passam a ser mais uma ferramenta de dominação das mulheres da sociedade capitalista, racista e heteronormativa.

Essas cobranças relativas ao corpo, estão aos poucos começando a ser impostas aos homens também, porém as mulheres ainda são as mais prejudicadas. Quando olhamos para essas distinções impostas por gênero dentro de uma sociedade, estamos olhando para um conjunto de relações sociais. Dentro dessas relações, na vida cotidiana, as pessoas envolvidas são cobradas nos termos de suas “categorias sexuais”, presumidas como homem ou mulher. “Essa conduta produzida em resposta a essa cobrança não é um produto do gênero – é o gênero em si” (CONNELL ; PEARSE, 2015:156). Essa diferença entre os gêneros é utilizada para justificar e induzir comportamentos e condutas sociais diferentes para cada gênero. Melhor explicitado, “fazemos nosso gênero, mas não somos livres para o fazermos como quisermos. Nossa prática de gênero é poderosamente formada pela ordem de gênero em que nos encontramos” (CONNELL; PEARSE, 2015: 156). Estamos de certa forma submetidos à estrutura de gênero da sociedade em que vivemos, não de forma determinista da forma como agimos, mas influenciando, dando limites e possibilidades para nossas ações.

No livro Mito da Beleza, de Naomi Wolf (1991), a autora trata da discriminação de mulheres por conta da aparência física, a autora aborda como as mulheres sofrem julgamentos ao tentarem acessar certas vagas no mercado de trabalho, principalmente vagas de prestígio, onde há bastante contato com público, como uma vaga de jornalista por exemplo. Mas

acontece, que no contexto em que Wolf (1991) escreve, a autora se refere principalmente a mulheres brancas e uma cidade globalizada e capitalista, pois nesses espaços em que mulheres brancas sofrem de comentários machistas e julgamentos por aparência física, as mulheres negras nem conseguiam adentrar. Para as mulheres negras, as possibilidades são ainda menores, ocupam menos vagas no mercado de trabalho formal e menos espaços de poder. Dentro dessas imposições de aparência física, as mulheres negras são as mais afetadas, principalmente em processos de recrutamento para o mercado de trabalho.

Como os padrões de beleza são heteronormativos e brancos, as mulheres negras acabam se submetendo a um processo de branquecimento, como afirma Carneiro e Ferreira (2014). Segundo elas, a mídia tem um compromisso com a manutenção desses padrões de beleza, um projeto de branquecimento. Com o fortalecimento desses padrões, as mulheres negras começam a negar características suas que formam a sua identidade, como o cabelo e a cor da pele, submetendo-se a procedimentos de branquecimento, que seria um processo criado e nutrido pela elite branca do país. Tal processo, tornou e mantém o grupo de pessoas brancas como referência, a partir de uma apropriação simbólica que fortalece o autoconceito e autoestima, ao mesmo tempo em que desvaloriza os outros grupos. Isso reitera a preeminência social, política e cultural do grupo branco (CARNEIRO; FERREIRA *apud* BENTO, 2014).

Então, essa pesquisa, a partir da análise bibliográfica, parte do ponto de que os padrões de beleza e de feminilidade são utilizados pela sociedade capitalista com o intuito de fazer manutenção de estruturas históricas de poder e dominação. As definições do que é belo como apresentados no contexto atual, são resultados das necessidades de lucro e acumulação na fase contemporânea do capitalismo de acumulação

flexível, onde as pessoas e as necessidades humanas são reduzidas a mercadorias e passíveis de lucro, como sempre foram. Os corpos, são vistos como um dispositivo potencial de lucro e venda de mercadorias.

Na próxima seção, partiremos para a análise dos dados coletados durante a pesquisa. Para análise dos dados obtidos utilizamos de Connell e Pearse (2016) com sua teoria de gênero e para a análise do texto da entrevista foi usada a Análise de Discurso Crítica de Fairclough. A entrevistada trabalha como consultora empresarial na área do desenvolvimento de pessoas e implantando processos de RH (Recursos Humanos) de recrutamento e seleção. Foram selecionadas as partes mais importantes da pesquisa, por conta do pequeno espaço do artigo.

“DA SEXUALIDADE AO MODO DE PENTEAR O CABELO”: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A “BOA APARÊNCIA”

Como já descrito na introdução, a coleta de dados da pesquisa iniciou com a aplicação do questionário de forma online. A aplicação do questionário foi essencial para o conhecimento prévio das problemáticas a serem procuradas durante a entrevista com a recrutadora. O questionário foi um primeiro contato com o campo, possibilitando observar se as discussões e hipóteses criadas durante a análise bibliográfica se aproximavam da realidade observada. O formulário foi respondido por 38 (trinta e oito) pessoas. Destes, 14 (quatorze) eram homens, brancos, negros, pardos e indígenas. E 24 (vinte e quatro) eram mulheres, negras, brancas e pardas. Com uma variação de idade de 19 (dezenove) anos a 56 (cinquenta e seis) anos, de diferentes orientações sexuais. As respostas foram divididas em quadros por gênero e raça, onde foi comparada às respostas de homens e mulheres brancos com de outras etnias.

Por conta do espaço pequeno deste trabalho, não foi possível colocar os gráficos e tabelas das respostas obtidas no questionário. Após a análise dos dados foi possível observar que a problemática da exclusão de pessoas do mercado de trabalho com desculpas de aparência física vai além de ser um problema apenas de gênero, como pensado no início da pesquisa, aqui já aparece que se trata de um problema de raça e classe, pois, ficou evidente que não há muitas diferenças entre as respostas de homens e mulheres de uma mesma etnia, dos brancos por exemplo. Há bastante semelhança entre as respostas de homens e mulheres brancas, assim como há semelhança entre as respostas de mulheres e homens negros/pardos.

Foi possível observar uma grande diferença entre as respostas de mulheres brancas e negras, além do interesse maior de pessoas negras em responderem o questionário, pois, houve uma discrepância na quantidade de respostas, 17 (dezesete) respostas de mulheres negras para apenas 6 (seis) de mulheres brancas. Das 17 (dezesete) respostas de mulheres negras, apenas três delas se encontram empregadas no mercado formal de trabalho e as três se autodeclaram pardas, não se consideram negras. Observa-se uma discrepância entre a situação de emprego das mulheres brancas e das negras, pois mesmo com a diferença grande na quantidade de respostas, nas cinco respostas de mulheres brancas duas delas estavam trabalhando formalmente, enquanto apenas 3 (três) mulheres negras de 17 (dezesete) respostas estão empregadas formalmente. A grande maioria das mulheres negras ocupa a realidade da informalidade e do desemprego.

Quatro das mulheres negras/pardas afirmam já terem passado por situações constrangedoras na busca por um emprego, quatro delas são negras e uma parda. Elas deixaram as seguintes respostas: (1) “Assédio”(Mulher, negra, 25 anos, hetero), (2) “ser magra e esteticamente apresentável. Na entrevista, para trabalhar de recepcionista em um salão, a pessoa

que estava realizando a entrevista analisou minha roupa e meu cabelo. Julgando que precisava me trajar melhor e ‘cuidar’ dos cabelos” (mulher, parda, 25 anos, bissexual), (3) “exigiram cabelo liso, vendedora de loja. O empregador ou a pessoa responsável, não deu nem bola pra mim. Porque no tempo era muito magrinha, apesar da idade, sempre pareço criança e por isso, acho que não colocam credibilidade”. (mulher, negra, 20 anos, hetero), (4) “questionarem minha sexualidade e meu modo de pentear o cabelo, vaga de professora” (mulher, negra, homossexual, de 27 anos).

A resposta (2) está associada a uma vaga que lida diretamente com os padrões de beleza, uma vaga para trabalhar em salão de beleza, as cobranças relacionadas à aparência podem ser mais fortes nesses lugares, pois é cobrado que as funcionárias vendam a imagem da empresa, uma empresa que trabalha diretamente com padrões de beleza. No caso da resposta (3), como a recrutadora afirma na entrevista que vai ser debatida na próxima seção, é comum as empresas exigirem “mulheres bonitas”, ou seja, mulheres que se encaixam no padrão de beleza hegemônico. A intenção é que a contratação de mulheres para vagas de atendimento ao público e venda de produtos atraia clientes. A resposta (4) teve sua sexualidade questionada em uma entrevista para ser professora, além do modo de pentear o cabelo. Por ser homossexual, pode-se presumir que passou por uma experiência de imposição de uma heteronormatividade.

Dentro das respostas masculinas das 11 (onze) respostas de homens de diferentes etnias, apenas 1 (um) deles se encontra no mercado formal de trabalho, a mesma quantidade para as respostas de três homens brancos. Os outros estão no mercado informal ou à procura de emprego. Entre as respostas dos homens de diferentes etnias foram obtidos relatos de experiências passadas em seleções para o mercado de trabalho de 4 (quatro) homens: (1) “Corte de cabelo/ mudança de cor do cabelo” (homem,

indígena, 24 anos, homossexual), (2) “Instrutor de academia” (homem, negro, 24 anos, hetero), (3) “ter um cabelo grande e cacheado teve uma conotação de desleixo” (homem, pardo, 25 anos, hetero) e (4) “tirar minha barba e baixar mais o cabelo, para vaga de arquivista. Gerente me olhando dos pés à cabeça e me olhando torto” (homem, pardo, 24 anos, hetero).

Podemos observar que três das quatro respostas masculinas estão relacionadas com cabelo. O cabelo e a barba masculinos são relacionados com uma situação de desleixo com a aparência física. A expressão “baixar o cabelo” traz uma conotação de associar o cabelo grande e cacheado como sujo e o cabelo liso e baixo como limpo e arrumado, como afirmou a entrevistada, como é mostrado na análise da entrevista na próxima seção.

O questionário serviu para levantar questionamentos. Ficou evidente a maior disposição de homens e mulheres negros/pardos de responderem ao questionário. Somente esses dois grupos tiveram relatos de experiência de terem algo exigido de sua aparência na busca por emprego, nenhuma pessoa branca relatou esse tipo de experiência. Também ficou evidente a discrepância entre a quantidade de desempregados entre os grupos de pessoas brancas e negras, a quantidade de pessoas empregadas nos dois grupos é praticamente a mesma, mesmo com a quantidade de respostas de pessoas brancas sendo bem menor que a de pessoas negras. A partir de questões centrais que aparecem nos questionários foram escolhidos tópicos para guiar a entrevista com a recrutadora.

A entrevista foi guiada por temáticas, de acordo com a relevância para o problema de pesquisa e com questões que apareceram nas respostas dos questionários online. A entrevistada trabalha como recrutadora, como já foi dito, é consultora empresarial na área do desenvolvimento de pessoas e implantação de processos de RH (Recursos Humanos). A entrevista foi guiada pelas questões centrais dos questionários: padrões de beleza, racismo

e homo afetividade, que também foram centrais na entrevista. Durante a entrevista foi visto como essas questões afetam a entrada de pessoas no mercado de trabalho.

Para análise dos dados da entrevista, foi utilizada a Análise de Discurso Crítica. A ADC parte do princípio que o discurso não é um fato isolado em si pelo indivíduo do discurso, ele é estruturado socialmente, dando condições e limites para o ato do discurso, não apenas se limitando a essas estruturas, mas tendo uma autonomia relativa enquanto sujeito para através do discurso promover transformações das estruturas ou conservá-las, ou seja, ser um discurso conservador ou emancipatório e transformador. A ADC é guiada de forma linguística e socialmente, enxerga a linguagem de forma indissociável da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais, sendo esses campos indissociáveis durante a utilização do método.

Após a apresentação da entrevistada, fui guiando a entrevista por tópicos, o primeiro tópico foi a questão dos padrões de beleza e como isso afeta a entrada de mulheres para o mercado de trabalho. Ao falar sobre esse assunto, a recrutadora sempre atribui a responsabilidade das exigências de pessoas com características específicas como preferências de cada empresa. Que fica evidente na fala abaixo:

(1) Dentro dessas particularidades da empresa, entra exatamente esse tema que você trabalha, idade, sexo, cor, harmonização facial, corporal que hoje a gente não pode mais chamar de beleza porque a gente não sabe mais o que é beleza, é tudo questão de padrão, em alguns lugares ser bem magrinha é sinal de beleza e em outros ser mais cheinha é o que é sinal de beleza. Então a gente chama de harmonização facial e corporal de acordo com as necessidades e as exigências da empresa.

Para a ADC alguns discursos podem ser vistos como ideológicos,

conectados a relações de dominação. Para Fairclough, relações de poder são mais eficientes sustentadas por significados tácitos, que não são expressos formalmente, pois a busca da hegemonia é a busca pela universalização de perspectivas particulares (FAIRCLOUGHYGH *apud* RESENDE; RAMALHO, 2006). Apesar da ação dos indivíduos ser limitada pela dialética da estrutura e ação, ainda assim podemos observar através do discurso a intenção do interlocutor de romper as relações de dominação ou de manutenção delas.

Ao tratar de padrões de beleza como preferências de cada empresa e chamar de “harmonização facial”, observamos um modo de operação da ideologia chamado por Thompson de dissimulação (THOMPSON *apud* RESENDE ; RAMALHO, 2006), pois as relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas. Além disso, ocorre uma eufemização, uma valoração positiva de instituições, ações ou relações. A entrevistada tenta tratar como uma adequação dos trabalhadores às preferências das empresas, sem se questionar que há um padrão de exclusão de grupos específicos que parecem ser universal, como fica mais claro no decorrer da entrevista.

A entrevistada não utiliza o termo padrão de beleza, ela substitui por “harmonização facial”. Essa é uma forma de tirar o peso de participar da categorização das pessoas como feias ou bonitas e afirma que não existe mais um padrão de beleza. A expressão: “não pode mais chamar de beleza porque a gente não sabe mais o que é beleza”, pode ser uma reação politicamente correta, em função das lutas feministas e antirracistas. Mas, na verdade, o termo continua significando pessoas que se adequem ao que é exigido da empresa, que continua sendo pessoas que já eram privilegiadas antes nas seleções de emprego, o padrão heteronormativo branco.

A entrevistada abordou o discurso da beleza feminina durante sua apresentação, explicitamente ela se posiciona de forma crítica,

contra o mercado da beleza, contra os padrões impostos às mulheres e a superficialidade dessas exigências feitas aos corpos. No entanto, ela pratica essas preferências nas seleções. Essa discussão foi retomada, ao ser perguntada na entrevista sobre a procura de mulheres bonitas para vagas específicas, como a beleza feminina afeta a entrada de mulheres em algumas vagas. Ela afirma que nas vagas para atendimento direto ao público, principalmente com vendas e atendimento ao público, as mulheres bonitas são as mais escolhidas:

(2) Normalmente essas vagas, eles pedem que preferencialmente sejam mulheres e mulheres bonitas, por que eles acreditam que, baseada na nossa cultura machista, a mulher bonita ela ainda chama mais a atenção e no primeiro momento ela tem essa vantagem de ser uma mulher bonita. E então, todo mundo quer receber uma mulher bonita, portas se abrem pra essa mulher.

Logo após, ela afirma que atualmente estão tendo uma posição mais crítica nas seleções em relação a isso, deixando de lado a valorização de atributos físicos e valorizando a qualificação profissional, a habilidade de lidar com o público e com os clientes.

(3) Mas em alguns momentos isso já está sendo embarreirado. Muitas empresas já primam mesmo pela habilidade, pelas competências, pelo poder de persuasão, pela desenvoltura. Mas, quando vai pra essa questão de secretário, de recepcionista, de atendente, a frente de loja, dependendo do ramo de negócio, eles pedem, eles não dizem nem que a pessoa seja bonita, mas eles sempre usam que a pessoa seja arrumadinha, seja jeitosa, que termina sendo a pessoa de boa aparência.

Eis aí uma falsa evolução da imposição de padrões de feminilidade, somente na aparência e não na essência, pois muda apenas a forma de

falar, mas o conteúdo continua o mesmo, para apenas ser politicamente correta. A empresa traduz, e a selecionadora entende, de bela, magra e branca, para “arrumadinha”, “jeitosa”. Pode ser questionado também, que talvez se trata da distribuição geográfica internamente na empresa. Na “frente de loja”, pessoas “jeitosas”, com o intuito de atrair clientes. Mas para dentro, pessoas competentes para realizar o trabalho.

Na discussão sobre a homoafetividade, que foi iniciada após uma pergunta sobre a contratação de homossexuais e a homofobia no mercado de trabalho, ao ser perguntada sobre a exclusão de pessoas homossexuais no mercado de trabalho, ela afirma que não é comum acontecer, mas quando acontece, ela fez um sinal de aspas com os dedos para falar, como se simbolizasse a fala dos empresários:

(4) Quando não dizem eu não quero esse homossexual, eles dizem **102** assim (sinal de aspas com as mãos) ‘se for homossexual que seja aquela pessoa que [...] que tenha um comportamento mais tranquilo, mais equilibrado, que não seja aquela pessoa muito pavão, muito espalhafatosa, que cause holofotes o tempo todo’.

Segundo Resende e Ramalho (2006), o uso da citação em discurso direto destaca o distanciamento entre a voz do produtor do texto e uma voz, que no caso do texto acima é atribuída aos empresários. “O uso das aspas pode servir especificamente para distanciar a si próprio da voz externa, usar a autoridade da voz alheia para sustentar sua própria posição, inovar ou induzir uma palavra nova.” (RESENDE ; RAMALHO, 2006: 103) No caso da citação (4), a entrevistada usa da citação para se distanciar das falas dos empresários em relação à discriminação contra homossexuais nas seleções para o mercado de trabalho. Isso demonstra uma tentativa de responsabilização dos empresários por essa exclusão feita nas seleções, e logo após, ela responsabiliza essa discriminação como

parte da cultura e da educação conservadora recebida pelos empresários.

Apesar de se distanciar das escolhas das empresas, ela logo após justifica essas escolhas. A entrevistada afirma que as empresas têm “uma reticência” em contratar pessoas homossexuais com sua sexualidade muito demonstrada por trejeitos. As empresas não contratam pessoas que se comportam dessa forma, pessoas que chama de “espalhafatosas”, ou seja, tentam culpar os homossexuais pelo preconceito que eles sofrem. Ela acredita que pessoas LGBT devem esconder seus “trejeitos” para se encaixarem no padrão heteronormativo aceito e assim, serem contratados. Isso é uma forma de imposição da heteronormatividade, pois ninguém é cobrado por demonstrar trejeitos heterossexuais.

Apesar da entrevistada ter seu posicionamento claro em alguns trechos da entrevista contra discriminações de raça e de gênero, como na citação abaixo, ela ainda assim, de forma presumida mostra compreender e justificar as discriminações nas seleções de emprego.

(5) Agora dizer pra você que existe empresas que ainda tem preconceito tem, é fato, o nosso país é cheio de preconceito, é um país miscigenado, nós temos várias, raças, cores, é um país lindo, exatamente por isso, por essa pluralidade, de cor de pele, de jeito de tudo. Mas infelizmente existe sim o preconceito desde o mais simples ao mais complexo e patológico mesmo, mas acredito que a mídia em alguns pontos está sim ajudando né, ajudando a desenvolver a tolerância nas pessoas independente da raça, da cor, do cabelo, da sexualidade.

Analisando o texto, dentro do tema da homoafetividade, apesar de se posicionar criticamente contra a discriminação e a homofobia, como no trecho acima, a entrevistada acaba reproduzindo pensamentos LGBTfóbicos. Ao criticar pessoas que se assumem enquanto homossexuais e não escondem seus jeitos afeminados e seus trejeitos, ao descrevê-los como “pavão” e

“espalhafatosos”. Ela naturaliza a heteronormatividade e impõe restrições à homoafetividade, ou seja, deseja que pessoas homossexuais escondam suas características e se camuflam na sociedade, pois apesar de citar isso como fala dos empresários, ela tenta culpar os homossexuais pela exclusão sofrida por eles, como reafirma nos trechos, ela justifica essa exclusão ao falar:

(6) Infelizmente quando começou a vir à tona essa questão da homossexualidade, a gente teve muito isso, as pessoas queriam ser, tipo assim, serem vistas de uma forma meio que espalhafatosa e isso trouxe uma visão meio que negativa da questão da homossexualidade em termo comportamental e que hoje a gente vê que os homossexuais não necessitam disso pra assumir sua sexualidade. Tem pessoas que tem jeito de homem, é homem, se veste como homem, usa barba, cabelo cortado e é homossexual e não deixa de ser homem é só uma opção sexual. 104

Na entrevista também aparece uma justificativa dessas discriminações por parte de um conservadorismo, que segundo a entrevistada é uma cultura conservadora dos empresários que é responsável pela exclusão e discriminação que mulheres, negros e LGBTs sofrem ao tentarem entrar no mercado de trabalho. O discurso ficou explícito nas seguintes citações:

(7) Aqui no nosso Estado tem que ver que nossas empresas são administradas por pessoas ainda muito conservadoras. Teresina tem aquela fama de ser muito provinciana, é uma capital que vem muito de sobrenome, são famílias que carregam toda uma cultura, todo um conservadorismo, então eles ainda têm muita essa resistência.

Foi observado que em alguns momentos era utilizado a palavra “empresa” e em outras “empresários”. A troca de termos demonstra uma tentativa de despersonalizar, tratar como uma entidade abstrata e tirar a

responsabilidade das ações e escolhas por trás das práticas sociais. “Outra realização linguística que pode encobrir efeitos de sentido ideológicos é a personalização por autonomização, em que atores são representados por meio de uma referência aos seus enunciados” (RESENDE e RAMALHO *apud* LEEUWEN, 2006: 73). Contradizendo-se depois, ao admitir que pessoas estão por trás das empresas, no trecho a seguir fica claro:

(8) O mercado de trabalho vem de relações de pessoas, né? E empresas de uma certa forma tem a sua cultura, tem seus valores, tem a sua missão, cada empresa é uma instituição tem a sua história, tem seus gestores, e dependendo do conservadorismo desses gestores ela pode sim ser uma empresa conservadora e que traz em si algumas limitações que podem sim ser consideradas como discriminação.

Ao tratar como empresas e não como pessoas por trás dos discursos e práticas sociais relacionadas às seleções de emprego, ocorre a responsabilização de uma entidade abstrata e não de pessoas por trás dessas relações. Ao atribuir à culpa a cultura e a um conservadorismo de crenças do passado, observamos como modo de operação da ideologia de legitimação e estratégia de narrativização. Isto porque as relações de dominação são apresentadas como legítimas, ao justificar isso com exigências de histórias do passado, para justificar o presente. Ou seja, ela justifica as discriminações do presente com uma narrativa de que isso são resquícios de crença do passado, tirando a responsabilidade de uma das escolhas no presente por permanência de um conservadorismo de um passado remoto.

A outra temática utilizada para guiar a entrevista foi o racismo e a influência dele dentro das seleções de emprego. Após ser perguntada sobre experiência de contratação com pessoas de cabelos cacheados e crespos, como havia aparecido nas respostas dos questionários, ela afirma:

(9) Em relação a mulheres, eu vejo mais essa resistência, quando é o *Black Power* por que dá aquela aparência de uma pessoa [...] acho que eles ligam muito [...] há 10 anos atrás, os alunos de história principalmente da estadual e da federal eram considerados pessoas rebeldes, anarquistas, que brigavam, que faziam [...] questionamentos sobre essa questão cultural. E então, passa muito essa imagem da pessoa rebelde, da pessoa revoltada, da pessoa que já traz em si o próprio preconceito, que quer mostrar sua origem através de um símbolo, que é o *Black Power*, aquela coisa toda.

Ao mesmo tempo em que há esse reconhecimento da discriminação e das relações de poder e dominação por parte da entrevistada, há uma tentativa de justificação pelas discriminações.

Podemos observar que, ao tentar justificar essa discriminação nas 106 seleções com pessoas com cabelo *Black Power*, ela termina por operar a ideologia da legitimação e a utilização da estratégia da racionalização. Isto acontece porque, através de uma cadeia de raciocínio, ela tenta culpar os negros com *Black Power* por sua exclusão do mercado de trabalho, justificando o conjunto das relações sociais que, antecipadamente já os excluía, independente do estilo escolhido para seus cabelos. Também observamos a fragmentação, através da estratégia de expurgo do outro, onde faz a construção simbólica de um inimigo. Para manter o privilégio de pessoas brancas acessarem o mercado de trabalho mais facilmente há uma exclusão de pessoas negras justificadas como pessoas com *Black Power* são pessoas que “passa muito essa imagem da pessoa rebelde, da pessoa revoltada”. Também é possível observar ela mudando a fala várias vezes repensando o que vai dizer e justifica como se os alunos negros das universidades Estadual e Federal fosse alunos rebeldes por conta de usarem cabelos *Black Power*.

Apesar do *Black Power* ser um símbolo de resistência, a partir do movimento *Black is Beautiful*, o cabelo crespo e cacheado é o cabelo natural de pessoas negras, que nascem com eles, não um acessório de beleza a ser aceito, como parece ser compreendido. Segundo a fala da entrevistada, ao se referir à forma como os empresários pensam a respeito: “que hoje eles têm a dificuldade de aceitar a padronização de liberdade de expressão seja no tipo de cabelo, na cor, na raça, no sexo, no uso do corpo, da tatuagem, aquela coisa toda, né?”, ela acaba não problematizando isso como uma forma de discriminação e racismo. Aqui podemos observar a legitimação, como modo de operação da ideologia, como estratégia ela utiliza da universalização. Pois os interesses específicos dela e das empresas ao escolher os seus funcionários são tratados como interesses gerais, comuns e compartilhados com toda a sociedade e a cultura. Ao utilizar o “né?” ela buscava uma confirmação da sua fala.

Ao ser perguntada sobre a maior aceitação de cabelos lisos em detrimento de cacheados e crespos, ela afirma que essa discriminação é mais comum em homens:

(10) Mas em relação ao cabelo, cabelo cacheado eu não presencio não, eu presencio mais em relação ao *Black Power* e a questão do homem. Até por que o cabelo grande no homem, de acordo com os empregadores em alguns momentos passa aquela impressão de falta de higiene dependendo dos cuidados passa aquela impressão da pessoa meio largada que está deixando a desejar na parte de higienização.

Como também ficou evidente nas respostas dos questionários. O cabelo masculino grande, principalmente o cacheado, é associado como um cabelo sujo, associado a falta de higiene. Ao falar sobre cor de pele e a importância dela nas seleções, podemos observar aqui também a utilização

das aspas, como forma de distanciamento. A entrevistada utiliza as aspas como forma de não se responsabilizar pelas escolhas dos candidatos e atribuir a fala, e conseqüentemente, a culpa aos donos das empresas, para as quais ela faz a seleção. Como no trecho a seguir sobre a cor de pele:

(11) Algumas empresas, dependendo do dono, da cultura, ele coloca também a cor, não dizendo assim, negro ou branco, (sinal de aspas) ‘mas evite contratar pessoas que sejam muito escurinhas’, aquela coisa toda.

Segundo Gonzales (2020) quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. Segundo a autora, para 108 contratações para o mercado de trabalho de atendimento ao público fica evidente “as dificuldades da mulher negra em ter acesso a tais ocupações (basta lembrar dos anúncios que exigem das candidatas ‘boa aparência’, isto é, que correspondam aos valores estéticos brancos).” (GONZALES, 2020:193)

Mas a partir das respostas e dos dados coletados, podemos observar que a questão da raça prevalece a questão do gênero em seleções para o mercado de trabalho. Pois, as questões que apareceram se mostram situações parecidas para homens e mulheres, a questão da cor de pele, do cabelo e da homossexualidade são cobradas independente do gênero, seja homem ou mulher irá sofrer as mesmas cobranças relativas a aparência física e comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de dados, foi possível observar que os padrões de beleza são, sim, um forte capital que afeta a entrada de mulheres no mercado de trabalho, mas também os homens. A partir dessa discussão, entramos no debate do que é beleza, a chamada “harmonização facial” pela recrutadora, que não passa de um mecanismo para mascarar diversas discriminações de raça e gênero. O termo é apenas uma maneira politicamente correta de chamar práticas que há muito tempo existem dentro das seleções de emprego e norteiam a escolha de pessoas para o mercado de trabalho, principalmente para cargos específicos de atendimento ao público.

Apesar da intenção da recrutadora de fazer parecer que essa chamada “harmonização facial” funciona de acordo com as particularidades das empresas que contratam, alguns padrões de pessoas evitadas nas contratações parecem ser universais, pois ela e as empresas para as quais trabalha, evitam contratar. A questão debatida, durante a entrevista, em relação a pessoas negras com cabelo estilo *Black Power* e com relação a homossexuais com trejeitos, indica que aquelas são as pessoas que são evitadas no processo de contratação, de qualquer forma. E se assim o é, mudaram os nomes e as justificativas, mas não as tendências históricas de discriminação de pessoas negras e/ou homossexuais. Ou seja, as reivindicações dos movimentos feministas, antirracistas e anti-lgbtfobia, de décadas, ainda não chegaram ao processo seletivo de Teresina. Pelo menos, segundo esta entrevistada.

Em relação ao que ela chama de “mulheres bonitas”, “arrumadas” e “jeitosas”, parecem ser mulheres que se encaixam no padrão de beleza hegemônico e são escolhidas com o objetivo de atrair clientes e chamar atenção do público. Existe toda uma justificativa por parte da recrutadora e das empresas sobre motivos de não quererem contratar essas pessoas, principalmente as pessoas negras com *Black Power* e os homossexuais. Mas, o que ficou evidente durante a análise da entrevista foram vários

mecanismos de operação de ideologia. Esses mecanismos servem tanto para legitimar as relações de poder como para justificá-las.

Então, esses modelos vão muito além de uma mera “harmonização facial”, elas não levam em consideração apenas a qualificação profissional dos candidatos e servem para perpetuar o benefício de grupos sociais específicos, pessoas que se encaixam dentro de grupos sociais dominantes, um padrão que é heteronormativo, branco e classista. Várias das questões que apareceram nos questionários foram confirmadas na entrevista, racismo foi a mais evidente. Além de tudo isso, foi observado que não são somente as mulheres que são afetadas pelos padrões de beleza e de heteronormatividade. Homens também são cobrados em relação a cabelo e aparência, além das cobranças de performance de masculinidade heteronormativas.

Fica aparente que é uma discriminação que atinge grupos sociais em si, um recorte de raça, classe e gênero, pois as mulheres negras aparentam ser as maiores vítimas, mas homens negros também são. Além de pessoas negras, pessoas homossexuais também parecem ser atingidas por não se encaixarem nos padrões heteronormativos de performance e comportamento.

110

REFERÊNCIAS

Carneiro, Anni de Novais. Silvia Lúcia, Ferreira. *PADRÕES DE BELEZA, RAÇA E CLASSE: Representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de salvador – BA*. In: Redor, 18, 2014, Recife-PE.

Connell, Raewyn; Pearse, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução da 3.ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

Elias, Norbert e Scotson, John L.: *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar 2000.

Goldenberg, Mirian. “O corpo como capital” Goldenberg, Mirian. (Org.). *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010b, p. 39- 53.

Gonzalez, Lélia. 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. 26º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

Iamamoto, Marilda. *Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

Minayio, Maria Cecilia Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

Neto, Otavio. “Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade” In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Resende, Viviane de melo; Ramalho, Viviane. *Análise de discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Wolf, Naomi. *O Mito da Beleza* – Como as imagens de beleza são usadas
contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

CORPOS MASCULINOS: ENTRE LABUTAS PORTUÁRIAS

PAULO CÉSAR MARQUES HOLANDA

Doutorando em Artes Visuais - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Email: paulo.flu@sapo.pt

ITALO DE BARRO GONÇALVES

Especialista em Mídias na Educação - Universidade Federal do

Amazonas

Email: italobgoncalves@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI



A complexidade que nos interessa neste ensaio visual, está carregada de significados no que tange a ideia de existir na Amazônia e seu entrelaçamento com diversas lógicas de significação nas sociedades atuais. Desta forma, procuramos submergir entre os simbolismos presentes nestas paisagens perpassada e impressas nestas imagens. Resultante de uma pesquisa artística proposta pelos dois artistas em suas (des)construções acerca de corpos masculinos, seus trabalhos na área portuária de Manaus e o viver amazônico.

Acreditamos que é preciso decolonizar sentidos para além da academia e compreendermos que todas as culturas produzem valores e modelos, que determinam e validam conjuntos que formam seus ideais de beleza, estando estes ligados diretamente ao seu ethos e modus vivendi. Assim, diante destas visualidades apresentadas nos perguntamos: Não deveríamos pensar em uma estética do labor, uma tradução que seja contínua como os corpos que surgem e (re)existem entre estes espaços de luta?

114

Atentos às linguagens corporais e à corporalidade que tanto nos incita e excita a outras possibilidades, capturamos olhares que em nossos registros firmam a ideia de detalhes, posturas físicas, vestes e acessórios que auxiliam no manejo destes corpos suados e por seus entreolhares.

Partilhamos o pressuposto de que é necessário um esforço redobrado para compreendermos as interdisciplinaridades que permitem vínculos entre estes atores e suas realidades de disputas e organizações sociais. Cientes de que estas problematizações, neste ensaio, estão longe de serem visualizadas em toda a sua integridade. Entretanto, as fotografias nos possibilitam avistamentos e incursões nestas relações amazônicas, entre homem e viver, homem e labuta, homens e seus sonhos.

Corpos masculinos: entre labutas portuárias



Labutas Portuárias I, 2022.



Labutas Portuárias II, 2022.

Corpos masculinos: entre labutas portuárias



Labutas Portuárias III, 2022.



Labutas Portuárias IV, 2022.

Corpos masculinos: entre labutas portuárias



Labutas Portuárias V, 2022.



Labutas Portuárias VI, 2022.

Corpos masculinos: entre labutas portuárias



Labutas Portuárias VII, 2022.



Labutas Portuárias VIII, 2022.

Corpos masculinos: entre labutas portuárias



Labutas Portuárias IX, 2022.



Labutas Portuárias X, 2022.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM DISPUTA NA AMÉRICA DO SUL: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E GERAÇÃO

GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES

Mestrando em Ciência Política - Universidade Federal do Piauí

Email: geovanegesteira.profissional@gmail.com

GEORGE JOSÉ DOS SANTOS LIMA

Mestre em Comunicação Social - Universidade Federal do Piauí

Email: georgejlima@gmail.com

RAIMUNDO BATISTA DOS SANTOS JÚNIOR

Doutor em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas

Email: rjunior@ufpi.edu.br

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

CASTELLO, Graziela; MACAYA, Javiera F. M.; CANTONI, Stefania Lapolla; JEREISSATI, Tatiana. **Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais**: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021.

O advento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs -, especialmente a partir da popularização da internet, tem estimulado mudanças em todas as esferas da sociedade, fato que leva Castells (2005) a pensar uma sociedade em rede fundamentada nessas tecnologias e atuante na geração, processamento e distribuição de informações. As TDICs estão cada vez mais presentes no cotidiano, isso tem contribuído para reduzir desigualdades econômicas e sociais, além de acarretar novas formas de aprender e ser no mundo. Entretanto, o acesso e condições de uso das tecnologias também podem ensejar assimetrias sociais que devem ser objeto de políticas públicas.

126

Neste contexto, o livro “Dinâmicas de gênero no uso das tecnologias digitais: Um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo” publicado em 2021 pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) tem como objetivo analisar práticas *online* de crianças e adolescentes a partir da perspectiva de gênero. A obra é estruturada nas seções: I) Apresentação; II) Prefácio; III) Parte 1 – A pesquisa; IV) Parte 2 – Artigos; e V) Considerações Finais.

A presente obra foi organizada por Graziela Castello, Javiera F. M. Macaya, Stefania Lapolla Cantoni e Tatiana Jereissati, sendo fruto de uma parceria entre o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)/Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e a Cátedra Regional UNESCO Mulher, Ciência e Tecnologia na América Latina (FLACSO-Argentina). Além dessas

instituições, a coletânea reuniu trabalhos de dez autores(as) vinculados(as), ainda, à Universidade de Oslo e *Alliance for Affordable Internet – A4AI*.

No prefácio da obra, Bonder (2021) reflete sobre a presença escassa de mulheres nas pesquisas, atuações profissionais, processos decisórios e formulação de políticas no campo da tecnologia. Contudo, ela expõe que coletivos, projetos e programas feministas em todo o globo terrestre têm pautado a redução das desigualdades de gênero no universo digital. Esse processo nasce em paralelo com o crescimento paulatino de pesquisas direcionadas à noção de interseccionalidade, fato que pressupõe novas categorias analíticas em torno das TDICs.

Bonder (2021) põe a nu que em arranjos sociais patriarcais, as TDICs amiúde são geradas e disseminadas com base em pressupostos androcêntricos¹. Bonder (2021) afirma que os meios/produtos tecnológicos não apenas necessitam de difusão, mas que a sua concepção precisa reconhecer a diversidade humana. Assim, a pensadora advoga que os(as) autores(as) da obra resenhada se comprometem com a justiça na produção e disseminação tecnológica, algo consubstanciado nos resultados da obra que incorporam as diferenças e desigualdades de gênero, sexualidade, raça, idade e território no que toca ao acesso às TDICs na América do Sul.

Na primeira parte da obra, Jereissati *et al.* (2021) apresenta o caminho metodológico para a realização da pesquisa originadora da obra e os resultados obtidos. Assim, Jereissati *et al.* (2021) tomou como artefato de investigação as experiências e práticas assentes na internet protagonizadas por um público infanto-juvenil, sujeitos com faixa etária entre 11 e 17 anos, incorporando o gênero como o marcador social da diferença angular das reflexões. Logo, a pesquisa busca analisar o acesso e uso, oportunidades, construção da autoimagem nas

1 Cf. BOURDIEU, Pierre, *A Dominação Masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

redes sociais, privacidade e violência virtual envolvendo os atores/ atrizes supracitados, além dos(as) responsáveis legais e professores(as).

Sobre a pesquisa realizada perante a parceria entre o Cetic.br e a FLACSO-Argentina, Jereissati *et al.* (2021) informam que o seu framework foi pensado para contemplar amplas realidades, como as de São Paulo e Buenos Aires. Nesse direcionamento, em São Paulo se realizaram grupos focais com sujeitos entre 11-12, 13-14, 15-17 anos, ao passo que em Buenos Aires os grupos focais contemplaram crianças e adolescentes com 10-12 e 13-14 anos. O recrutamento dos participantes em São Paulo se deu por meio de um banco de contatos de pessoas cadastradas, já o recrutamento para os grupos focais e entrevistas com responsáveis legais e docentes foi feito pelo Ibope Inteligência. Em Buenos Aires se contaram com representações de três escolas da cidade, escolhidas pelas gestões de tais instituições.

Sobre os dados discursivos advindos dos grupos focais e entrevistas em profundidade, Jereissati *et al.* (2021) expressam que os fluxos analíticos qualitativos consideraram os elementos culturais relacionados ao gênero e TDIC das duas cidades latinas ora mencionadas. As transcrições dos grupos focais e entrevistas em profundidade foram realizadas por membros do Cebrap com o auxílio do software NVivo 11. Já as categorias e subcategorias de análise se construíram com base na literatura relativa à questão de gênero e TDIC.

Portanto, Jereissati *et al.* (2021) concluem que a partir das informações geradas pela pesquisa se percebe que os repertórios discursivos analisados apresentam representações sociais imbuídas por estereótipos de gênero. Nestes, destaca-se que os tolhimentos, orientações e práticas digitais comuns se dissociam para meninos e meninas, àqueles tendo maiores oportunidades e ações digitais à revelia das últimas e apontam para o fato das meninas enfrentarem maiores riscos digitais.

Nesse esteio, sobre os vazamentos de nudes, aponta-se que há uma tendência violenta de culpabilização das vítimas, sobretudo mulheres.

Na segunda parte do livro, apresentam-se artigos estruturados a partir de dois recortes do estudo que tratam sobre a transversalidade de raça e gênero no uso das TDICs e o papel destas em relação à identidade de gênero e sexualidade. O primeiro artigo da segunda parte do livro, intitulado “Interfaces entre gênero, raça e classe em experiências de uso das TIC entre crianças e adolescentes”, de autoria de Lima e Aguião (2021), objetiva debater sobre experiências e percepções na internet a partir dos marcadores raça, classe social e gênero. O Cetic.br/NIC.br realizou 12 grupos focais com sujeitos usuários da internet e inseridos nas faixas etárias seguintes: 11 a 12 anos; 13 a 14 anos; 15 a 17 anos. Promoveram-se quatro grupos focais com cada uma dessas faixas etárias. Ademais, desenvolveram-se quatro grupos focais com jovens de 15 a 17 anos autodeclarados(as) pretos(as) e pardos(as).

A pesquisa originadora do artigo escrito por Lima e Aguião (2021) contemplou as perspectivas de 107 crianças e adolescentes em relação às TDICs, tomando como norte a observação dos marcadores sociais da diferença: gênero, raça e classe social. Os discursos analisados evidenciam que as crianças vivenciam e percebem conteúdos/interações racistas na internet. Segundo os relatos dos(as) participantes, a homofobia frequentemente se expõe na rede. Diante do exposto, Lima e Aguião (2021) concluem que o incômodo sentido pelas crianças e adolescentes diante de tais relatos sobre racismo e homofobia na web pode ser um sintoma da capacidade e necessidade das TDICs combaterem a intolerância e discriminação.

Especificamente sobre os relatos de racismo, Lima e Aguião (2021) pontuam que os(as) jovens negros(as) sinalizaram a existência de

discriminações corriqueiras, realizadas *on-line e off-line*. Já em relação ao machismo virtual, as autoras destacam que as meninas participantes narraram o quão são intensamente julgadas moralmente pelo seu comportamento, ao passo que aos sujeitos do gênero masculino não são destinados tamanhos tolhimentos e exigências comportamentais. Assim, a culpabilização das mulheres e meninas é frequente em ocorrências de violência digital, tal como no vazamento de fotos íntimas.

O segundo artigo, intitulado “Sexualidade, gênero e internet: aspectos do uso das TIC na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens”, escrito por Aguião (2021), anseia refletir sobre a atuação das TDICs na socialização de jovens dissidentes à cisnormatividade e heteronormatividade. Isso é fundamental porque as TDICs podem servir à legitimação do *status quo*, mas também para subvertê-lo. Nesse viés, os dados da presente investigação advêm de sete entrevistas em profundidade realizadas pelo Cetic.br com sujeitos dissidentes às normas de gênero e sexualidade e com idades entre 15 e 18 anos.

Assim, contemplaram-se dimensões sobre os repertórios e conteúdos acessados e compartilhados por esses adolescentes na internet, bem como a imbricação de tais repertórios e conteúdos com a edificação das sociabilidades e autoconstruções desses sujeitos. Não se pode desconsiderar a importância da presente obra em seu compromisso de pautar corpos/identidades tendencialmente levadas ao limbo das preocupações institucionais. Ora, o artigo de Aguião (2021) descortina a relevância da evidenciação das crianças e adolescentes cujas identidades de gênero e/ou sexualidade contrastam à cisnormatividade e à heterossexualidade compulsória.

Aguião (2021) denota que as variadas redes sociais utilizadas pelos(as) participantes são empregadas de maneiras distintas pelos(as)

mesmos(as). Conforme os relatos, a escolha do tipo de publicação e a rede social depende do nível de privacidade que se almeja, pois conteúdos relacionados às identidades de gênero e sexualidades dos sujeitos requerem, conforme os mesmos, maior gestão de segurança digital no que toca às imagens, geolocalização, conteúdos e informações veiculadas. Para isso, são comuns nos discursos mecanismos de segurança como o bloqueio de desconhecidos(as).

Na ânsia pela gestão da privacidade digital de tais sujeitos dissidentes, as narrativas apontam a frequência da adequação dos conteúdos a plataformas com base no seu nível de restrição. Aguião (2021) aponta que a seleção do que e de como publicar conteúdos sobre si guarda correlação com o que a autora nomeia de gestão da autoimagem. Essa autogestão não apenas se direciona aos conteúdos e plataformas, mas também à linguagem empregada na exposição pessoal. Além disso, a gestão da autoimagem também implica em processos de autoafirmação entre sujeitos que compartilham dos mesmos ideais/realidades, logo, a seleção de fotos, *tags*, curtidas e horários de publicação são exemplos de elementos que cooperam para a construção e autoafirmação de si nas redes sociais.

Não obstante, Aguião (2021) reflete sobre o emprego dos meios digitais, sobretudo das redes sociais, para a sociabilização e reconhecimento dos sujeitos dissidentes. Há uma notoriedade, nos discursos analisados, do emprego da internet no acesso a conteúdos e materiais políticos relativos à gênero e sexualidade. Portanto, os(as) entrevistados(as) mencionam que os seus processos de reconhecimento e formação de si se entrelaçam com as mídias digitais. Nesse direcionamento, os discursos revelam que as TDICs também são usadas pelos sujeitos dissidentes como searas para a organização e difusão de eventos, troca de experiências, sociabilidades e apoio mútuo.

Em acréscimo, além de consumidores de conteúdos na internet, alguns/algumas entrevistados(as) mencionaram produzirem conteúdos políticos sobre gênero, sociologia, filosofia e política, além dos tocantes às vivências cotidianas, para plataformas como o Facebook, YouTube e blogs. Outrossim, Aguião (2021) aponta que apesar da existência de entrevistados(as) que possuem acesso frequente à internet e a variados aparelhos eletrônicos, também existem participantes da pesquisa que apenas acessam à grande rede por meio do celular e com uso limitado dos dados móveis. Enfim, sobre as experiências dos(as) participantes com situações preconceituosas, foram comuns os relatos indicativos de situações em que se depara com páginas, sites e perfis com conteúdos dessa natureza.

Aguião (2021) conclui que apesar dos variados riscos e violências nelas impetradas, as TDICs também apresentam potenciais para a diversidade sexual e de gênero porque oportunizam o acesso a informações, redes de apoio, trocas de experiências, construções de si e autoafirmações das identidades de gênero e sexualidades dissidentes.

O último artigo da segunda parte da obra, intitulado “Crianças e adolescentes em Buenos Aires: uma análise sobre os acessos, os usos e as incidências das TIC e as redes sociais, a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero”, escrito por Larghi e Fernández (2021), tenciona analisar o acesso e emprego das TDICs por sujeitos com idades entre 10 e 14 anos, ansiando levantar informações sobre os seus processos identitários nas esferas escolar, social e tecnológica.

Larghi e Fernández (2021) mencionam a realização, em 2016, de entrevistas em oito grupos focais constituídos por crianças e adolescentes de faixas etárias entre 10 a 12 e 13 a 14 anos, estudantes de três escolas de Buenos Aires. Tais grupos focais foram divididos por gênero, no que toca aos(as) participantes e mediadores(as). Após as transcrições dos momentos,

empregou-se o *software* Atlas.ti para a codificação dos textos, a qual se guiou pelos temas: 1) acesso e uso das TDICs; 2) oportunidades; 3) construção das autoimagens na internet; 4) privacidade; e 5) violência virtual.

Os dados obtidos apontam que a escolha das plataformas digitais, estratégias de interação, consumo e produções de conteúdos são frutos de micro e macro relações em que os(as) participantes se inserem. Perceberam-se representações de gênero estereotipadas nos discursos estudados, âmbito em que ganha destaque a cristalização de papéis de gênero para as mulheres. Sobre os riscos digitais na internet, os repertórios discursivos denotam a consciência dos(as) participantes em relação aos meios de segurança digital e a sua importância. Ademais, expressa-se que as meninas figuram como as principais vítimas de violências virtuais, havendo ainda a tendência pela culpabilização das vítimas.

Na seção conclusiva do livro, Jorge (2021) afirma que o mesmo revela potencialidades e problemáticas no acesso de crianças e adolescentes aos meios digitais, encontrando-se desde formas de resistência e resolução de problemas mediante as novas tecnologias, até mesmo as frequentes violências e discriminações de gênero, sexualidade e raça no meio digital. No Brasil e Argentina também se destacam as experiências de solidariedade, articulações em grupo, trocas de experiências e construções identitárias na dimensão virtual.

Portanto, Jorge (2021) defende a importância da posituação de melhores aparatos que garantam os direitos das crianças e adolescentes a uma vida plena e livre de qualquer forma de violência no espaço digital. Enfim, considerando os elementos benéficos e os perigos assentes no meio virtual, equilibrar tais fatos é posto por Jorge (2021) como uma pujante problemática que deve ser alvo de políticas públicas.

Apesar das pesquisas que compõem o livro assumirem configurações

não estatísticas, pois não se têm o objetivo de generalizar as conclusões, a obra aponta a urgência pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam as assimetrias tecnológicas em virtude de gênero e de outros marcadores sociais da diferença. Ademais, notoriza-se a urgência por políticas públicas que democratizem digitalmente o acesso e formação em relação às TDICs para os mais distintos sujeitos, sobretudo àqueles subjugados em virtude da sua identidade de gênero, raça, sexualidade e classe. Tal concepção se assenta no reconhecimento dos(as) autores(as) sobre o papel das TDICs na luta contra o machismo, racismo e LGBTQIA+fobia.

No contexto globalizado hodierno não é coerente falar em aldeias globais e sociedade em rede enquanto as TDICs continuarem sendo meios de produção ou ratificação de desigualdades sociais. Reconhecendo as potencialidades das tecnologias na busca por arranjos sociais mais equânimes, faz-se necessário que as ciências humanas e sociais intensifiquem as suas reflexões em torno do uso das tecnologias na construção da justiça social.

134

Tendo em vista a atualidade do tema e dos dados, a relevância das organizações envolvidas e a participação de maduros(as) pesquisadores(as), bem como o papel político e inovação em observar as TDICs a partir de marcadores sociais da diferença, especialmente o gênero, recomenda-se a presente obra resenhada. Além disso, afirma-se que o livro apresenta uma considerável pertinência aos estudos educacionais orientados pelas matrizes epistemológicas queer, homoculturais, transfeministas e feministas no Sul global.

REFERÊNCIAS

Aguião, Silvia. “Sexualidade, gênero e Internet: aspectos do uso das TIC

na constituição de redes de sociabilidade e produção de si entre jovens”.
In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla;
Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais:*
um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo.1. ed. --
São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021.
pp. 112-137.

Bonder, Gloria. “Prefácio”. In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F.
M.; Cantoni, Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero
e uso das tecnologias digitais:* um estudo com crianças e adolescentes na
cidade de São Paulo.1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento Cebrap, 2021. pp. 22-17.

Castells, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e terra, 2005.

Jereissati, Tatiana; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla;
Barbovschi, Monica. “Sobre a pesquisa”. In: Castello, Graziela; Macaya,
Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas
de gênero e uso das tecnologias digitais:* um estudo com crianças
e adolescentes na cidade de São Paulo.1. ed. -- São Paulo: Centro
Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 30-55.

Jereissati, Tatiana; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla.
“Resultados”.In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni,
Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero e uso
das tecnologias digitais:* um estudo com crianças e adolescentes na
cidade de São Paulo.1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento Cebrap, 2021. pp. 56-83.

Jorge, Sonia. “Reflexões e caminhos futuros”. In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo*. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 170-172.

Larghi, Sebastián Benítez; Fernández, Blas. “Crianças e adolescentes em Buenos Aires: uma análise sobre os acessos, os usos e as incidências das TIC e as redes sociais, a partir de uma perspectiva de gênero”. In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo*. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 138-167.

Lima, Márcia; Aguião, Silvia. “Interfaces entre gênero, raça e classe em experiências de uso das TIC entre crianças e adolescentes”. In: Castello, Graziela; Macaya, Javiera F. M.; Cantoni, Stefania Lapolla; Jereissati, Tatiana. *Dinâmicas de gênero e uso das tecnologias digitais: um estudo com crianças e adolescentes na cidade de São Paulo*. 1. ed. -- São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap, 2021. pp. 86-111.

CONHECENDO O 180: UMA PEQUENA CONVERSA COM ELLEN DOS SANTOS COSTA

MARIANA DE CARVALHO SOUSA

Mestranda em Ciência Política - Universidade Federal do Piauí

Email: mcarvalho@ufpi.edu.br

MARIA CLARA TERESA FERNANDES SILVEIRA

Mestra em Sociologia - Universidade Federal do Piauí

Email: mctfernandes7@gmail.com

MARCOS PAULO MAGALHÃES DE FIGUEIREDO

Doutorando em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas

Email: marcospaulomagalhaes25@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Como bem sintetizam Silva e Vaz (2019), a cisgeneridade (a condição de coerência e continuidade entre sexo e gênero) opera como norma social e estabelece um sistema hierárquico entre os corpos - conforme sua resignação, ou não, a essa determinação biologicista da identidade de gênero. Dessa forma, “os corpos correspondentes a essa norma são considerados legítimos dentro das mais diversas esferas da vida social e aqueles que não correspondem a essa marcação têm suas experiências deslegitimadas” (ibidem: 210).

Em junho de 2023, tivemos a oportunidade de contatar a servidora do Ministério das Mulheres Ellen dos Santos Costa. No momento da idealização e planejamento sobre a temática deste dossiê, já havíamos em mente realizar uma entrevista com alguma pessoa que estivesse atuando em organismos de políticas para mulheres (OPM). Essa ideia é oriunda da nossas relações, profissionais e acadêmicas, com políticas públicas promotoras da equidade de gênero. Entedemos que, cada vez mais, os espaços de gestão e desenho de políticas sociais precisam de uma diversidade de vozes em sua composição.

Foi a partir desse pressuposto, que elencamos entrevistar uma pessoa que estivesse envolvida com alguma OPM. Na primeira quinzena de junho, enviamos um roteiro com as perguntas, que prontamente foi respondido. Assim, somos agradecidos a gentileza e disponibilidade da entrevistada pelo espaço cedido em sua agenda.

Ellen dos Santos Costa, nascida em Imperatriz do Maranhão, é filha de Oeirense, vindo morar no Piauí quando criança, se considerando filha dessa terra. Coursou Direito na Universidade Estadual do Piauí, campus de Parnaíba, onde empenhou-se na luta pelos direitos e por mais justiça para as mulheres piauienses. Além de advogar para mulheres vítimas de violência, foi Diretora de Planejamento e Gestão de Políticas para mulheres

do Estado do Piauí, atuando na antiga Coordenadoria, hoje Secretaria das Mulheres do Estado do Piauí. Atualmente é Coordenadora-Geral da Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, do Ministério das Mulheres do Governo Federal, trabalhando na reestruturação e ampliação do serviço.

Zabelê: Como você descreveria o trabalho realizado pelos serviços do 180 no estado do Piauí e qual é o seu papel como coordenadora?

Ellen Costa: *A Central Ligue 180 atua em âmbito nacional, 24 horas por dia e todos os dias da semana, incluindo feriados. No Piauí, estamos estudando algumas parcerias, com rearticulação dos pontos focais que recebem as denúncias encaminhadas pelo 180, bem como as trocas de boas práticas entre os sistemas de serviços de proteção às mulheres vítimas de violência; Enquanto Coordenadora Geral do Ligue 180, minha atuação está focada no planejamento, coordenação e acompanhamento das ações de desenvolvimento, manutenção e aprimoramento do serviço de atendimento telefônico da Central.*

Zabelê: Quais são os principais desafios enfrentados no atendimento e suporte às mulheres vítimas de violência no estado?

Ellen Costa: *A nível federal podemos dizer que o Ligue 180 é o único serviço especializado de atendimento à mulher vítima de violência disponibilizado para todo o país; os demais serviços da rede são de atribuição dos Estados e Municípios. Sendo o único serviço, ele deve atender a toda uma coletividade, não só dentro do Brasil mas também às mulheres brasileiras que vivem no exterior. O atual desafio é a reestruturação e melhoria dos serviços da Central, já que o atendimento*

às mulheres é voltado não apenas para o registro de denúncias, mas também o acolhimento e a disseminação de informações sobre direitos e serviços. Dessa forma a atuação do Ligue 180 também está voltada para o monitoramento dos pontos focais nos estados e municípios.

Zabelê: Quais são as principais formas de violência contra as mulheres que são relatadas pelos usuários do serviço 180 no Piauí?

Ellen Costa: *O Ligue 180 possui como tipos de violação: Violência Doméstica e Familiar (psicológica, física, moral, sexual e patrimonial), Violência Virtual, Stalker, Importunação Sexual, Ameaça, Feminicídio, Tráfico de Mulheres, Cárcere Privado, Violência Política de Gênero, Física, Moral, Sexual (assédio, estupro etc.), Violência Obstétrica, além de outros tipos de violações. Infelizmente houve uma descontinuidade na publicação dos Balanços de Dados dos Serviços da Central, onde eram reunidas todas as informações e recortes do atendimento, inclusive por Estado, como número de ligações, tipo de violações, perfil dos agressores, perfil das vítimas, etc. É um compromisso dessa nova gestão que os Balanços sejam retomados de forma semestral.*

Zabelê: Como a abordagem de gênero e sexualidade é considerada nas ações e políticas implementadas pelo serviço 180?

Ellen Costa: *Todo o serviço é pensado na perspectiva de gênero e sexualidade. O atendimento é voltado para mulheres em situação de violência, levando em consideração para um atendimento apropriado,*

as características diversas das vítimas. A prioridade é o atendimento humanizado, que possa acolher a cidadã sem revitimizá-la, por exemplo, onde apenas mulheres devem realizar o atendimento de mulheres que estão sofrendo violência

Zabelê: Quais são as principais estratégias e programas adotados para promover a conscientização e prevenção da violência contra as mulheres no estado?

Ellen Costa: *Estamos nesse momento realizando o Plano Plurianual do Governo Federal, de 2024 a 2027, onde estão sendo elaborados os programas e projetos que serão executados nos próximos anos, dentre eles cito o Programa Mulher Viver sem Violência, que visa enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, e tem entre suas ações a Construção de Casas da Mulher Brasileira, a reestruturação da Central Ligue 180, implementação de unidades móveis, etc.; para além do PPA, serão lançados planos de prevenção ao feminicídio, e demais ações a serem construídas, inclusive de forma interministerial, que serão executadas no decorrer do ano. Resumindo, existe hoje na gestão do país um Governo que é comprometido com uma Agenda Mulheres, desenvolvendo políticas e injetando recursos financeiros com o objetivo de erradicar o mal que há tanto tempo nos assola, qual seja os altos índices de violência contra as mulheres e feminicídio;*

Zabelê: Como o serviço 180 colabora com outras instituições e organizações governamentais e não governamentais para combater a violência de gênero?

Ellen Costa: *O serviço do Ligue 180 é executado de forma integrada, com repasse de informações sobre direitos e serviços e registro e encaminhamento de denúncias à rede de atendimento. Sua atuação é voltada para uma integração entre os serviços de atendimento às mulheres, onde podem existir parcerias entre os vários atores que compõe a rede, sejam governamentais ou não governamentais.*

Zabelê: **Como as questões de gênero e sexualidade são abordadas nas capacitações e treinamentos oferecidos aos profissionais que trabalham no serviço 180?**

Ellen Costa: *Como já colocado, todo o serviço tem o intuito de atendimento e acolhimento na perspectiva de gênero. Dessa forma tanto a qualificação das atendentes quanto as formações continuadas das mesmas são pensadas no atendimento especializado às mulheres que sofrem violações de gênero. Existe o cuidado em não haver revitimização, onde apenas mulheres atendem mulheres de forma humanizada e acolhedora, colhendo os elementos necessários para a o encaminhamento dos serviços ofertados pela Central. As capacitações ainda são voltadas para os diferentes grupos vulneráveis que são vítimas de violência de gênero (mulheres PCD, negras, rurais, LBTs etc.)*

Zabelê: **Quais são os desafios específicos enfrentados no atendimento e suporte às mulheres de grupos vulneráveis, como mulheres negras, LGBTQIA+ e mulheres com deficiência?**

Ellen Costa: *Hoje o principal desafio para o Ligue 180 é conseguir*

atender as mulheres dos grupos citados quando estas sofrem violência de gênero, já que tais grupos de violações por vezes são atendidos através do Disque 100 – Disque Direitos Humanos. Os serviços estão passando por uma reestruturação no que tange também o escopo de atendimento de cada operação, para que o tratamento enquanto violência de gênero a esses grupos seja melhor direcionado e encaminhado para serviços de atendimento às mulheres. Fora isso, hoje contamos com atendimento em Libras para mulheres com deficiência auditiva e capacitações às atendentes para o melhor atendimento aos demais grupos vulneráveis;

Zabelê: Como o serviço 180 contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa em relação às questões de gênero e sexualidade?

Ellen Costa: *Contribui quando oferece às mulheres a possibilidade de mudança da realidade de violência que sofrem, fornecendo informações sobre direitos e serviços e realizando denúncias, o canal empodera as mulheres para que as mesmas consigam sair de situações de violência em que se encontram. O Ligue 180 ainda carrega uma ideia de regulação na medida em que os cidadãos encontram na Central espaço para fazer denúncias sobre irregularidades dos órgãos ou servidores públicos. Ele é ao mesmo tempo técnico e social, pois enquanto utiliza todas as ferramentas necessárias em sua central de atendimento, lida com questões sociais, de violência contra a mulher; ainda, carrega a ideia de regulação pois, fornece ao usuário a chance de poder informar irregularidades sobre os órgãos do governo que, posteriormente serão encaminhados e investigados.*

Zabelê: Como enxerga sua caminhada que, como mulher negra, é política, no decorrer dos anos até chegar a coordenação do 180?

Ellen Costa: *É uma caminhada de luta por igualdade e justiça, assim como a de tantas mulheres que nos antecederam ou que caminham conosco. Ao longo dos anos sempre surgem novos desafios, pois a luta por igualdade de gênero em um país predominantemente machista, racista e misógino não é nada fácil. Tenho colocado minha caminhada profissional sempre em prol das mulheres e da garantia dos seus direitos. Então, hoje é uma responsabilidade muito grande estar a frente de uma tarefa de reestruturação de um serviço de atendimento às mulheres, conquistado a duras penas e consolidado no decorrer dos anos, e que nos últimos 04 anos sofreu com uma tentativa de sucateamento. Hoje estamos saindo de um período onde os índices de violência contra as mulheres chegaram a patamares altíssimos, acompanhados do retrocesso no desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres. Com os novos rumos da política e com a criação do Ministério das Mulheres, temos a certeza de mudança das nossas realidades com a garantia de uma vida mais digna e com RESPEITO para todas as mulheres.*

144

Resumos Pós-graduandos

Diferenças entre gêneros a partir do mercado de trabalho em Teresina

Larissa Vasconcelos

A pesquisa tem como objetivo principal, discutir os motivos pelos quais ainda existe uma grande diferença salarial entre homens e mulheres atuantes no mercado de trabalho, nos setores público e privado, da capital do Piauí. Para esta produção foi realizada, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica sobre a presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro,

desde o início do século XIX, já que as referências obtidas para formulação deste estudo apontam que a presença das mulheres no mercado de trabalho é marcada por descontinuidades, desigualdades e também por autonomias e emancipação. Pesquisas também indicam que as mulheres são a maioria da população que ocupa e está presente no ensino superior, logo são mais qualificadas para atuar no mercado de trabalho. Contudo, apesar desse dado, as mulheres continuam a receber salários proporcionalmente menores que os homens para desempenhar

as mesmas funções.

Já em um segundo momento da pesquisa, foi analisado dados do IBGE a respeito da temática in tese. Em um terceiro momento, ainda a ser realizado, buscaremos conduzir algumas entrevistas com mulheres que atuem no mercado de trabalho em Teresina, a fim de contextualizar referências e os dados do IBGE a partir do contexto da capital piauiense. Entra a partir de agora uma construção voltada também para as violências de gênero sofridas pelas mulheres nos espaços públicos a partir de um olhar no campo UFPI,

atentando-se para discriminação de gêneros dentro do contexto financeiro.

A desigualdade de gênero na construção civil: Análises e reflexões acerca da presença de mulheres nos canteiros de obras em Teresina.

**Marina
Fernandes**

O presente resumo é parte de uma pesquisa que se encontra em andamento e que tem como objetivo promover reflexões, sob uma visão antropológica, acerca

da presença das mulheres nos canteiros de obras, fazendo análises sobre como se deu a inserção e ocupação deste espaço majoritariamente masculino, através de um estudo teórico inicial do contexto histórico social sobre a presença das mulheres na área da construção civil, abordando questões de gênero.

Em busca de compreendermos como se estabelecem as relações de gênero, poder e trabalho será feita uma abordagem geral sobre a temática através de pesquisas bibliográficas de estudiosos dos temas,

que funcionará como um referencial teórico. Adentrando na investigação, faremos inicialmente levantamentos de pesquisas quantitativas e qualitativas, nas áreas das Ciências Sociais e Arquitetura para compreendermos melhor sobre os estudos já existentes nestas áreas.

Posteriormente desenvolveremos uma pesquisa de campo, de caráter etnográfico, com mulheres trabalhadoras na área da construção civil, com o objetivo de traçar um perfil das mulheres atuantes nestes cenários,

ressaltando os marcadores sociais da diferença que incidem sobre seus corpos, elencando possíveis motivações, anseios e limitações enfrentados por elas, a fim de proporcionarmos sugestões mais assertivas para a promoção da redução da desigualdade de gênero e uma maior paridade neste ramo tão crescente do mercado de trabalho.

Os resultados dessa pesquisa se desenrolarão sob a forma de dissertação, será recebida pelo presidente do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e poderá contribuir com o desenvolvimento de

Políticas Públicas que venham a promover a reversão desse quadro atual e proporcionar às mulheres a justa equidade profissional.

A participação política da mulher no Brasil, em especial na câmara municipal de Codó, a partir da lei 14.192/2021

Lêinad Alves

Em menos de um século a mulher passou a ser reconhecida como cidadã, sendo o voto a sua primeira participação na vida política. Essa inserção no seio político ocorreu graças ao decreto nº 21.076 de

1932, como apresenta Emanuelle Menezes em artigo para o SBT NEWS, 2022.

A pesquisa aqui apresentada surge do desejo de analisar a vida das mulheres que fazem parte da Câmara Municipal de Codó, para isso será apresentado um breve relato de como a política está estruturada no Brasil, e como a violência política de gênero afeta a vida das mulheres na política.

A pesquisa se encontra em fase inicial está em desenvolvimento realizada no Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Piauí. O objetivo principal da

pesquisa é analisar o cenário político em que as mulheres se encontram na Câmara Municipal de Codó, bem como, identificar os marcos legais que garantem a proteção da mulher contra a violência política de gênero.

Para alcançar o objetivo a pesquisa está estruturada nas etapas relatadas a seguir. A primeira encontra-se direcionada ao levantamento bibliográfico de pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas sobre a temática nas áreas das Ciências Sociais, em específico Antropologia, e Direito. A partir desta

etapa poderemos apontar quais são as pesquisas já realizadas e quais são as lacunas teóricas neste campo.

A segunda etapa refere-se ao desenvolvimento de uma pesquisa de campo, de caráter etnográfico, com mulheres ocupantes de cargos políticos na Câmara municipal na cidade de Codó, no Maranhão.

Na terceira etapa poderemos traçar um perfil das mulheres atuantes neste espaço, compreendendo o melhor destes sujeitos, elencando possíveis motivações, anseios e limitações enfrentadas por elas, assim conseguindo estabelecer uma

diferença entre participação e representatividade feminina, a fim de proporcionarmos sugestões mais assertivas para a promoção da redução da violência política de gênero e uma maior paridade neste espaço político.



REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI